

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA

RUBIA FERNANDA PANEGASSI DOS SANTOS

A agricultura e a cidade: os produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo

SÃO PAULO

2020

RUBIA FERNANDA PANEGASSI DOS SANTOS

A agricultura e a cidade: os produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 05 de dezembro de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011,

Área de Concentração: Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Diamantino Alves Correia Pereira

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Santos, Rubia Fernanda Panegassi dos

A agricultura e a cidade: os produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo / Rubia Fernanda Panegassi dos Santos ; orientador, Diamantino Alves Correia Pereira. – 2020

138 f : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, em 2019.

Versão corrigida

1. Agricultura - São Paulo (SP). 2. Espaço urbano - São Paulo (SP) - Região leste. 3. Políticas públicas - São Paulo (SP). 4. Agricultura familiar. I. Pereira, Diamantino Alves Correia, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 630.981611

Nome: SANTOS, Rubia Fernanda Panegassi dos

Título: A agricultura e a cidade: os produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração: Dimensão Socioambiental, Patrimônio e Políticas Territoriais

Aprovada em: 05/12/2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Tatiane Aparecida Soares
Prefeitura Municipal de São Paulo

Profa. Dra. Valéria de Marcos
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia

Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Agradecimentos

Quero agradecer ao meu orientador Diamantino Pereira pela paciência, e por acreditar no meu potencial para a realização do Mestrado. Também agradeço os conselhos, ensinamentos e caminhos que me proporcionaram excelentes reflexões sobre o conhecimento que tenho adquirido nesses últimos anos.

Agradeço à CAPES, agência de fomento à pesquisa, pelos recursos fornecidos, pois foram fundamentais para a materialização desta pesquisa e dedicação exclusiva.

Agradeço a minha família pelo apoio emocional e paciência, especialmente nos momentos difíceis e de maiores tensões em decorrência das atividades acadêmicas. Vocês foram muito importantes nessa jornada. Em especial, agradeço a minha irmã, Mayra, pela companhia e pela paciência nos momentos em que eu falava demais sobre a abordagem do urbano. As suas contribuições nessas discussões me ajudaram bastante!

Agradeço ao meu namorado, Willy, pelo apoio emocional e auxílio no decorrer da pesquisa. Obrigada pela paciência por ouvir, principalmente no começo do Mestrado, eu falar sobre o camponês e sobre o urbano, e pelas sugestões valiosas e apoio na escrita da Dissertação.

Agradeço à Professora Sílvia Zanirato, pelas discussões sobre o urbano, fundamentais para essa pesquisa, enquanto fazia monitoria da sua disciplina, e por ter me convidado para o Grupo de Estudos Urbano-Ambientais. A entrada nesse grupo foi muito boa para mim, por isso também agradeço a todos os membros do grupo pelas discussões, pois me estimularam cada vez mais a busca pelo conhecimento.

Agradeço aos participantes da banca, Tatiane, Valéria e Eduardo pelos conselhos e sugestões tão importantes e repletos de valor para essa pesquisa e para a minha continuidade na pesquisa científica.

Agradeço à Associação de Agricultores da Zona Leste pela disponibilidade e pela paciência para me receber em seus ambientes de trabalho. A presença de vocês foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa. Espero que com essa pesquisa, eu possa contribuir para melhorar as condições das agricultoras e dos agricultores no município de São Paulo. Muito obrigada!

“Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa [...], o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza”.

(MOURA, 1986, p. 9)

RESUMO

SANTOS, Rubia Fernanda Panegassi dos. **A agricultura e a cidade:** os produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo. 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

No ano de 2007, a população global urbana excedeu a população global rural. Entre as consequências dessa mudança, muitas cidades, principalmente de países em desenvolvimento, passaram a presenciar aumentos nos níveis de pobreza, desemprego e situação de insegurança alimentar e nutricional. Nesse cenário, a denominada agricultura urbana e periurbana emergiu como estratégia para combater esses problemas. Entretanto, no aspecto conceitual, nesta pesquisa é problematizada a tendência da associação da agricultura ao termo urbano e periurbano definida pela localização. Assim, na busca de compreender essa expressão, realizamos aprofundamentos teóricos e pesquisa de campo, a partir da realidade social, com o objetivo de criticar a definição e a utilização da expressão agricultura urbana e periurbana como um marco conceitual que caracterizaria a produção agrícola que ocorre na cidade. A partir das considerações teóricas sobre o termo urbano, eventualmente utilizado como adjetivo da agricultura que ocorre na cidade, destacaram-se duas perspectivas: a nova ruralidade, através da abordagem territorial (não-setorial); e a urbanização completa da sociedade, através da abordagem dialética. Por um lado, diante do contexto atual brasileiro, a nova ruralidade não revela as contradições na realidade social após a modernidade levar para o campo a mesma forma de vida das cidades incluindo as relações de trabalho e de produção, além de tender a transformar o espaço rural em objeto de consumo. Por outro lado, a compreensão da urbanização como uma racionalidade urbana, cuja finalidade é a manutenção do capital, e que perpassa a sociedade de maneira hegemônica, nos possibilita expor as contradições e implicações resultantes dessa, a partir da (re)estruturação territorial e social. Com relação aos resultados da pesquisa de campo, a realidade social dos produtores agrícolas e membros da Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL) foi fundamental para exemplificar as reestruturações provocadas por essa racionalidade, representadas nas mudanças do uso do solo, com implicações negativas para os produtores que vivem da agricultura. Ao final da dissertação, concluímos que caracterizar a agricultura que ocorre na cidade como urbana e periurbana não seria adequado, considerando o uso do termo urbano inserido em uma racionalidade que se expressa tanto no campo como na cidade, portanto, não deve ser associado a uma localização específica. Ademais, o conhecimento do grupo de agricultoras e agricultores da AAZL nos possibilitou estudar, nas suas perspectivas, as relações estabelecidas

através da propriedade e na propriedade, bem como as formas de comercialização e de condução de suas produções, compreendidas dentro de um contexto histórico e atreladas às dimensões política, econômica, social e ambiental. Os resultados também evidenciaram o quanto a agricultura na cidade é capaz de oferecer benefícios e sensações positivas, tanto para os produtores como para a sociedade do entorno. No entanto, para que esses efeitos continuem presentes na cidade será necessário iluminar a situação dos agricultores, e assim, promover as condições para que eles possam continuar revelando ao restante da sociedade, os benefícios derivados da agricultura na cidade.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana. São Paulo. Zona Leste. Políticas públicas. Espaço urbano. Espaço rural. Relação cidade e campo. Campesinato. Agricultura familiar.

ABSTRACT

SANTOS, Rubia Fernanda Panegassi dos. **The agriculture and the city:** the agriculture producers from East Zone of São Paulo. 2020. 138p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2019. Corrected version.

In 2007, the global urban population exceeded the global rural population. Among the consequences of this change, many cities, especially in developing countries, have witnessed increases in the levels of poverty, unemployment and food and nutritional insecurity. In this scenario, the so-called urban and peri-urban agriculture emerged as a strategy to combat these problems. However, in the conceptual aspect, this research criticizes the tendency of the association of agriculture to the urban and peri-urban term defined by location. Thus, in the search to understand this expression, we carried out theoretical deepening and field research, based on social reality, in order to criticize the definition and use of the expression urban and peri-urban agriculture as a conceptual framework that would characterize the agricultural production that occurs in the city. Based on theoretical considerations about the term urban, eventually used as an adjective for agriculture that occurs in the city, two perspectives stood out: the new rurality, through the territorial (non-sectoral) approach; and the complete urbanization of society, through the dialectical approach. On the one hand, given the current Brazilian context, the new rurality does not reveal the contradictions in the social reality after modernity takes to the countryside the same way of life of cities including the relations of work and production, in addition to tending to transform space rural consumption. On the other hand, the understanding of urbanization as an urban rationality, whose purpose is the maintenance of capital, and which permeates society in a hegemonic way, allows us to expose the contradictions and implications resulting from this, from the territorial and social (re) structuring . With regard to the results of the field research, the social reality of agricultural producers and members of the Association of Farmers of the East Zone (AAZL) was fundamental to exemplify the restructuring caused by this rationality, represented in the changes in land use, with negative implications for producers who live off agriculture. At the end of the dissertation, we conclude that characterizing the agriculture that occurs in the city as urban and peri-urban would not be appropriate, considering the use of the term urban inserted in a rationality that is expressed both in the countryside and in the city, therefore, should not be associated with a specific location. Furthermore, the knowledge of AAZL's group of female farmers made it possible for us to study, from their perspectives, the relationships established through ownership and ownership, as well as the ways of marketing

and conducting their production, understood within a historical and linked to the political, economic, social and environmental dimensions. The results also showed how much agriculture in the city is able to offer benefits and positive feelings, both for producers and for the surrounding society. However, for these effects to continue to be present in the city, it will be necessary to illuminate the situation of farmers, and thus, promote the conditions so that they can continue to reveal to the rest of society, the benefits derived from agriculture in the city.

Keywords: Urban and Periurban Agriculture. São Paulo. East Zone. Public policy. Urban space. Rural space. City and countryside relationship. Peasantry. Family farming.

RESUMÉN

SANTOS, Rubia Fernanda Panegassi dos. **La agricultura y la ciudad:** los productores agrícolas de la Zona Este de São Paulo. 2020. 138f. Disertación (Maestría en Ciencias) - Escuela de Artes, Ciencias y Humanidades, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2019. Versión corregida.

En 2007, la población urbana mundial superó a la población rural mundial. Entre las consecuencias de este cambio, muchas ciudades, especialmente en los países en desarrollo, han sido testigos de aumentos en los niveles de pobreza, desempleo e inseguridad alimentaria y nutricional. En este escenario, la llamada agricultura urbana y periurbana surgió como una estrategia para combatir estos problemas. Sin embargo, en el aspecto conceptual, esta investigación problematiza la tendencia de la asociación de la agricultura al término urbano y periurbano definido por la ubicación. Así, en la búsqueda de comprender esta expresión, llevamos a cabo una profundización teórica e investigación de campo, basada en la realidad social, para criticar la definición y el uso de la expresión agricultura urbana y periurbana como un marco conceptual que caracterizaría la producción agrícola que ocurre en la ciudad. Con base en consideraciones teóricas sobre el término urbano, eventualmente utilizado como un adjetivo para la agricultura que ocurre en la ciudad, se destacaron dos perspectivas: la nueva ruralidad, a través del enfoque territorial (no sectorial); y la urbanización completa de la sociedad, a través del enfoque dialéctico. Por un lado, dado el contexto brasileño actual, la nueva ruralidad no revela las contradicciones en la realidad social después de que la modernidad lleva al campo la misma forma de vida de las ciudades, incluidas las relaciones de trabajo y producción, además de tender a transformar el espacio. Por otro lado, la comprensión de la urbanización como una racionalidad urbana, cuyo propósito es el mantenimiento del capital, y que impregna a la sociedad de manera hegemónica, nos permite exponer las contradicciones e implicaciones resultantes de esto, desde la (re) estructuración territorial y social. . Con respecto a los resultados de la investigación de campo, la realidad social de los productores agrícolas y los miembros de la Asociación de Agricultores de la Zona Este (AAZL) fue fundamental para ejemplificar la reestructuración causada por esta racionalidad, representada en los cambios en el uso de la tierra, con implicaciones negativas para productores que viven de la agricultura. Al final de la disertación, concluimos que caracterizar la agricultura que ocurre en la ciudad como urbana y periurbana no sería apropiado, considerando el uso del término urbano insertado en una racionalidad que se expresa tanto en el campo como en la ciudad, por lo tanto, no debería asociarse con una ubicación específica. Además, el conocimiento del grupo de mujeres agricultoras de AAZL

nos permitió estudiar, desde su perspectiva, las relaciones establecidas a través de la propiedad y la propiedad, así como las formas de comercialización y conducción de su producción, entendidas dentro de un contexto histórico y vinculado a las dimensiones políticas, económicas, sociales y ambientales. Los resultados también mostraron cuánto la agricultura en la ciudad puede ofrecer beneficios y sentimientos positivos, tanto para los productores como para la sociedad circundante. Sin embargo, para que estos efectos continúen presentes en la ciudad, será necesario iluminar la situación de los agricultores y, por lo tanto, promover las condiciones para que puedan continuar revelando al resto de la sociedad, los beneficios derivados de la agricultura en la ciudad.

Palabras-clave: Agricultura urbana y periurbana. São Paulo. Zona Este. Políticas públicas. Espacio urbano. Espacio rural. Relación ciudad y campo. Campesinado. Agricultura familiar.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de pessoas em situação de desnutrição no mundo.....	61
Figura 2: Agricultura Urbana: Dimensões Comuns.....	62
Figura 3: Paisagem de uma das propriedades particulares com o entorno edificado, ainda distante. Área que tinha o potencial de virar um polo turístico.....	85
Figura 4: Paisagem de uma das propriedades particulares com o entorno edificado mais intensamente.....	86
Figura 5: Paisagem de uma das propriedades públicas com percepção do entorno edificado mais intensamente.....	86
Figura 6: Espaço reservado, em uma das propriedades públicas, para receber visitas e realizar oficinas.....	93
Figura 7: Galinheiro de uma das propriedades particulares.....	97
Figura 8: Produção agrícola localizada na propriedade particular no município de Suzano..	105
Figura 9: Estufa de mudas orgânicas.....	106
Figura 10: Canteiros de uma das propriedades sob redes de transmissão de energia.....	106
Figura 11: Horta vertical de uma das propriedades particulares.....	107
Figura 12: Propriedade particular com diversidade de plantas.....	107
Figura 13: Propriedade sob redes de transmissão de energia com uma diversidade de plantas.	108
Figura 14: Participação da AAZL em evento da Virada Sustentável (2018).....	112
Figura 15: Panfleto referente à localização das hortas.....	112
Figura 16: Participação da AAZL em evento da Virada Sustentável (2018).....	113
Figura 17: Estufa com bandejas diversas.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Percentual de domicílios sem televisão, percentual de domicílios com microcomputador, percentual de domicílios em que havia telefone fixo convencional e de domicílios em que havia telefone móvel celular no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio - 4o trimestre de 2018.	51
Tabela 2: Categorias de modalidades de posse/usufruto de terras segundo condição legal da terra.....	69
Tabela 3: PNAD Segurança Alimentar – 2013: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar..	76
Tabela 4: Dados relativamente fixos sobre o perfil dos produtores.....	88
Tabela 5: Dados financeiros e, relacionados ao orçamento familiar. Período de coleta entre maio, junho e julho de 2019.....	94
Tabela 6: Dados sobre situação de segurança alimentar com base no PNAD Segurança Alimentar - 2013 realizado pelo IBGE. Período de coleta entre maio, junho e julho de 2019.	95
Tabela 7: Dados sobre a condição legal da propriedade e outras informações relativas às condições da propriedade.....	102
Tabela 8: Dados sobre a mão de obra e a jornada de trabalho nas propriedades.....	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa dos perímetros urbano e rural do município de São Paulo.....	74
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAZL	Associação de Agricultores da Zona Leste
ABAST	Supervisão Geral de Abastecimento
ANA	Agência Nacional das Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APO-SM	Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAE	Casa de Agricultura Ecológica
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CMDRSS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COSAN	Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ENEL	Enel Distribuição São Paulo
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEMA	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ha	hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
IQA	Índice de Qualidade da Água
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCS	Organização de Controle Social

ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PCFM	Plano de Combate à Fome e à Miséria
PCS	Programa Comunidade Solidária
PDE	Plano Diretor Estratégico
PFZ	Programa Fome Zero
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
POT	Programa Operação Trabalho
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRSM	Prefeitura Regional de São Mateus
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RNSP	Rede Nossa São Paulo
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SM	Salário Mínimo
SMDDET	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMSUB	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras
SP	São Paulo
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UFPR	Unidade Familiar de Produção Rural
UNDP	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
ZEPAG	Zona Especial de Produção Agrícola e Mineral
WB	World Bank / Banco Mundial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	23
1.1. Procedimentos metodológicos para o estudo dos sujeitos e das áreas selecionadas	25
2. A AGRICULTURA E A CIDADE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O URBANO E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DO AGRICULTOR.....	33
2.1. Relação cidade e campo.....	33
2.1.1. A composição dos sistemas agrários.....	36
2.1.2. O urbano e o rural no modo de produção capitalista.....	40
2.2. Relações de produção e perspectivas sobre o produtor agrícola.....	52
3. AGRICULTURA NA CIDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL E BRASILEIRO.....	59
3.1. Contexto de surgimento da expressão da Agricultura Urbana e Periurbana.....	59
3.1.1. Atividades Econômicas.....	63
3.1.2. Localização - Caráter intra urbano/periurbano.....	64
3.1.3. Áreas - Tipos de áreas onde a agricultura é praticada.....	65
3.2. A inserção da agricultura nas cidades brasileiras.....	69
3.3. A agricultura no município de São Paulo.....	72
3.3.1. Marco legal da agricultura em São Paulo e os benefícios para a cidade.....	75
4. PRODUTORES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	85
4.1. Relações de produção, comercialização e relações de trabalho.....	98

4.2. Formas de condução da produção agrícola.....	114
4.3. Experiências, valores e motivações que impulsionaram os agricultores.....	117
4.4. Desafios, contribuições e limitações da agricultura na cidade.....	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DO ENTREVISTADO.....	133

1. INTRODUÇÃO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) leva essa denominação na maior parte dos casos por associar-se às atividades agrícolas que ocorrem no interior e nas margens do espaço edificado das cidades, sem maior problematização referente ao conceito de urbano e de rural.

O termo AUP refere-se a uma prática agrícola que possui, segundo dados publicados pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP¹, 1996 apud FAO/WB, 2008), cerca de 800 milhões de pessoas dedicadas. Além disso, essas pessoas são responsáveis por até 20% dos alimentos produzidos no mundo. A atividade tem se destacado, principalmente nos países em desenvolvimento, em decorrência do aumento constante de habitantes vivendo nas cidades e dos problemas consequentes desse crescimento, como aumento dos níveis de pobreza, desemprego e situação de insegurança alimentar e nutricional. As previsões apontam que o crescimento populacional possa atingir 3,5 bilhões de habitantes no mundo em desenvolvimento em 2025 (FAO, 2012) e, em que pese a diversidade de critérios utilizados pelos diferentes países, a população urbana global excedeu a população rural global a partir de 2007 (ONU, 2019). A consequência desse processo de crescimento demográfico e de migração para as cidades é uma realidade composta por “[...] aglomerados urbanos degradados e empobrecidos, com grandes populações vulneráveis de pessoas socialmente excluídas, jovens e desempregadas” (FAO, 2012, p. 2).

Nesse cenário, a AUP emerge como um modo de auxiliar na minimização dos efeitos da pobreza, desemprego e a insegurança alimentar nas cidades. Além de ser considerada uma estratégia, a prática da agricultura nas cidades também pode ser considerada uma forma de ativismo (NAGIB, 2016). A associação entre a agricultura e o ativismo surgiu por volta das décadas de 1960 e 1970, relacionada às lutas dos movimentos contraculturais (NAGIB, 2016), cujo objetivo era questionar o consumismo e a contaminação associada ao modelo de produção industrial de alimentos, em outras palavras, o movimento em torno dos impactos do uso de agrotóxicos (ACSELRAD, 2007).

Embora ambas abordagens sobre a agricultura tenham objetivos diferentes e ocorram entre os espaços edificados das cidades, nesta pesquisa, optou-se por compreender a

¹ UNDP - United Nations Development Program. Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities. United Nations Development Program, Publication Series for Habitat II, Volume One. UNDP, New York, USA, 1996.

agricultura como um dos meios para minimizar os efeitos da pobreza, desemprego e a insegurança alimentar e nutricional.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (2015), as pessoas muito pobres são excluídas dos processos de crescimento econômico, justamente porque as atividades produtivas requerem investimento de capital ou porque há geração de empregos sobretudo para as pessoas mais instruídas e qualificadas. Uma das alternativas que o estudo mostra é que o crescimento da agricultura em países com baixa renda é três vezes mais eficaz na redução da extrema pobreza em comparação com o crescimento de outros setores (mineração ou serviços).

No aspecto conceitual da AUP, problematizamos a tendência da associação da agricultura ao termo urbano e periurbano reduzir-se a uma definição meramente locacional, ou seja, que se localiza na cidade e se articula com a problemática das cidades, em contraposição à agricultura "rural" que se localizaria no campo. Assim, para compreender a agricultura que ocorre nas cidades, houve a necessidade de realizar aprofundamentos teóricos e pesquisa de campo com o objetivo de criticar sua definição e a utilização da expressão AUP como um marco conceitual que caracterizaria a produção agrícola que ocorre na cidade.

Partiu-se da premissa de que a produção agrícola representa um objeto complexo e concebido em um sistema², dividido em dois subsistemas principais: ecossistema cultivado e sistema social de produção (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir dessa concepção, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as definições do termo urbano para conhecimento dos debates acerca dele, com fins de buscar uma definição que acreditamos ser mais adequada para o entendimento da agricultura praticada nas cidades. Para tanto, também consideramos necessário o entendimento teórico sobre as relações de produção do agricultor no contexto brasileiro e sua forma de materialização tanto no campo como nas cidades.

Além da fundamentação teórica, também foram necessárias metodologias que possibilitassem a compreensão da realidade social e, considerando que nossa análise segue

² Embora o termo sistema seja utilizado nessa pesquisa, reconhecemos que o seu uso possui um problema, pois “[...] todo sistema tende a *aprisionar* a reflexão, fechar os horizontes. Este livro deseja romper os sistemas, não para substituí-los por um outro sistema, mas para *abrir* o pensamento e a ação na direção de *possibilidades* que mostrem novos horizontes e caminhos” (LEFEBVRE, 2009, p. 9, itálicos do autor). Assim, apesar da inserção do termo *sistema*, a consideração do objeto estudado com caráter complexo nos motivou trabalhar com outras variáveis, que em um sistema poderiam ser negligenciados, ao longo da pesquisa, de maneira a não perder informações que contribuíram para a constituição e influência sobre a agricultura praticada no ambiente estudado.

uma perspectiva dialética, segundo Lefebvre (1986, p. 2), deve ser levada em conta “[...] a complexidade dos fatos assim como contradições e conflitos”, com destaque para “[...] aquilo que se passa e tem lugar fora das empresas e do trabalho, se bem que ligado por múltiplos liames à produção [...]”, em outras palavras, o “[...] cotidiano na vida das ‘cidades’ (Ibid., p. 2).

1.1. Procedimentos metodológicos para o estudo dos sujeitos e das áreas selecionadas

Como maneira de orientar a pesquisa na busca pela realidade social, procurou-se conhecer agricultoras e agricultores no município de São Paulo, considerando que o município possui cerca de 550 estabelecimentos agropecuários (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017a). Assim, foi definido um recorte para os agricultores da Zona Leste, sendo que “existem [...] cerca de 40 hortas, nas quais trabalham 79 famílias que tem como atividade principal a produção vegetal” (SÃO PAULO, 2016a, p. 17). A escolha desse recorte foi motivada pela existência de outras pesquisas mais detalhadas sobre as áreas localizadas na Zona Oeste (NAGIB, 2016) e na Zona Sul (NAKAMURA, 2017) de São Paulo e ainda nenhuma, específica, para a Zona Leste. Além do interesse em compreender a agricultura denominada urbana na Zona Leste do município de São Paulo, onde existe um público que se dedica à produção agrícola, com caráter estratégico.

O ponto de partida para a obtenção de informações sobre a produção agrícola nessa área da cidade, foi conhecer os agricultores que fizeram parte das primeiras iniciativas de inserção da agricultura na Zona Leste do município. Entre esses agricultores, muitos fazem parte da Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL). A AAZL, sendo seu antigo nome Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM), representa

[...] uma conquista dos movimentos ambientais da Zona Leste que lutaram contra lixões e buscaram manter sua área natural no Parque do Carmo. A articulação em prol da agricultura na região se inicia no começo dos anos 2000, e em 2009 se realiza o sonho de formalizar a Associação dos Produtores Orgânicos de São Mateus, com uma importante missão ‘proteger os mananciais da região’, conforme seu estatuto (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA ZONA LESTE, 2017).

Na oficialização da APO-SM, estiveram envolvidos

funcionários públicos da Subprefeitura de São Mateus que se depararam com a existência de atividade agrícola na região quando estavam realizando os diagnósticos para a elaboração do Plano Regional Estratégico lançado em 2004. O apoio dedicado pelo poder público voltou-se, sobretudo, à comercialização e

organização dos produtores, culminando, por fim, na criação da Associação de Produtores Orgânicos de São Mateus (APO-SM) no final de 2009 (VALDIONES, 2013, p. 98).

Optou-se por selecionar os membros da AAZL, por serem pioneiros no desenvolvimento da atividade agrícola na Zona Leste. A quantidade de membros gira em torno de 40 produtores distribuídos em pelo menos 14 propriedades, estando algumas delas fora do município de São Paulo. Grande parte dos membros fizeram parte da AAZL antes de ser formalizada, portanto um fator importante por representar uma amplitude de trajetórias em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, capazes de evidenciar os momentos em que a agricultura partiu de uma caracterização marginal para emergente. Segundo Oliveira (2017), a agricultura marginal caracteriza-se por uma atividade que é ilegal ou se depara com vazios institucionais e ausência de políticas e ações públicas, já a emergente é aquela agricultura que, historicamente, ocupou um lugar marginalizado nas políticas e ações públicas, mas tem conseguido uma estrutura recente de apoio. O conhecimento das trajetórias desses agricultores foi capaz de evidenciar os sujeitos envolvidos com as atividades agrícolas, como organizações, públicas ou privadas, e, as situações que colaboraram ou dificultaram a organização dos produtores na cidade.

A princípio, optamos por participar das reuniões da associação como uma primeira aproximação, como observadora participante. Segundo Silveira e Córdova (2008), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, e processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real. A partir dessas ações foi possível definir as diretrizes e as etapas do procedimento metodológico, como maneira de orientar a pesquisa.

Entre as diretrizes definidas para apreender a situação dos produtores, temos: (a) compreender as relações de produção, comercialização e de trabalho dos produtores agrícolas; (b) analisar a forma de condução da produção agrícola e as razões que embasam tal forma; (c) verificar a articulação com o poder público e com organizações do terceiro setor que atuam na área; e (d) analisar os valores, as experiências e as motivações que impulsionaram a permanência dos produtores praticantes da agricultura na cidade. Ao mesmo tempo, foram levantadas informações sobre a situação das áreas agropecuárias no município de São Paulo, com fins de caracterização dos estabelecimentos localizados na Zona Leste e conhecimento dos produtores.

A partir das pesquisas de campo, observou-se que uma das questões importantes a serem discutidas, foi a acessibilidade à terra, principal meio para iniciar a atividade agrícola. Entretanto, antes de obter informações sobre a situação das propriedades desses produtores, foram estabelecidos dois requisitos para selecionar os produtores a serem entrevistados, no primeiro, para as propriedades cedidas, os produtores deveriam ser os responsáveis por coordenar a produção dentro da propriedade, seja a responsabilidade de caráter familiar ou comunitário, e com algum tipo de relação estabelecida com o proprietário efetivo da propriedade. No segundo requisito, para as propriedades particulares, foram requisitados os produtores responsáveis por coordenar a produção de seus terrenos particulares.

A partir disso, dos 40 produtores, 21 possuíam alguma parcela que coordenavam, levando em conta que algumas propriedades estavam divididas em parcelas e essas podiam ser coordenadas por diferentes produtores. Ao final da seleção, a amostra dos produtores da Associação dos Agricultores da Zona Leste foi representada por 11 indivíduos que se disponibilizaram para participar das entrevistas, o que nos possibilitou conhecer a realidade de oito propriedades. Duas dessas propriedades, uma localizada no município de Suzano e outra na Prefeitura Regional do Ipiranga, não foram descartadas pela localidade, já que os produtores respeitaram os pré-requisitos e representaram exceções a serem discutidas, pois mesmo fora do perímetro ou, da Zona Leste do município de São Paulo, os produtores dessas terras ainda conseguiram ser associados.

Desse modo, a metodologia da pesquisa foi definida como pesquisa exploratória, sendo o estudo e a análise dos dados realizados por meio de uma abordagem multimétodo. Tal abordagem foi necessária para conhecer e compreender os sujeitos de pesquisa através de diferentes perspectivas, a fim de capturar a maior parte dos elementos que compõem a complexidade dos sujeitos, e assim, atingir os objetivos propostos. O procedimento foi dividido em cinco etapas, cada uma associada aos cuidados a serem tomados na realização da pesquisa exploratória e na análise dos dados: (a) análise do contexto; (b) observação participante; (c) entrevista estruturada; (d) entrevista não-estruturada ou focalizada; (e) fontes secundárias.

(a) Análise do contexto;

Pretendeu-se analisar com profundidade a fundamentação teórica que se vincula à AUP, partindo da realização de pesquisa bibliográfica e do conhecimento das diferentes

correntes que debatem a definição do termo urbano, como também das correntes que debatem as relações de produção existentes na agricultura praticada no Brasil. Nessa etapa, também foi necessário identificar os fatores históricos (econômicos, políticos e sociais) que contribuíram para a existência da agricultura na cidade.

Segundo Whyte³ (1984, p. 118 apud MAY, 2004, p. 187) a utilização da teoria como orientação servirá de auxílio para saber nos “[...] termos mais gerais que dados sejam prováveis que precisemos no momento da análise”. Além disso, o trabalho de campo foi essencial para capturar os elementos envolvidos e que constituem o contexto particular da agricultura praticada na cidade, através do conhecimento dos estabelecimentos agropecuários e dos membros, assim como de outros sujeitos que tenham alguma relação com os membros entrevistados da AAZL.

(b) Observação Participante;

A observação participante constituiu-se de um processo no qual a pesquisadora estabeleceu “[...] um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquela associação” (LOFLAND; LOFLAND⁴, 1984, p. 12 apud MAY, 2004, p. 177). Considerando essa etapa, a participação da pesquisadora nas reuniões realizadas pelos agricultores, o reconhecimento das hortas e de seus respectivos coordenadores, como forma de conhecer o contexto geral no qual se insere o sujeito de pesquisa, foram fundamentais. Ademais, foram estabelecidos diálogos em um contexto informal de forma a compreender os termos comuns entre os agricultores, em grupo ou individualmente, e estabelecer uma relação de confiança entre o sujeito e a pesquisadora, de forma que, no momento da realização da entrevista, o entrevistado sintasse confortável e esclarecido para responder às perguntas de uma entrevista não estruturada.

May (2004) afirma que, enquanto observadora participante, é importante concentrar-se

[...] na subjetividade, enfocamos os significados que as pessoas dão ao seu ambiente, não o ambiente em si. Ao contrário do que alegam os positivistas, nós, como pesquisadores, não podemos conhecê-lo independentemente das interpretações que as pessoas fazem dele. A única coisa que podemos conhecer com certeza é como

3 WHYTE, W. F. **Learning from the Field: A Guide from Experience**. Com a colaboração de Kathleen King Whyte. London: Sage, 1984.

4 LOFLAND, J.; LOFLAND, L. **Analysing Social Settings: A Guide to Qualitative Observation and Analysis**, 2ª ed. Belmont, CA: Wadsworth, 1984.

as pessoas interpretam o mundo ao seu redor (MAY, 2004, p. 27-28). [...] devemos [...] registrar as nossas experiências dessas transformações, os seus efeitos sobre as pessoas, assim como as suas interpretações (Ibid., p. 175).

(c) Entrevista Estruturada;

A entrevista estruturada baseia-se na utilização de um “questionário como instrumento de coleta de dados. A teoria por trás desse método é que a mesma pergunta é feita a cada pessoa da mesma maneira, de modo que quaisquer diferenças entre as respostas são consideradas reais e não resultado da situação de entrevista” (MAY, 2004, p. 146).

A entrevista estruturada é vista como um procedimento importante pela sua capacidade de trazer dados relativamente fixos, como o status social, nível de educação, idade, sexo, regime de propriedade, entre outros. Tal procedimento também é interessante por ter um caráter parcial e mais fechado no sentido de possibilitar a construção de um perfil representativo da categoria de produtores agrícolas e realizar a comparabilidade entre as respostas.

Segundo Bauer e Aarts (2004, p. 41), a “amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra”, assim com fins de comparabilidade, utilizamos como base algumas das variáveis para cotas amostrais, aplicadas nas Pesquisas de Opinião Pública realizadas pela Rede Nossa São Paulo (RNSP) (2019) em parceria com o Ibope Inteligência. As variáveis selecionadas foram sexo (masculino e feminino); grupos de idade (16-24, 25-34, 35-44, 45-54 e 55 anos e mais); escolaridade (ensino fundamental, ensino médio e ensino superior); renda familiar em salários mínimos (até 2; mais de 2 a 5; mais de 5); e necessidade que mais impacta o orçamento familiar mensal (aluguel/moradia; transporte; educação; alimentação; lazer; vestuário; saúde) (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019). A verificação de tais dados na realidade dos produtores de São Paulo foi demonstrativa para observar as consequências de trabalhar com a agricultura na cidade, com destaque para as produtoras, para a renda familiar, para a necessidade de maior impacto no orçamento familiar mensal, e para a situação de segurança alimentar e nutricional (SAN), considerando que a SAN e a geração de renda são alguns dos objetivos principais da atividade agrícola.

Informações como o regime de propriedade e a situação de segurança alimentar foram baseadas no Censo Agropecuário de 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

ESTATÍSTICA, 2017a) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014), respectivamente, ambos relatórios realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nessa etapa tivemos o cuidado ao elaborar as perguntas, pois existe a possibilidade de ocorrerem ambiguidades. Segundo May (2004, p. 122), deve-se ter “[...] em mente qual é a finalidade da pergunta, por quem é para ser respondida e como se pretende interpretá-la”. Para que esse erro seja reduzido, a observação participante foi essencial para permitir o conhecimento preliminar dos termos utilizados pelos agricultores, esses vinculados aos sentidos definidos por eles, tendo-se então, o devido cuidado ao registrá-los para o bom resultado dessa etapa.

(d) Entrevista não-estruturada ou focalizada;

Esta entrevista foi o momento no qual os entrevistados tiveram maior liberdade ao relatar algum tópico ou situação questionada pela pesquisadora. De acordo com May (Ibid., p. 149), esse tipo de entrevista de caráter mais aberto “[...] provê da capacidade de desafiar as preconcepções do pesquisador, assim como permite ao entrevistado responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referência”. Também complementar à observação participante, essa etapa foi capaz de orientar a realização das perguntas para a entrevista estruturada, tal como entender as respostas nos termos dos entrevistados, com a redução da chance de existirem expressões ambíguas ou dificuldade de compreensão. Por exemplo, o entendimento dos “[...] significados que os indivíduos atribuem para os eventos e relacionamentos nos seus próprios termos” (Ibid., p. 150), reduzirá a chance de valores preconcebidos pela pesquisadora interferirem na interpretação dos resultados ao final da pesquisa. Como a entrevista é de caráter aberto, May (2004, p. 158) indica a necessidade “[...] de estar ciente da sensibilidade de alguns temas e como formular perguntas sobre eles”. Em vista dessa questão, foram revisados os questionários para que não ocorressem quaisquer constrangimentos, além de terem sido avaliados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

(e) Fontes secundárias;

Fontes secundárias são “[...] documentos históricos, como leis, declarações, estatutárias e também os relatos de pessoas sobre incidentes ou períodos, nos quais elas

estiverem envolvidas de fato” (MAY, 2004, p. 208). Entre os documentos há aqueles que farão parte da fundamentação teórica como forma de registro das práticas sociais delimitadas em termos que permitam a comparabilidade e a capacidade de construir um perfil ou categoria particular.

O procedimento da análise dos resultados foi realizado à luz da fundamentação teórica em conjunto com as informações resultantes das entrevistas, para que, ao final, fossem capazes de articular a realidade dos sujeitos e a base teórica.

Entre as ferramentas utilizadas, elaboramos o questionário (apêndice A) que representa a reunião das questões de maneira categorizada e com base nos objetivos específicos, como forma de orientar a análise e o alcance dos objetivos específicos. Além de promover a construção de um perfil por meio do conhecimento de dados relativamente fixos do sujeito e o conhecimento de outras questões que envolveram a comparabilidade da situação dos produtores com a situação do restante da população do município.

Entre os cuidados na análise das estatísticas oficiais, tomou-se o cuidado ao estabelecer pressupostos e empregá-los à prática social de forma dissociada, com o risco de reproduzir interpretações que não consideram o contexto social que afeta diretamente ou indiretamente o grupo estudado. O propósito foi observar os dados como “[...] construções sociais e políticas que podem ser baseadas nos interesses daqueles que as encomendaram. Desse ponto de vista, o pesquisador precisa entender como elas foram construídas e com que propósito” (Ibid., 2004, p. 89).

Por fim, a estrutura desta dissertação foi definida em cinco capítulos, incluída esta introdução. No primeiro, abordamos a questão da agricultura denominada como urbana e os objetivos atrelados a ela enquanto inserida no cenário das cidades. Além disso, o primeiro capítulo contou com a discussão sobre os métodos de pesquisa teórica e de campo, tal como as justificativas sobre a escolha da abordagem mais adequada para o estudo da agricultura e descrição da realidade dos agricultores. No segundo, pretendeu-se compreender as definições e os debates em torno do termo *urbano*. Nesse mesmo capítulo, também será abordada a questão agrária do Brasil e como os pesquisadores de diferentes vertentes tem descrito tal situação com base nas *relações de produção dos agricultores*. Ao final do capítulo, foram evidenciadas as vertentes mais adequadas como marco conceitual acerca da articulação entre

as relações de produção na agricultura e a noção do urbano, e construída uma definição mais adequada para enquadrar e permitir a compreensão da agricultura na cidade.

No terceiro capítulo foi discutida a origem da expressão AUP dentro de um contexto histórico global e nacional, que incluiu as justificativas que deram sentido para a criação e uso dessa expressão. Além disso, o capítulo inclui a definição da AUP criada por um dos autores mais influentes na pesquisa acadêmica sobre essa questão, Luc J. A. Mougeot, e partir dela foi realizada uma discussão sobre potencialidades e limites dessa definição. Em um segundo momento, o capítulo especifica a discussão sobre contexto histórico e os fatores que contribuíram com a inserção da AUP nas cidades brasileiras, por meio de esforços feitos na escala federal. O capítulo termina com a discussão sobre o momento em que a AUP passou a ter destaque, a ser discutida e fomentada na escala municipal, especificamente no município de São Paulo.

No quarto capítulo, existe a discussão sobre as condições dos produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo. Além disso, no capítulo são discutidos os resultados das entrevistas vinculados aos objetivos específicos propostos, entre eles a forma de produção agrícola, as relações de produção, comercialização e relações de trabalho, e os valores, experiências e motivações que impulsionaram a permanência dos produtores praticantes da agricultura na cidade. Com relação ao objetivo que estuda as relações dos produtores e produtoras com terceiros, essa esteve articulada simultaneamente com as respostas dos outros objetivos. Ademais, neste mesmo capítulo foram expostas observações referentes às contribuições e às limitações desta pesquisa, como também revelados os desafios a serem enfrentados para que a atividade agrícola permaneça na cidade, considerando as adversidades e problemas gerados pela racionalidade urbana. Nesse capítulo também foram discutidos os potenciais dessa atividade, observados através dos relatos dos agricultores. Por fim, o quinto capítulo termina com as considerações finais referentes ao alcance do objetivo principal desta dissertação e, aos benefícios que a presença da agricultura na cidade pode provocar para os habitantes da cidade, seja para os próprios produtores como para o restante da sociedade.

2. A AGRICULTURA E A CIDADE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE O URBANO E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DO AGRICULTOR

Segundo Aquino e Assis (2007, p. 137), “a associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre agricultura e meio urbano”, ainda que o desenvolvimento da atividade agrícola seja cada vez mais comum nas cidades, seja para complementar renda e alimentação, seja de forma ativista, ambas tipologias que caracterizam a denominada agricultura urbana que ocorre entre os espaços edificados das cidades.

A partir daí, surge o questionamento se a agricultura praticada no meio urbano diferenciar-se-ia da agricultura praticada no meio rural. Afinal, por quais motivos a agricultura no meio rural não se encaixaria no papel estratégico de combate à fome ou como expressão ativista? Como forma de responder a esses questionamentos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os termos urbano e rural, mas também sobre a cidade e o campo, termos que geralmente são utilizados como sinônimos de urbano e de rural, respectivamente.

A outra parte da revisão bibliográfica teve como foco a compreensão sobre as teses relacionadas às relações de produção dos agricultores, geralmente estudadas com relação às atividades agrícolas estabelecidas no campo, com fins de ter como base essa referência, para compreender se a forma como se relacionam os agricultores no campo é similar às relações de produção dos agricultores na cidade.

2.1. Relação cidade e campo

A relação entre a cidade e o campo surge quando o aumento do excedente de alimentos produzidos é capaz de abastecer as pessoas ocupadas com atividades não agrícolas, pois segundo Benevolo (2011, p. 23), a cidade “[...] se forma, [...], quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total”. Diversas cidades milenares cresceram a partir dessa configuração, com áreas agrícolas agregadas e uma parcela da população como sua mantenedora, como o exemplo da

Mesopotâmia, do Egito Antigo, da Suméria, do Império Inca, entre outros (CHILDE, 1996; MAZOYER; ROUDART, 2010; BENEVOLO, 2011).

Paralelo ao estabelecimento dessa configuração, emerge, segundo Benevolo (2011, p. 23), o “[...] contraste entre dois grupos sociais, dominantes e subalternos”. O caso do Egito Antigo serve de exemplo para demonstrar a existência desses dois grupos, pois

Os sistemas de cultivos de vazante eram praticados por uma classe camponesa populosa, agrupada em vilarejos situados sobre os promontórios, as terras altas e os diques. Essa classe camponesa cultivava as parcelas de terra que lhes eram concedidas. Ela estava sujeita a penosos trabalhos ou corveias nos domínios do Estado, do Templo e dos altos dignitários (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 179).

Childe (1996) e Benevolo (2011) explicitam que esse tipo de configuração é a representação de um salto decisivo, denominado *Revolução Urbana*. Benevolo (2011, p. 26) explica que tal revolução se dá quando

A cidade, centro motor desta evolução, não só é maior do que a aldeia, mas se transforma com uma velocidade muito superior. Ela assinala o tempo da nova história civil: as lentas transformações do campo (onde é produzido o excedente) documentam as mudanças mais raras da estrutura econômica; as rápidas transformações da cidade (onde é distribuído o excedente) mostram, ao contrário, as mudanças muito mais profundas da composição e das atividades da classe dominante, que influem sobre toda a sociedade.

Portanto, o “[...] excedente agrícola, ao final das contas, condiciona[ra] as possibilidades de diferenciação social e de urbanização” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 94). Embora o excedente agrícola fosse suficiente para as cidades, outras matérias-primas seriam necessárias para outros fins e nem sempre estavam presentes no campo. Childe (1996) comenta que para contornar esse tipo de situação, Egito, Suméria e Bacia do Indo organizaram um sistema regular de comércio ou de troca para assegurar o fornecimento de matérias-primas para o vale do Nilo, que carecia de madeira e de pedras soltas para construção de obras públicas, com intuito de drenar e irrigar a terra e proteger as cidades. Assim, as cidades tornaram-se cada vez mais complexas e as relações de comércio ultrapassaram os limites dos territórios, pois nem todas as cidades teriam em seu domínio as matérias-primas, e inclusive a própria agricultura, ou porque esta estava ficando cada vez mais distante, na medida em que as cidades se expandiam, ou porque era inexistente por outros motivos.

Ao mesmo tempo que ocorria a expansão das cidades, ocorria o distanciamento do campo, em outras palavras, o “[...] distanciamento entre cidades e o meio natural”, tal como a impressão de cisão entre o próprio ser humano e o meio natural (AROSEMENA⁵, 2012 apud NAGIB, 2016, p. 39). De acordo com Arosemena (2012 apud NAGIB, 2016), essa cisão diz respeito ao desenvolvimento dos meios de transporte para carregar os recursos a longas distâncias, e que, esse fator aliado à “[...] expansão territorial e influência política, levaram a cidade”, como a Roma Antiga, “[...] à posição de grande importadora de alimentos da África e da Ásia” (AROSEMENA, 2012 apud NAGIB, 2016). Segundo Navés⁶ (2012, p. 8 apud NAGIB, 2016), esse distanciamento fica mais explícito com a mudança no caráter dos espaços verdes de parques e jardins para um caráter recreativo e de higienização da cidade, meramente ornamental.

Por um lado, a discussão demonstra que a expansão das cidades aumentava a distância das áreas menos edificadas, com maior presença de produção agrícola e vegetação natural, e que essa distância alterava o caráter e o tratamento dos espaços verdes. Por outro lado, a discussão nos leva a entender que o desenvolvimento dos transportes possibilitou a redução da dependência das cidades de possuírem campos agrícolas ou ambientes naturais necessariamente às margens das cidades, conseqüentemente, tal fator também possibilitou a mudança no uso do solo, mesmo que isso significasse substituir os campos agrícolas pela infraestrutura da cidade.

Mas, como visto anteriormente, a mudança no uso do solo foi possível, porque os habitantes de diferentes cidades lidaram com a falta de materiais através das relações de comércio, ao mesmo tempo que influenciavam outras cidades, ou até mesmo outras nações, a adequarem, não só, mas principalmente, as suas formas de produção para atender às demandas por recursos de outras cidades, por motivos de natureza política, econômica, cultural ou social.

Embora seja possível dizer que a relação entre as cidades e os campos seja originária da *revolução urbana*, deve-se tomar o cuidado ao deduzir que a agricultura praticada nas cidades antigas possa ser chamada de *agricultura* ou *urbana* ou *periurbana*, como abordado no exemplo das cidades oásis do Irã, onde frutas e vegetais eram cultivados dentro da cidade

5 AROSEMENA, G. Agricultura urbana: espacios de cultivo para una ciudad sostenible. Barcelona: GG, 2012.

6 NAVÉS, F. Prólogo. In: AROSEMENA, G. **Agricultura urbana**: espacios de cultivo para una ciudad sostenible. Barcelona: GG, 2012.

(SMIT; NASR; RATTA, 2001). Partindo da definição discutida sobre o urbano na *revolução urbana*, pode-se afirmar que a tipificação da agricultura como urbana ou como rural faz parte de uma referência atual e técnica ou administrativa, utilizada para distinguir territorialmente o que é espaço urbano e espaço rural, com determinadas características. Portanto, denominar a agricultura como urbana ou como rural não faz referência ao pensamento das relações geradas a partir da *revolução urbana*.

A partir da discussão, com base nos textos de Childe e Benevolo, concluímos que a *revolução urbana* engloba a cidade e o campo, ao mesmo tempo que se caracteriza pela diferenciação de estatutos sociais, pelos ritmos das mudanças na estrutura econômica e na composição das atividades. Com relação ao papel da agricultura nesse processo, considerou-se fundamental a sua função como geradora dessa configuração espacial. Diante desse processo, a questão que se destaca é a evidência sobre a capacidade dos territórios influenciarem a adequação de outros territórios, e a questão do distanciamento entre a sociedade e a natureza que ocorreu ao longo desse processo.

O próximo passo será compreender o papel da agricultura no final desse processo, ou seja, verificar as possibilidades de mudanças nas características da composição dessa atividade, considerando a influência humana exercida sobre a agricultura enquanto esta estiver inserida no contexto da relação cidade e campo. Também serão desenvolvidos os possíveis sentidos dessas mudanças.

2.1.1. A composição dos sistemas agrários

Cada agricultura tem uma forma adequada para um determinado contexto histórico, geográfico e social. Partindo desse pressuposto, Mazoyer e Roudart (2010, p. 71) afirmam que uma forma de analisar a agricultura é considerando-a um objeto complexo e concebê-la em termos de sistema. Segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 72), para analisar e conceber a agricultura, praticada em determinado momento e lugar, deve-se decompô-la em dois subsistemas principais: o *ecossistema cultivado* e o *sistema social produtivo*, estudando desde a organização até o funcionamento de cada um desses subsistemas, como suas inter-relações.

O ecossistema cultivado é composto por vários subsistemas complementares e proporcionados (hortas, terras cultiváveis, pastagens etc.) que contribuem para a satisfação

das necessidades dos animais domésticos e dos humanos. Além disso, os próprios subsistemas podem ser decompostos conforme a classificação de cada área.

Com relação ao funcionamento do sistema agrícola, esse se dá pela decomposição de várias funções⁷, como a função de desmatamento e de contenção de vegetação selvagem (derrubada queimada, aração manual ou com arado, tratamento para eliminar ervas invasoras etc); função de renovação da fertilidade (pousio de longa duração, estrume, adubos minerais etc); condução dos cultivos (rotações de cultura) e condução técnica dos rebanhos (reprodução, calendários forrageiros etc), entre outros.

O sistema social produtivo é composto de

[...] *homens e mulheres* (força de trabalho, conhecimento e *savoir-faire*), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de *matéria viva* (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as *atividades* de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado a fim de satisfazer direta (por autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 73, itálico dos autores).

Considerando esses fundamentos, a análise da organização social das propriedades agrícolas poderá ser feita através dos componentes do sistema de produção (combinação das atividades produtivas e dos meios de produção) praticado e pela categoria social (estatuto social da mão de obra⁸, estatuto social do agricultor, modo de acesso à terra⁹ e dimensão do estabelecimento agrícola).

A caracterização dos sistemas agrários favorece uma análise profunda da agricultura, de maneira que seja possível compreender suas formas e seu funcionamento no espaço e no tempo, bem como os eventos que levaram a agricultura a se desenvolver de tal forma, partindo do pressuposto de que a agricultura deve ser compreendida em um determinado contexto histórico, geográfico e social, pois, enquanto *sistemas*, ainda há o risco de ofuscar as contradições, bem como as relações de subordinação e outras experiências existentes. Para tanto, o conhecimento das relações entre diferentes cidades é uma forma de verificar as

7 As funções abordadas, segundo Mazoyer e Roudart (2010, p. 73), “[...] asseguram a circulação interna de matéria e de energia no ecossistema cultivado, se abrem igualmente a trocas exteriores mais ou menos importantes com ecossistemas próximos ou longínquos [...]”. Por isso, a importância de trabalhar a agricultura como parte de um sistema, para observar como as trocas e as transformações de um ecossistema cultivado podem influenciar outros ainda que distantes. Um dos exemplos dados é o desmatamento de vastos espaços continentais que pode provocar o ressecamento do clima nas regiões periféricas às vezes muito distantes.

8 Podem ser enquadradas como estatuto social a mão de obra familiar, assalariada, cooperativa, escrava, serviçal.

9 Podem ser enquadrados os modos de acesso à terra como o acesso livre à terras comunais, reservas senhoriais, posses servis, exploração direta, parceria, arrendamento etc).

influências referentes à adequação ou ao desenvolvimento de determinada forma de organização social nas propriedades agrícolas, pode estar relacionada com as exigências paralelas às mudanças sociais que acontecem nas cidades, e que afetam a forma dessas propriedades.

O período da crise do feudalismo¹⁰ na Europa Ocidental é capaz de ilustrar alguns dos movimentos que provocaram mudanças nas antigas formas de organização social tanto das cidades como nos campos. O desenvolvimento das faculdades intelectuais e especialização tornaram possível o progresso na área de energia, de transportes e no aumento da produtividade agrícola. Paralelo a esses progressos, valores¹¹ como a independência política e econômica ficaram em primeiro plano em detrimento das bases sociais e estamentais que sustentavam a estrutura social do modo de produção feudal, vistos como empecilhos para o alcance da autonomia, do desenvolvimento econômico e da ascensão social.

Neste sentido, os desenvolvimentos básicos da agricultura e da manufatura do século XI-XIII foram os pré-requisitos necessários para a disseminação do comércio e da lógica do ganho [...]. A cidade e o comércio deixaram de ser elementos que contribuía para o fortalecimento do *status quo* feudal, para se tornarem desencadeadores da crise do sistema feudal, na medida em que reproduziram uma lógica distinta da até então vigente, a lógica da relação mercantil (COSTA, 2005, p. 128, itálico do autor).

Oliveira (2007, p. 16) conta que a “[...] indústria urbana aumentou a procura de dinheiro por parte do camponês [...], pois a nobreza e o Estado moderno nascente tiravam dele (o dinheiro), inteira ou parcialmente, a sua força vital, e o camponês passava a produzir gêneros alimentícios para vender nas cidades”. Assim, com a emergência da indústria e a mudança dos valores dessa sociedade, a princípio, os camponeses acabaram obrigados pelos senhores feudais a produzirem de acordo com as exigências industriais, como condição para permanecerem no feudo. Contudo, a partir das exigências, os camponeses tiveram de se

10 Conferir no capítulo 3 *A transição do feudalismo ao capitalismo*, do livro: **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p., de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mais informações referentes à transição e fim do feudalismo para o período capitalista. O capítulo inclui as mudanças, em termos mais gerais, ocorridas na Europa Ocidental. Para mais detalhes sobre os países da Europa, o subcapítulo 7.2. *Revolução Agrária*, do mesmo livro, é bastante representativo.

11 Segundo Mooney, Knox e Schacht (2016, p. 15):

“Valores são acordos sociais sobre o que é considerado bom ou mau, certo ou errado, desejável ou indesejável. Com frequência, as condições sociais são vistas como problemas sociais quando incompatíveis ou contradizem valores arraigados. Por exemplo, a pobreza e a falta de moradia violam o valor do bem-estar humano; o crime contradiz os valores da honestidade, da propriedade privada e da não violência; racismo, sexismo e heterossexismo violam os valores de igualdade e equidade”.

adequar, fator que colaborou para a sua especialização como agricultores e para as mudanças na forma de organização dentro das propriedades.

Entre as mudanças decorrentes das exigências da cidade, o autor evidencia que a

[...] procura de cereais e o crescimento da própria população levaram à partilha das terras comuns, provocando uma diminuição da propriedade em função da transformação gradativa também da terra em mercadoria. À medida que as terras escasseavam, surgia a tendência ao monopólio do mais considerável dos meios de produção, a terra (OLIVEIRA, 2007, p. 16).

O período de crise no modo de produção feudal nos permite compreender, nos termos mais gerais, de certa forma, a necessidade de uma análise que considera o sistema agrário como um objeto complexo, pois não reduz a análise apenas à superfície da propriedade agrícola, mas também à origem das mudanças no funcionamento da propriedade. A partir daí, o fim do modo de produção feudal, os novos valores sociais, as relações mercantis e o desenvolvimento do meio técnico desencadearam a chamada Revolução Industrial.

No período da Revolução Industrial, surge um fenômeno distinto e curioso para os pesquisadores. Segundo Capel (1975, p. 11, tradução nossa), no século XIX, “[...] a magnitude das transformações experienciadas nas cidades europeias começou a atrair a atenção dos contemporâneos”. Nas cidades, o número e a densidade de habitantes e de edifícios, tal como a quantidade de atividades não-agrícolas aumentaram. Também era evidente uma mudança no modo de vida dos habitantes e nas características sociais, definidas pela heterogeneidade, pela cultura e pelo grau de interação social (CAPEL, 1975).

A esse fenômeno, impulsionado pela Revolução Industrial, deu-se o nome de *urbanização*. A princípio, pesquisadores da época, como Sorokin e Zimmermann¹² (1986 apud MARQUES, 2002), caracterizavam as cidades, resultantes do fenômeno da urbanização, com base na perspectiva denominada dicotômica, sendo essa aquela que caracteriza os elementos e os habitantes da cidade e do campo como distintos e antagônicos (MARQUES, 2002; CAPEL, 1975).

O que se percebe, a princípio, é que essa perspectiva representa uma definição técnica que avalia superficialmente a composição do campo e da cidade, e os define através dos termos *espaço rural* e *espaço urbano*, respectivamente. Diferente da base bibliográfica

12 SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

discutida anteriormente, que caracteriza o urbano como uma relação entre o campo e a cidade, a base para a definição desses espaços é semelhante à representação de um espectro ou “[...] uma série de escalas intermediárias de transição” (CAPEL, 1975, p. 12, tradução nossa), que se constrói por referências estatísticas e em ordem crescente. Enquanto as características qualitativas como o modo de vida, para serem compreendidas, devem envolver outras dimensões.

Segundo Barthel e Isendahl¹³ (2013 apud OLIVEIRA, 2017, p. 24) “a cisão entre rural e urbano [...] têm origem com a conceituação do termo ‘urbano’ disseminado pela Sociologia Urbana da Escola de Chicago, que emergiu entre 1920 e 1930”. Considerando que há um grande debate teórico sobre as definições dos termos urbano e rural no contexto das sociedades pós-industriais, pretendeu-se compreender o uso desses termos, tal como a própria noção sobre a relação cidade e campo nesse contexto.

2.1.2. O urbano e o rural no modo de produção capitalista

Para o sociólogo Louis Wirth (1938), membro da Escola de Chicago, a caracterização do urbano parte do conceito de *cultura urbana*. O autor afirma que

O grau no qual se pode dizer que o mundo contemporâneo seria 'urbano' não é medido total ou precisamente pela proporção da população total que vive nas cidades. As influências que as cidades exercem sobre a vida social do homem são maiores do que a proporção da população urbana indicaria, pois a cidade não é apenas maior em graus cada vez maiores a moradia e a oficina do homem moderno, mas também é o início e o centro controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as partes mais remotas do mundo para sua órbita e transformou diversas áreas, povos e atividades em um cosmos (WIRTH, 1938, p. 2, tradução nossa).

Nesse trecho, observa-se que a noção de urbano é definida pelo quanto a cidade é capaz de influenciar o modo de vida dos habitantes, ao mesmo tempo que é um local de iniciação e centro controlador da vida econômica, política e cultural. O autor afirma que essa capacidade é acompanhada pela configuração das cidades, considerando-se o número de habitantes, a densidade dos edifícios e a heterogeneidade dos indivíduos e da comunidade. A partir dessa configuração, quanto maior o número de habitantes, maior a densidade de edifícios, maiores as diferenças entre os indivíduos (traços pessoais, ocupações, vida cultural e ideias), e maior intensidade nos processos de interação social, é esperado maior potencial de

13 BARTHEL, S., ISENDAHL, C., (2013). Urban gardens, agriculture, and water management: sources of resilience for long-term food security in cities. *Ecol. Econ. Sustain. Urban.* 86, 224–234, <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.06.018>.

diferenciação entre os habitantes. A partir dessa diferenciação, Wirth (1938) define a cultura urbana pelo grau da heterogeneidade social, medido pela amplitude de características dos habitantes da cidade, as quais seriam menos diversas entre os habitantes do campo, e portanto, mais homogêneos socialmente.

Além da abordagem utilizada por Wirth, Marques (2002) afirma que existem duas abordagens teóricas para distinguir a cidade e o campo: a *dicotômica* e o *continuum*. A autora conta que na abordagem dicotômica, o campo é caracterizado por aspectos que se contrapõem aos aspectos da cidade, enquanto que a outra parte da tese de que o “[...] avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana” (MARQUES, 2002, p. 100). Outra abordagem, de caráter técnico, refere-se ao estabelecimento de critérios para classificar, com fins estatísticos, os limites legais entre a área da cidade e do campo, denominadas comumente como urbana e rural, respectivamente (CAPEL, 1975).

Com relação às duas abordagens dicotômica e *continuum*, Marques (2002, p. 100-101, itálico da autora) afirma que a ideia de “[...] *continuum rural-urbano* também se apoia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação”. A lógica dessa abordagem é a “[...] tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização desde e a destruição de formas arcaicas” (MARQUES, 2002, p. 100), base essa, que deriva expressões comumente utilizadas para definir essa tendência: *modernização da agricultura, industrialização da agricultura, urbanização da agricultura* etc. Além do mais, segundo a autora, “a perspectiva dicotômica permite a oscilação entre os dois polos, ora idealizando o passado e valorizando o tradicional, ora baseando-se na ideia de progresso e valorizando o moderno” (Ibid., p. 101).

A partir de então, o que se pode afirmar é que ambas as abordagens convergem para a ideia de que o espaço rural será absorvido pelo espaço urbano e que, essa tendência pode desencadear na visão de que o campo, ou o ambiente rural representa o atraso, a precariedade, em contraposição aos aspectos modernos e serviços que a cidade tem a oferecer. Diante disso, existem alguns autores brasileiros que questionaram essa visão sobre o rural.

José Eli da Veiga, critica a concepção de que “[...] o destino do espaço rural será seu desaparecimento por força de avassaladora urbanização” (2003, p. 26). Para o autor, o espaço

rural deve ser definido pela sua territorialidade e não de maneira setorial, como forma de romper com a abordagem dicotômica.

Para discutir uma nova definição de ruralidade, Veiga parte de críticas da hipótese proposta por Kayser, o *renascimento rural*, e da hipótese proposta por Lefebvre, a *urbanização completa da sociedade*. A hipótese do *renascimento rural* proposta pelo geógrafo e sociólogo Bernard Kayser¹⁴, em 1972 (1991 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 21, itálico do autor), é definida pela situação descrita a seguir:

Um dos fatores importantes na dinamização dos espaços predominantemente rurais está no fato de que a população das *comunas periurbanas* vem-se abastecendo cada vez mais nas propriedades agrícolas. O aumento na quantidade de residências secundárias rurais mostra claramente a preferência crescente da população urbana por atrativos naturais. Se durante a semana são os rurais que vão às cidades, o fluxo inverte-se nos fins de semana. No espaço predominantemente rural a proporção de domicílios em situação de pobreza é de 10% do total, contra 7% no espaço predominantemente urbano e, assim como nos Estados Unidos, existe uma gradação na geração de renda rural, segundo o tipo de organização do território: a renda é menor no *rural isolado*, cresce um pouco no *rural sob fraca influência urbana* e bem mais nos *polos rurais e em sua periferia*. Em 1990, a renda média dos *polos rurais e sua periferia* ultrapassa o nível atingido pelos habitantes das comunas periurbanas.

Diante dessa hipótese sobre o renascimento rural, Veiga (2004, p. 64) afirma que “o termo renascimento, todavia, não parece ser apropriado para caracterizar um fenômeno inteiramente novo com é esse rural que tem sido chamado de ‘pós-industrial’, ‘pós-moderno’, ou ‘pós-fordista’, porque

A atual ruralidade da Europa e da América do Norte não resulta de um impulso que faz voltar fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possa coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas como as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza (VEIGA, 2004, p. 64).

Para o autor, existem três vetores que derivam da relação com a natureza, os quais devem funcionar, de preferência, em simultaneidade, são a “[...] conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de ‘turismo’, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis” (VEIGA, 2006, p. 348).

Quanto ao pensamento de Lefebvre sobre o urbano, Veiga (2006, p. 342) critica a hipótese da *urbanização completa da sociedade*, tal como, a afirmação de que a revolução do

14 KAYSER, B. **La Renaissance rurale**. Paris: L’Harmatan, 1991.

espaço subsumiria a revolução urbana, e deduz que as revoluções seriam análogas “[...] às grandes revoluções camponesa (agrária) e industrial”, e que, portanto, uma absorveria ou “subsumiria” a outra (VEIGA, 2006, p. 342). Referente à hipótese, Veiga entende que a concretização dela diz respeito ao fim do espaço rural. Ele afirma que, com base nos dados que apontaram a distribuição do emprego pelos setores (agropecuária, indústria, serviços) em 1990, seria possível supor que “[...] as sociedades capitalistas avançadas estivessem no caminho apontado pela Holanda, pela Bélgica, pelo Luxemburgo, ou mesmo pelo Reino Unido, nações nas quais praticamente foi extinta a população predominantemente rural” (VEIGA, 2004, p. 57), em outras palavras, os dados seriam um indicativo favorável à hipótese de Lefebvre.

Portanto, os pontos pelos quais Veiga critica o pensamento de Lefebvre seriam (1) a definição de rural baseada na presença do setor agropecuário; (2) “[...] histórica oposição entre os fenômenos urbano e rural (ou entre cidade e campo, [...]) como uma contradição de caráter antagônico ou irreduzível” (VEIGA, 2006, p. 342); e (3) o fato do urbano tender a eliminar o rural, pois seriam “[...] polos assimétricos e inconciliáveis” e que após “[...] invertida a dominação, inaugura-se uma fase qualitativamente nova” (VEIGA, 2006, p. 342).

Diante disso, e, considerando os vetores já discutidos, o rural nessa perspectiva seria definido por meio de graus de artificialização, pois Veiga (2004, p. 53) afirma que “[...] não pode haver nada de mais rural do que ecossistemas quase inalterados (ou ‘intocados’), e nada de mais urbano do que os ecossistemas mais artificializados”. Nessa argumentação, os fundamentos usados pelo autor, para identificar a ruralidade, tiveram como base as definições de ambiente natural e a alteração humana propostas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com as áreas sendo definidas como *praticamente inalteradas* (com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas); *parcialmente alteradas* (com agropecuária extensiva, vegetação secundária e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira); e como áreas *artificializadas* (com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nos quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente) (VEIGA, 2004, p. 54).

Entretanto, concordamos com Marques (2002, p. 99) quando ela afirma que

Apesar da importância das questões tratadas por Veiga e da relevância de sua iniciativa no sentido de propor uma classificação mais adequada de nossa realidade [brasileira] espacial, sua análise, de caráter instrumental, restringe-se a uma perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação cidade campo. Desta forma, o autor apreende de forma naturalizada a manipulação da imagem do espaço rural como espaço natural, defendendo a necessidade de se tirar vantagem desta tendência, que transforma o espaço rural em objeto de consumo.

Além do mais, segundo Pereira (2008, p. 19), a relação com a natureza e a maneira de utilizar seus recursos não deveria ser encarada “[...] como uma peculiaridade de um determinado meio rural, mas como a emergência de uma nova consciência ambiental que perpassa a sociedade como um todo”. Assim, os próprios vetores citados por Veiga representam um indicativo de que a relação da sociedade com a natureza passa a ser valorizada em um contexto de ressignificação do ambiente natural, incluída a constituição de novas formas de enxergar e de utilizar a natureza, e de novos valores, que dizem respeito ao olhar sobre a relação humana com a natureza por diferentes perspectivas.

Assim, cabe destacar os movimentos sociais que tiveram papel de evidenciar as contradições nas relações dos seres humanos com a natureza, tal como os valores que surgiram com a sociedade civil atribuídos a esses questionamentos. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreram movimentos ativistas contraculturais (NAGIB, 2016), cujo objetivo era criticar o consumismo e a contaminação associada ao modelo de produção industrial de alimentos, em outras palavras, o movimento criticava as consequências dos usos de agrotóxicos (ACSELRAD, 2007). Ao lado dessas críticas, eram propostas a produção agrícola orgânica e o justo acesso à terra, principalmente nos Estados Unidos da América. A reivindicação do acesso à terra e da mudança na forma de condução da produção agrícola expõem que, embora a valorização da natureza possa oferecer dinamicidade econômica aos espaços ditos rurais, é fundamental evidenciar outras dimensões, como a social e ambiental, e as contradições que derivam dessa relação com a natureza, e que são revelados principalmente por meio das críticas feitas pelos movimentos sociais. Entre os movimentos ligados à contracultura, estavam o “[...] movimento orgânico, o ambientalismo e o feminismo” (NAGIB, 2016, p. 54).

Por um lado, observou-se que a abordagem territorial para definir o meio rural, rotulado como a *nova ruralidade*, não revela as contradições após a modernidade levar para o “[...] campo a mesma forma de vida das cidades incluindo as relações de trabalho e de

produção” (PEREIRA, 2008, p. 19), cujo modo de vida é percebido de maneira hegemônica, pois coexiste com outros modos de vida e relações de trabalho e de produção. Por um lado, apesar das críticas e apontamentos a respeito da abordagem territorial, Veiga critica a forma como é realizada a classificação do espaço urbano e rural no Brasil, comumente realizadas pelos municípios, e que, deve ser discutida. Segundo Veiga (2004, p. 28),

A definição brasileira de cidade é estritamente administrativa. Toda sede de município é cidade, e pronto. Mesmo que só tenha 4 casas, nas quais residem 3 famílias de agricultores e uma de madeireiro (caso de União da Serra). Se for sede de município, é cidade e estamos conversados. Disparate que surgiu em 1938, ápice do Estado Novo, com o Decreto-Lei 311. E que continua em vigor, pois nenhum outro diploma o revogou.

Rodrigues (2014, p. 432), tal como Veiga, questiona o fato de que as definições oficiais consideram urbanas todas as sedes de municípios e de distritos, independentemente do tamanho e da infraestrutura, “[...] sendo o rural e o urbano no Brasil definidos por critérios meramente administrativos”. Mesmo o IBGE, instituto oficial de estatísticas que provê dados e informações do país, tem abordado, em seus últimos relatórios, a necessidade de “[...] critérios alternativos e complementares àqueles mais frequentes em tipologias oficiais: a patamares demográficos de localidades e a de critérios legais – que vigora atualmente no País” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017b, p. 41). O IBGE afirma que “[...] a legislação que regulamenta estas classificações, a Lei n. 5.172/1966, em essência mantém a mesma concepção de urbano e rural proposta no Decreto-lei n. 311/1938, em que o rural é definido ainda por exclusão à área urbana” (2017b, p. 38).

Esse decreto colocava ainda que se as regras não fossem respeitadas pelos municípios, esses teriam sua autonomia cassada, como descrito pelo segundo parágrafo, Artigo 13º, do Decreto-lei n. 311/1938: “§ 2º O município que não der cumprimento ao disposto neste artigo terá cassada a autonomia e o seu território será anexado a um dos municípios vizinhos, ao qual fica deferido o encargo, aberto novo prazo de um ano, com idêntica sanção”.

Wanderley afirma que a concepção da legislação brasileira é justificada pelo “[...] fato que o recorte adotado ter como primeiro objetivo a definição do destino dos impostos coletados em cada uma dessas áreas” (2009, p. 65), sendo os impostos de origem de área urbana para o município e os de origem da área rural para a união (Lei Federal nº 5172, de 25 de outubro de 1966). Nesse sentido, a definição administrativa para classificar os espaços como urbanos baseia-se fundamentalmente na centralidade e vocação para a prestação dos

serviços, e também do número de habitantes e na densidade demográfica que corresponde a um determinado grau de complexidade socioeconômica (WANDERLEY, 2009).

O problema que surge dessa definição é, por um lado, ressaltar essencialmente o aspecto das “[...] funções administrativas que são atribuídas às aglomerações” (WANDERLEY, 2009, p. 65), por outro, a desconsideração das capacidades efetivas desses espaços, “[...] o que termina por reforçar a precariedade das zonas rurais circundantes, impedindo que muitas áreas urbanas também padeçam de limitações semelhantes” (WANDERLEY, 2009, p. 65). Além disso, “[...] as transformações econômicas e sociais alteram profundamente a configuração espacial dos municípios sem que a legislação consiga acompanhar em tempo hábil as novas estruturas territoriais e o processo de distribuição espacial das populações e das atividades econômicas” (IBGE, 2017b, p. 11).

A partir dessas transformações visíveis na realidade da área definida como rural, Wanderley sugere definir o rural pela “[...] predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade” (2009, p. 72), considerando que, “[...] o acesso a bens e serviços vem a ser a manifestação concreta do exercício da cidadania, constituindo-se em indicador da participação dos brasileiros que vivem no campo [...]” (WANDERLEY, 2009, p. 80). Nota-se que a sugestão vai de encontro com os critérios definidos pela OCDE, dos quais Veiga é adepto.

Outro pesquisador, adepto da abordagem territorial e crítico à concepção que define o meio rural como precário, atrasado e carente, é o economista Ricardo Abramovay. Abramovay (2000, p. 3) busca uma nova definição sobre o “[...] meio rural que não o condene de antemão ao esvaziamento social, cultural, demográfico e econômico”, e busca combater a concepção de que, no ambiente rural, as

[...] localidades de pequena concentração populacional estão fatalmente condenadas à desertificação social, econômica e cultural. Segundo esta visão, o êxodo rural é não só irreversível, mas desejável e os investimentos públicos devem concentrar-se nas regiões para as quais os migrantes se dirigem, uma vez que, em seus locais de origem, as possibilidades de geração de renda são muito precárias. A esta visão os especialistas dão o nome de viés urbano do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1999, p. 11).

De acordo com Abramovay (2000, p. 27) “a importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural”, em outras

palavras, a caracterização do espaço rural deve ser feita de maneira territorial com fins de compreender “[...] a dinâmica de uma certa região, sem que sua aglomeração urbana seja isolada de seu entorno”, ao mesmo tempo em que se observa o “[...] esforço de integrar organicamente cidade e campo sem eliminar as particularidades da organização social, econômica e territorial das áreas não densamente povoadas” (ABRAMOVAY, 2000, p. 14). O aspecto novo, em relação aos autores anteriores, é que o foco no desenvolvimento econômico territorial no espaço rural, deve ser caracterizado pela “[...] relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas” (Ibid., p. 27).

Abramovay (2000, p. 14) questiona a definição de meio rural pela presença de pessoas ocupadas na atividade agrícola, já que a atividade “[...] representa uma parcela cada vez menor da ocupação e da geração de renda nos países capitalistas centrais”. O autor traz exemplos de que mesmo em áreas rurais o emprego não é necessariamente voltado para a atividade agropecuária, como evidenciaram os dados de que “[...] *93% dos domicílios rurais norte-americanos não são unidades de produção agropecuária*” (Ibid., p. 14, itálico do autor). Além disso, os países membros da OCDE possuem regiões rurais que fazem parte das zonas mais dinâmicas, cujo dinamismo “[...] demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos” (Ibid., p. 1). “Na OCDE, o emprego agrícola corresponde a uma fração reduzida do total da atividade: varia de 2,4% do total na Grã-Bretanha a um máximo de 11,6% na República Tcheca. [...]. Em todos os países, o emprego agrícola sofreu nítida queda durante os anos 80 [...] (OCDE¹⁵, 1996, p. 119-120 apud ABRAMOVAY, 2000, p. 15).

Embora os dados que Abramovay exponha sejam interessantes, no sentido de demonstrar que há caminhos para a geração de empregos em outras áreas no campo, tal realidade não corresponde com a realidade brasileira, onde o problema não é a falta de aproveitamento dos recursos naturais pelos habitantes do campo, mas o aproveitamento deste espaço, e seus benefícios concentrados na mão de poucos. Ao mesmo tempo, os dados demonstraram a ocorrência de mudanças nos tipos de atividades em uma perspectiva territorial, porém não evidenciaram as consequências e contradições vinculadas a essas mudanças. Portanto, a base utilizada para captar as informações do espaço é superficial, e, portanto, a análise feita dessa maneira acaba por descontextualizar o cenário de uma trajetória histórica, além de não evidenciar as discontinuidades desse movimento.

15 OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Indicateurs territoriaux de l'emploi — le point sur le développement rural. Paris, 1996.

Apesar das críticas de Veiga sobre o pensamento de Lefebvre, optamos por fazer uma releitura sobre suas obras e seu pensamento, considerando que a sua abordagem sobre o urbano é realizada através de uma análise dialética, e, portanto, relevante para esta pesquisa.

Para o filósofo Henri Lefebvre (2008, p. 13), o termo *sociedade urbana* “[...] deverá ser associado à sociedade que nasce da industrialização”. Essa consideração é importante ser destacada, pois Lefebvre afirma que quando

Compara-se entre si ‘sociedades urbanas’ que nada têm de comparáveis [...] favorece as ideologias subjacentes: o *organicismo* (cada ‘sociedade urbana’, em si mesma, seria um ‘todo’ orgânico), o *continuismo* (haveria continuidade histórica ou permanência da ‘sociedade urbana’), o *evolucionismo* (os períodos, as transformações das relações sociais, esfumando-se ou desaparecendo) (LEFEBVRE, 2008, p. 13, itálicos do autor).

A sociedade urbana, resultante do processo de industrialização, é aquela que é percebida somente “[...] ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*. Um importante aspecto do problema teórico é o de conseguir situar as discontinuidades em relação às continuidades, e inversamente” (LEFEBVRE, 2008, p. 13, itálicos do autor).

Lefebvre explica que “o urbano não designa a cidade e a vida na cidade [...] ele nasce com a explosão da cidade, com os problemas e a deterioração da vida urbana” (1986, p. 1), assim como não destrói a cidade em sua centralidade, mas a engloba, concentra os serviços que tem a oferecer e provoca a extensão (periférica). Esse processo é chamado de “[...] implosão-explosão [...] ” (Ibid., p. 2) da cidade. “O conceito parte de uma teoria sobre o espaço (social) enquanto *produto-produtor*, isto é, engendrado pelo modo de produção, mas intervindo em todos os níveis: forças produtivas – organização do trabalho – relações de propriedade – instituições e ideologias” (LEFEBVRE, 1986, p. 1, itálico do autor). Os espaços sociais recebem essa denominação, *produto-produtor*, justamente por ser ao mesmo tempo um produto e um produtor, cuja capacidade é de intervir em todos os níveis, (re)produzir estruturas sociais e territoriais que possibilitem a manutenção desse modo de produção.

Se retomarmos as críticas feitas por Veiga sobre o pensamento de Lefebvre, percebe-se uma contradição. Mesmo que Lefebvre afirme que a sociedade urbana “[...] *domina e absorve a produção agrícola*” (LEFEBVRE, 2008, p. 13, itálico nosso), não é o mesmo que

dizer que o espaço rural, vinculado ao setor agrícola, deixasse de existir. O fato é que, na medida em que a atividade agrícola foi absorvida, a tendência seria sofrer a tal intervenção, e, portanto, uma reestruturação na forma como os produtores do campo se organizavam na atividade, movimento que é provocado pelo espaço produto-produtor. Conseqüentemente, as mudanças devem ocorrer com fins de atender a manutenção desse espaço, cuja lógica é pertencente ao modo de produção capitalista, fator esse, que separa a sociedade urbana das sociedades das cidades antigas, discutidas no início deste capítulo. No entanto, convém afirmar que esse movimento acontece de maneira hegemônica, pois não à toa, Lefebvre afirma que a sociedade que ele denomina como urbana é aquela que resulta da “[...] urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE, 2008, p. 13), pois existe a tendência, ou a, possibilidade da sociedade, grupos ou comunidades adequarem-se (ou serem adequadas) no sentido da manutenção do capital. Assim, dizer que a racionalidade urbana é hegemônica, significa afirmar que, ainda que ela se expresse predominantemente na sociedade global, existem grupos que resistem às mudanças que esse sistema pode provocar nas suas estruturas sociais e/ou territoriais.

A partir daqui as referências terão como base a definição de urbano por um viés dialético, onde o *espaço produto-produtor* será considerado *espaço urbano*, caracterizado tanto como produto como produtor, e, portanto, dotado da capacidade de *urbanizar*. Para esta pesquisa, *urbanizar* se traduz pelas mudanças que o espaço urbano provoca no funcionamento de outros espaços sociais e, considerando o contexto do modo de produção capitalista, as mudanças são produzidas como meio de promover a manutenção da sua lógica.

De acordo com Limonad (1999, p. 79), a “estruturação do território, da qual a urbanização é parte integrante, não é estática, mas muda de caráter em termos de peso e significado/qualidade” conforme “se transforma o meio técnico-científico”. Para o autor, quando se observa as mudanças que afetaram a sociedade pós-industrial, comparando-se o período do capitalismo competitivo e o período da reprodução ampliada do capital, incluída a globalização da economia e o desenvolvimento do meio técnico-científico, verificam-se as interferências causadas pelo processo de urbanização em outros espaços são mais nítidas.

Era necessário reorganizar o espaço urbano e tornar os sistemas urbanos eficazes tanto para implementar a acumulação de capital quanto para apaziguar a inquietação social. Neste sentido, o Estado desempenhou um papel chave no (re)planejamento das cidades e em sua adequação às novas necessidades que se antepunham ao desenvolvimento do capitalismo (LIMONAD, 1999, p. 79).

A pressão exercida pelo capital sobre o Estado para (re)planejar as cidades, é semelhante à pressão exercida pela Roma Antiga, onde a cidade garantiu a importação de alimentos graças ao desenvolvimento dos meios de transporte (meio técnico-científico) e à influência política e militar capaz de sujeitar outras regiões a se reestruturarem ou se adequarem de acordo com as suas necessidades. Como dito por Limonad, as interferências são cada vez mais intensas na medida em que “[...] se transforma o meio técnico-científico” (1999, p. 79) e, em termos de importância, para aquele que optar por mudar a estrutura do território. Nesse sentido, Ferreira (2011, p. 73) afirma que a produção do espaço urbano responde

[...] a uma lógica na qual se relacionam fundamentalmente o Estado, o mercado e a sociedade civil. A tensão existe no fato de que o mercado procura obter lucro por meio da valorização fundiária e imobiliária, enquanto a sociedade civil interessa-se mais pelo valor de uso da terra urbana.

Diante das abordagens discutidas, o espaço urbano, além de possuir diferentes significados e valores, envolve sujeitos como o Estado, o mercado e a sociedade civil na produção desse espaço. Na sociedade capitalista o espaço urbano também representa uma espécie de mecanismo que promove a manutenção do modo de produção capitalista, seja nas cidades ou nos campos. A partir daí, a *lógica do espaço urbano*, que chamaremos de *racionalidade urbana*, expande-se territorialmente, nas cidades e nos campos, com a *possibilidade* de provocar mudanças em todos os níveis.

Tabela 1: Percentual de domicílios sem televisão, percentual de domicílios com microcomputador, percentual de domicílios em que havia telefone fixo convencional e de domicílios em que havia telefone móvel celular no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio - 4o trimestre de 2018.

Situação do domicílio	Percentual de domicílios sem televisão, no total de domicílios particulares permanentes (%)	Percentual de domicílios com microcomputador, no total de domicílios particulares permanentes (%)	Percentual de domicílios em que havia telefone fixo convencional, no total de domicílios particulares permanentes (%)	Percentual de domicílios em que havia telefone móvel celular, no total de domicílios particulares permanentes (%)
Total	3,3	43,4	31,5	93,2
Urbana	2,6	47,9	35,3	95,0
Rural	7,7	14,6	7,2	81,6

Fonte: Produção da tabela pela própria autora com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018.

Ao mesmo tempo que o espaço urbano provoca uma série de mudanças na forma de organização da sociedade, também provoca outros tipos de mudanças. Capel (1975) afirma que a homogeneização do comportamento, de formas de vida e de atitudes das populações da cidade e do campo, ocorrem com a ação generalizada dos meios de comunicação, principalmente com a elevação do nível de vida, que pode ser determinado pelo acesso financeiro de um indivíduo ao adquirir um produto ou serviço. Essa ação generalizada, através dos meios de comunicação, é um indício do quanto o desenvolvimento do meio técnico-científico torna cada vez mais intensa a intervenção nos espaços sociais, com uma das finalidades de disseminar ou mercadorias ou serviços ou valores.

Uma das formas de enxergar a homogeneização nas formas de vida, entre os cidadãos do campo e da cidade, é através da presença de objetos como televisão, microcomputador, telefone fixo e celular na PNAD realizada pelo IBGE (2018). Na tabela 1, observa-se que são baixas as porcentagens de domicílios que *não* possuem televisões em áreas urbanas e rurais. Na área urbana, 2,6% dos domicílios não tinham televisão, enquanto que, na área rural, representavam 7,7%. Apesar de apenas 14,6% dos domicílios em área rural possuírem microcomputador, o IBGE verificou que esse esteve em segundo lugar, estando em primeiro lugar o celular, entre os aparelhos mais utilizados para acessar a Internet, pois a “[...]”

agregação de funcionalidades em telefones móveis celulares, que antes só existiam em microcomputadores, [...] podem ser suficientes para atender às necessidades dos moradores de determinados domicílios” (IBGE, 2018, p. 14).

Apesar dos dados demonstrarem que a presença de objetos utilizados nas cidades está cada vez mais presente nos domicílios localizados no campo, é fundamental lembrar que tal fator é resultado de uma série de transformações que se materializaram no espaço e provocam mudanças no tempo e no espaço.

As abordagens dicotômica e *continuum*, a noção de cultura urbana e a abordagem territorial representaram importantes referenciais para discutir a definição de urbano. No entanto, tais perspectivas não explicam as contradições internas acerca das mudanças na forma de organização da sociedade pós-industrial. Deste modo, a abordagem sobre o urbano por meio da dialética proposta por Lefebvre é o referencial que buscamos nesta pesquisa.

Com base no pensamento de Lefebvre, a conclusão a que chegamos, é que no contexto do modo de produção capitalista existe uma *racionalidade urbana* que se expande através da produção do espaço urbano, altera os modos de vida e as atividades produtivas da sociedade, e que, varia em intensidade na medida em que se desenvolve o meio técnico-científico. Em outras palavras, o sentido da racionalidade urbana seria estabelecer relações entre a cidade e o campo, a cidade e outra cidade, o campo e outro campo, a cidade e sua periferia, através da produção do espaço urbano, e assim, (re)estruturar ou (re)produzir outros espaços para promover a manutenção do modo de produção vigente. Portanto, não há necessidade de haver “cidade” ou uma área mais artificializada pela sociedade para representar a racionalidade urbana, mas a presença de um espaço urbano com a finalidade da manutenção do modo de produção capitalista.

2.2. Relações de produção e perspectivas sobre o produtor agrícola

A discussão sobre as relações de produção do agricultor está inserida em um debate acerca dos conceitos de campesinato e de agricultura familiar, cuja discussão parte da compreensão das relações de produção nas quais os produtores agrícolas encontram-se inseridos na sociedade brasileira, assim como da sua forma de organização socioeconômica.

De acordo com Oliveira (2007, p. 36),

As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Dessa forma, as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em uma sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência.

Uma das maneiras de compreender o funcionamento da economia no atual modo de produção capitalista, tem como base um

[...] complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes. Se um elemento deste sistema é retirado, todo o edifício desaba. Na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente (CHAYANOV, 1981, p. 136).

No entanto, nem as todas pessoas que compõem essa sociedade, mesmo que estejam inseridas ativamente no modo de produção capitalista, necessariamente seguem a regra que vincula as categorias preço, capital, salário, juro e renda, de maneira inseparável.

Esse é o caso da estrutura econômica da produção agrícola do campesinato. Chayanov (1981, p. 138-139) explica que “o grau de autoexploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. Isso demonstra que, há pelo menos dois sentidos para a produção, aquela que se orienta para o mercado e almeja o lucro, e a outra que se orienta para o mercado e prioriza o equilíbrio caracterizado pelo grau de autoexploração, onde as variáveis capital, salário e juros não necessariamente se aplicam. O autor critica a teoria econômica por tratar certas relações de trabalho como insignificantes ou em extinção, por não terem “[...] influência sobre as questões básicas da economia moderna e não [apresentarem], portanto, interesse teórico” (Ibid., p. 133).

No caso da estrutura econômica do trabalho camponês, Oliveira afirma que para os camponeses, a “[...] sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. [Sendo que,] [...] uma parte da produção agrícola entra [...] como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada” (OLIVEIRA, 2007, p. 40). No entanto, essa estrutura não se encaixa nos moldes pelos quais as relações capitalistas de produção se concebem, pois considerando a

afirmação anterior de Chayanov, a teoria econômica moderna considera essas relações de produção no campo como uma economia incompleta e desinteressante, pois não corresponderiam às categorias econômicas do sistema capitalista. Inclusive, esse tipo de pensamento está presente em uma das vertentes, que será discutida, sobre as relações de produção no campo, pois defende que tais relações camponesas, dado que não se adequam ao sistema econômico vigente, tenderão ao desaparecimento.

O debate sobre as relações de produção no campo se mantém até os dias atuais, por meio da discussão de três vertentes teóricas, cuja discussão refere-se às relações de produção dentro do processo de desenvolvimento ou da expansão do modo de produção capitalista nas atividades praticadas no campo.

A primeira vertente diz respeito à *permanência das relações feudais*. Tal vertente enxerga nas relações de produção dos camponeses e dos latifundiários evidências da permanência de relações feudais de produção, portanto, tratar-se-iam de relações pré-capitalistas (relações semif feudais de produção), e que, essas, com a inserção das relações capitalistas no campo, tenderiam a extinção, com a consequência do camponês tornar-se trabalhador assalariado (OLIVEIRA, 1991; 2007). Semelhante transição ocorreria também com os latifúndios que seriam substituídos por empresas capitalistas rurais.

A segunda vertente refere-se à *extinção dos camponeses e a modernização dos latifúndios*, essa vertente nega a existência de qualquer tipo de relação feudal ou semifeudal. Mas, os autores adeptos da vertente consideram que as denominadas relações camponesas de produção (relações não capitalistas de produção) são resíduos em vias de extinção, e que, em decorrência do processo de generalização das relações de produção, especificamente capitalistas, no interior da produção agropecuária, resultaria na expansão do trabalho assalariado nas unidades capitalistas no campo (OLIVEIRA, 1991; 2007). No caso dos latifúndios, o destino desses seria semelhante ao abordado pela primeira vertente, que aponta a modernização do latifúndio com a tendência a ser substituído por uma empresa capitalista rural.

A terceira vertente diz respeito à *criação e recriação do campesinato e do latifúndio*. Os autores dessa vertente partem do princípio de que, o desenvolvimento do modo de produção capitalista é contraditório e combinado, pois na medida em que o capitalismo se expande e reproduz relações especificamente capitalistas de produção no campo, também

produz e reproduz, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas de produção. Diferente das outras vertentes, a terceira é aquela que reconhece o campesinato e o latifúndio (proprietários de terra com rendimentos a partir da renda fundiária) como classe social além da burguesia e do proletariado (OLIVEIRA, 1991; 2007; MARTINS, 2010).

Entre as vertentes teóricas, temos que as duas últimas são as vertentes mais utilizadas enquanto análise da questão agrária. A segunda encaixa-se principalmente na perspectiva das políticas públicas brasileiras, que são direcionadas para a expansão e desenvolvimento técnico-científico da agricultura no campo, e utilizam o termo *agricultura familiar* apenas como categoria profissionalizante, ao invés de *camponês*, como classe social.

Abramovay, um dos adeptos da segunda corrente, afirma que a economia camponesa é incompreensível sob o ângulo teórico marxista (ABRAMOVAY, 1990). Para o autor,

[...] o mundo das mercadorias se define por sua socialidade contraditória – onde a ação de cada um é determinada de maneira não planejada pelo outro – será nesta alteridade que a vida social, e portanto as *categorias econômicas* centrais que lhe dão sentido, se constituem. Cada segmento e cada classe da sociedade serão conhecidos, em última análise pela maneira como se inserem na divisão de trabalho (ABRAMOVAY, 1990, p. 32-33, *itálico nosso*).

Para o autor, os camponeses não possuem lugar para coexistir com o modo de produção capitalista, em outras palavras, “[...] a relação do camponês com a sociedade, sob esse ângulo o conduz fatalmente à autonegação: seu ser só pode ser entendido pela tragédia de seu devir” (Ibid., p. 33).

Por outro lado, a terceira vertente defende a existência, e ao mesmo tempo expõe a resistência, dos camponeses nesse modo de produção. Segundo Santos (1978, p. 69),

O camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo.

A resistência desses camponeses é muito presente ainda nos dias atuais por meio dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem como objetivo a redistribuição de terras improdutivas para aqueles sem-terra. Segundo Oliveira (2007, p. 139), “o MST como o movimento socio-territorial rural mais organizado no

final do Século XX e início do Século XXI, representa no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra”. Esses movimentos resistem e combatem essa lógica que se reproduz com único fim de ampliar o lucro da terra agrícola, “terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes” (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

O MST representa um entre os movimentos ativistas que estão presentes no campo e associados diretamente à agricultura, o que representa novamente, apenas uma diferença local quando comparado com movimentos ativistas relacionados à agricultura que ocorrem na cidade. Ademais, ambas agriculturas estão expostas a sofrer com as consequências das formas de apropriação da terra pelo capital, geralmente realizadas com maior violência quando se trata do campo (MARTINS, 1991; OXFAM, 2016). Essa situação acontece principalmente por conta da profunda concentração de terras nas mãos de poucos, o que intensifica cada vez mais a desigualdade social. Atualmente, os grandes estabelecimentos, maiores do que mil hectares, somam apenas 1% do total de estabelecimentos agropecuários, e concentram 47,6% de toda a área (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019).

Considerando tais condições sobre a realidade dos camponeses, os adeptos dessa corrente também reforçam a crítica à forma de apropriação dos frutos do trabalho camponês, não somente da própria terra, pela lógica capitalista. A essa situação de exploração, dá-se o nome de *sujeição da renda da terra ao capital*.

O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É neste contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

A partir dessas considerações, a terceira vertente explicita que mesmo o trabalho camponês existe no próprio modo de produção capitalista, pois existe um mecanismo que permite a produção e reprodução de relações não capitalistas de produção no campo, ou seja, que não se baseia no funcionamento integrado das categorias econômicas, portanto, uma contradição desse sistema econômico. Martins explica que essas relações são denominadas *não capitalistas* pois coexistem com a “[...] produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar” (2010, p. 36).

Uma das grandes diferenças que se encontra entre as correntes é a forma como a dimensão das relações sociais é abordada. Diante disso, o camponês relaciona-se com o mercado na medida em que a família necessita. Assim, a diferença estaria na concepção que o próprio camponês tem sobre o mercado, em outras palavras, o mercado a princípio serviria como um “meio para manter e ampliar a sobrevivência e não o fim e objetivo da vida” (BOMBARDI, 2003, p. 113).

Essa perspectiva do camponês demonstra que ele não necessariamente se vincula de forma exclusiva ao mercado, mas como equilibra as relações com o mercado e as necessidades da família, e pelo fato de tender a não explorar outras pessoas, já que a base do trabalho é familiar. Compreender essa opção da família camponesa, implica em entender como os meios de produção são considerados de forma diferente. Segundo Martins (1980, p. 45), a propriedade da terra para a família camponesa é considerada como *terra de trabalho*, já para os produtores capitalistas trata-se de *terra de negócio*.

A diferença marcante entre a terra de trabalho e a terra de negócio é a forma de exploração. Na terra de trabalho, as relações de trabalho alternam-se na medida da necessidade da família, pois, segundo Oliveira (1991, p. 61), “a propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho alheio. Estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador. É pois, terra de trabalho”. O camponês, nesse sentido, pode assumir diferentes papéis a depender da relação que tem com a propriedade (camponês-proprietário, camponês-rendeiro e o camponês-posseiro) (OLIVEIRA, 2007, p. 41). Nessas relações, a exploração pode ser identificada quando há a redução do trabalho familiar e aumento da quantidade de trabalho assalariado. Quando a mão de obra passa a ser prioritariamente assalariada, a tendência é que a propriedade tenha como objetivo principal o lucro e não as necessidades da família.

Ao final dessa discussão, percebeu-se que ambas fundamentações teóricas, especificamente a racionalidade urbana e a tese que defende a criação e recriação do campesinato e do latifúndio podem dialogar entre si. Considerando o entendimento sobre a *racionalidade urbana*, esta se mostrou capaz de explicar o sentido da adequação das relações de produção nas atividades do campo brasileiro. O *espaço urbano*, nesse caso a propriedade enquanto terra de negócio, utiliza tanto relações de produção capitalistas como relações de produção não capitalistas, pois para a promoção da racionalidade urbana, não é necessário que

as relações de produção estejam de acordo com as relações especificamente capitalistas de produção, ou com as categorias econômicas que abordamos anteriormente. A questão fundamental da lógica é adequar para manter o sistema econômico. A identificação dessa forma de funcionamento nas atividades agrícolas no campo, é um exemplo das tais *descontinuidades*, representadas por contradições que o próprio capitalismo produziu, pois mesmo que tais contradições neguem as categorias econômicas, elas servem para manter a própria lógica de funcionamento do capitalismo.

3. AGRICULTURA NA CIDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL E BRASILEIRO

3.1. Contexto de surgimento da expressão da Agricultura Urbana e Periurbana

Um estudo realizado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP¹⁶, 1996 apud FAO/WB, 2008) estimou a existência de cerca de 800 milhões de pessoas no mundo que estão se dedicando à atividade eventualmente denominada AUP. Diversos estudos realizados sobre a AUP tem considerado a articulação de ações políticas e sociais que objetivem enfrentar a problemática da fome no mundo, mas principalmente nas grandes cidades, por meio de ações políticas que façam da SAN uma realidade para todas as pessoas.

De acordo com a FAO (2018), a SAN caracteriza-se por uma situação onde todas as pessoas (família) tenham, o tempo todo, acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, de acordo com as necessidades diárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. Ainda com base nessa definição, derivaram-se quatro dimensões que constituem essa situação (FAO, 2018, p. 159, tradução nossa):

- a) Disponibilidade de alimentos: esta dimensão verifica se o alimento está presente ou potencialmente presente fisicamente, incluindo aspectos da produção, reservas de alimentos, mercados, transportes e alimentos silvestres;
- b) Acesso: se o alimento estiver presente ou potencialmente presente fisicamente, a questão é se as famílias e os indivíduos têm ou não acesso suficiente a esse alimento;
- c) Utilização: se o alimento estiver disponível e as famílias tiverem acesso adequado a ele, a questão é se as famílias estão ou não maximizando o consumo de nutrição e energia adequadas. A ingestão suficiente de energia e nutrientes pelos indivíduos é o resultado de boas práticas de cuidado e alimentação, preparação de alimentos, diversidade alimentar e distribuição intradomiciliar de alimentos. Combinando com boa utilização biológica dos alimentos consumidos, isso determina o estado nutricional dos indivíduos; e
- d) Estabilidade: se as dimensões de disponibilidade, acesso e utilização forem suficientemente atendidas, a estabilidade garante que os domicílios sejam sempre seguros em termo de alimentação. As questões de estabilidade podem se referir à instabilidade de curto prazo (que pode levar à insegurança alimentar aguda) ou à instabilidade alimentar crônica). Fatores climáticos, econômicos, sociais e políticos podem ser fontes de instabilidade.

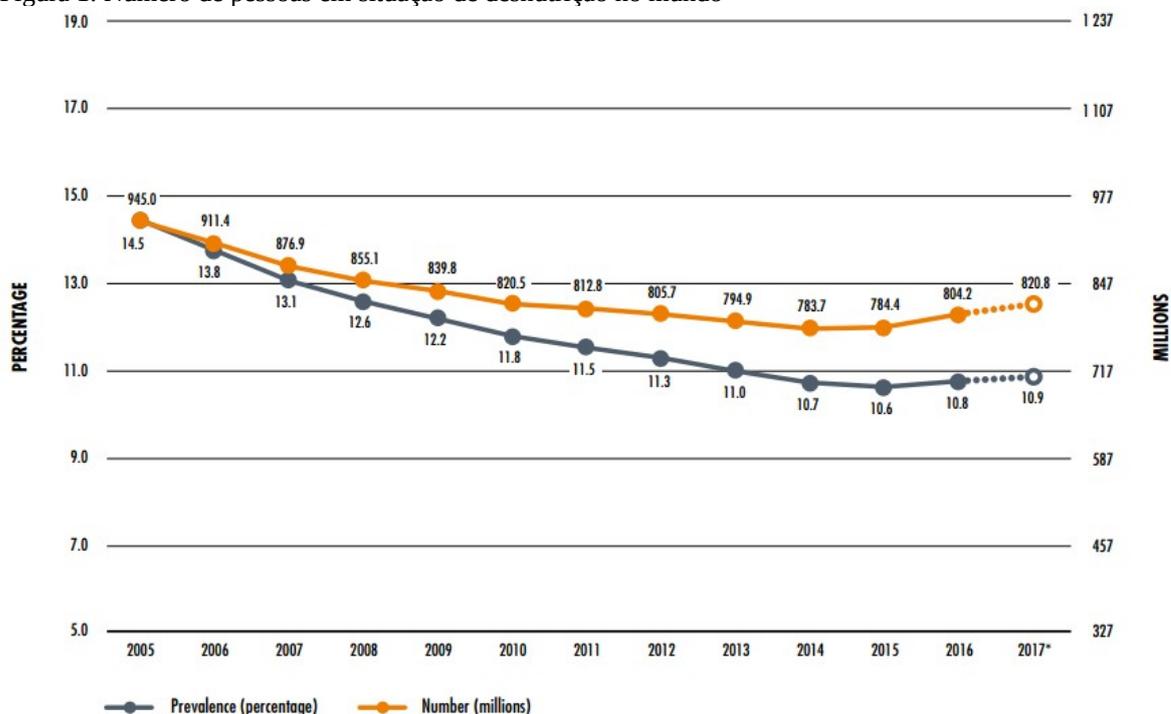
16 UNDP - United Nations Development Program. Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable Cities. United Nations Development Program, Publication Series for Habitat II, Volume One. UNDP, New York, USA, 1996.

A incapacidade da população acessar os alimentos, dimensão de maior dificuldade a ser resolvida, está diretamente relacionada com o aumento da desigualdade social (FAO, 2018). Para tanto, uma das alternativas que enfatiza e orienta as ações dos governos no combate dessa causalidade, se faz através do comprometimento com os objetivos da agenda política, descritos no relatório da *Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, que entrou em vigor em janeiro de 2016. O comprometimento com a agenda é fundamental para orientar a tomada de decisões dos países, até o ano de 2030, e alcançar metas razoáveis. Entre os 17 objetivos, o segundo diz respeito à SAN, pois prevê “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015, p. 9).

Embora os países possam argumentar que possuem dificuldades de investir em ações que combatam à fome, o maior impasse para a concretização dessas ações é a vontade política. Segundo o ex-diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, “a vontade política é o ingrediente fundamental e necessário para erradicar a fome e todas as formas de mal nutrição — incluindo o sobrepeso e a obesidade — na América Latina e Caribe” (ONU, 2019).

Além da falta de vontade política, outros fatores que contribuem para a dificuldade de redução da fome no mundo é o aumento no número de conflitos e de violência em diversas partes do mundo. Nesse cenário, a FAO (2018) reforça que os esforços para lutar contra a fome devem ser direcionados para sustentar a paz, como também para ampliar ações que fortaleçam a capacidade de resiliência e de adaptação dos sistemas alimentares e meios de vida da população, em resposta às variabilidades e efeitos climáticos extremos. Esses últimos, afetam todas as dimensões da segurança alimentar.

Figura 1: Número de pessoas em situação de desnutrição no mundo



Fonte: FAO, 2018.

Diante desses fatores, uma das estratégias que emerge para reduzir a quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (figura 1) é a AUP. Em 1999, a AUP foi oficialmente reconhecida na 15ª sessão do Comitê de Agricultura (FAO, 1999), em Roma, pela Cúpula Mundial da Alimentação – *World Food Summit* –, em 2002, e pela Força Tarefa de Alto Nível da ONU para a Crise Global de Alimentos em 2008, como uma estratégia para reduzir a insegurança alimentar nas cidades e para construir cidades mais resilientes durante crises de diferentes naturezas (FAO, 2009).

Segundo a FAO e o Banco Mundial (FAO/WB, 2008, tradução nossa) a AUP é

[...] uma indústria localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma vila, cidade ou metrópole, que cultiva e cria, processa e distribui uma diversidade de produtos agrícolas, usando principalmente recursos humanos, terra e água, produtos e serviços encontrados na área urbana e nas proximidades (p. 10). [...] A agricultura urbana e periurbana contribui para o desenvolvimento econômico local, o alívio da pobreza, o reconhecimento do direito humano à alimentação, a inclusão social dos pobres urbanos e das mulheres em particular, bem como o esverdeamento da cidade e o reuso produtivo de resíduos urbanos (p. 9-10).

Complementar a essa definição, Mougeot (2000, p. 1, tradução nossa) considera que a “agricultura urbana é diferente e complementar à agricultura rural quanto aos sistemas alimentares local: a agricultura urbana está integrada à economia urbana local e ao sistema

ecológico urbano”. Diante de ambas conceituações, o que aparenta ser o diferencial da agricultura urbana são a localização, a capacidade de utilizar os resíduos sólidos, produzidos nas cidades, a complementaridade de renda para as pessoas em situação de pobreza e a utilização ou integração de produtos e serviços, dentro e ao redor da cidade, para a agricultura. Na figura 2, Mougeot estabelece uma série de dimensões como forma de caracterizar e distinguir o conceito de agricultura urbana da agricultura praticada no campo.

Figura 2: Agricultura Urbana: Dimensões Comuns.



Fonte: Mougeot, 2000.

A princípio, as dimensões são passíveis de serem aplicadas também à agricultura do campo, portanto, houve a necessidade de se aprofundar em algumas delas como meio de esclarecer a existência de limitações dessa forma de caracterização. Com base na figura 2, temos:

- Atividades econômicas;
- Produtos - Categorias alimentares/não alimentares e subcategorias;
- Localização - Caráter intraurbano/periurbano;
- Áreas - Tipos de áreas onde AU é praticada;
- Destinação do produto;

- Escala dos sistemas de produção.

Dentre as seis dimensões propostas pelo autor, faremos uma análise mais detalhada de três delas: atividades econômicas, localização (caráter intraurbano/periurbano) e áreas (tipos de áreas) onde AU é praticada. A motivação para a escolha das três dimensões é a maior quantidade de características distintas da agricultura considerada urbana, quando comparadas às características das dimensões da agricultura praticada no campo, enquanto que as outras dimensões, produtos, destinação do produto e escala dos sistemas de produção, não foram encontradas grandes diferenças ou potencialidades ou limites, justamente por não apresentarem características que representassem alguma diferença associada diretamente ao local onde está sendo praticada.

3.1.1. Atividades Econômicas

As atividades econômicas determinam-se pela relação entre a produção complementada pelo processamento e as trocas comerciais, assim como as tensões envolvidas entre cada etapa da cadeia produtiva. A maior diferença, senão principal com relação à agricultura fora da cidade, seria a tendência dessas etapas serem reduzidas, no tempo e no espaço, graças ao aumento da proximidade geográfica e rapidez no fluxo de recursos (MOUGEOT, 2000). Além da questão do tempo e espaço, Mougeot aponta para dois tipos de economia para a agricultura, a de aglomeração e a de escala, sendo que a primeira predomina sobre a segunda que é mais comum em produções rurais. Quer dizer, segundo a economia de aglomeração, a orientação da localização da agricultura poderia ser pautada pela proximidade desde a produção até a venda (e também o local de processamento).

O conceito de economia de aglomeração foi pouco explorado por Mougeot. Tal economia seria determinada segundo a proximidade do local de produção e do mercado consumidor, o que implicaria na velocidade do fluxo dos produtos e redução nos custos com transporte. No entanto, essa particularidade serviria tanto para a agricultura praticada no campo quanto a praticada na cidade. Assim, pretendemos nos apoiar em uma definição com intenção de aplicar seu conceito ao contexto da agricultura praticada na cidade.

Segundo Weber (1929), a economia de aglomeração significa que a definição de uma localização, para o estabelecimento de uma indústria, deve ser orientada pela proximidade das infraestruturas (vias de transporte), das fontes energéticas e das matérias-primas necessárias

para o seu funcionamento e manutenção. Esses elementos são importantes na constituição do preço do produto final, e, portanto, dos custos de produção.

Se esse tipo de economia fosse aplicada à atividade agrícola na cidade, a orientação da localização tenderia a ser mais restrita, pois a dependência do solo e dos recursos hídricos é essencial, pelo menos para culturas não hidropônicas e hortas verticais, no caso do solo. A partir dessa consideração, o próximo passo seria verificar o entorno e o próprio terreno onde seria praticada a atividade agrícola. Fenômenos naturais, como o clima da região (temperatura, quantidade de chuvas, umidade etc.) podem ser tanto desejáveis quanto limitantes, já a composição e o histórico do solo, são fundamentais para expor possíveis contaminações. Feitas essas ponderações, os produtores responsáveis devem considerar as deficiências do terreno e suas capacidades técnicas e econômicas que possibilitem o seu manejo. Quanto aos insumos necessários para a produção, seria possível separar em outra categoria de orientação, sobre a proximidade dos mercados agrícolas, a depender da forma de condução da produção agrícola.

A economia de aglomeração para a agricultura na cidade, se mais aprofundada, pode ir além da definição da proximidade física do mercado consumidor e do fluxo da produção. Portanto, caberiam mais estudos para analisar características tanto da propriedade como do entorno, com o objetivo de potencializar a comercialização de forma que os custos sejam vantajosos e as perdas menores.

3.1.2. Localização - Caráter intra urbano/periurbano

Em termos gerais, quando se trata de questionar o que seria a AUP, geralmente, uma das primeiras características a serem evidenciadas é a sua localização. A definição acerca da localização da *agricultura urbana* seria mais simples, e reduzida, pelo fato de estar dentro do perímetro classificado como urbano, se considerarmos uma definição técnica e administrativa. Porém, quando se trata da definição de periurbano, existem maiores dificuldades de estabelecer uma localização precisa.

Stevenson¹⁷ e colaboradores (1996 apud Mougeot, 2000, p. 4) propuseram uma distância máxima entre a produção e a cidade dada uma porcentagem sobre o que é vendido

17 STEVENSON, C., XAVERY, P., WENDELIN, A. 1996. Market production and vegetables in the peri-urban area of Dar es Salaam, Tanzania. Dar es Salaam: UVPP, Ministry of Agriculture and Co-operatives/GTZ.

pelos produtores direto da horta, via venda direta (*farm-gate*). Além disso, o limite para essa distância seria definido na medida em que existirem infraestruturas desenvolvidas, como vias com arruamento bem definido e custos de transporte associados. O que se observa nessa definição, é que ela se baseia na combinação entre os critérios relativos à quantidade de produção comercializável e à presença de infraestrutura. Apesar da tentativa de gerar critérios como meio de auxiliar a definição de uma área periurbana, a questão fundamental, para esta pesquisa, seria definir como finalidade a sinalização de tendências sobre as mudanças e os fluxos que surgem com a expansão das cidades.

Shepherd e Nunan, afirmaram que para definir o periurbano, deve-se concebê-lo como uma interface que pode ser determinada “[...] examinando uma série de fluxos e mudanças relacionados” (1998, p. 8, tradução nossa), como os fluxos de mercadorias; fluxos de trabalho; fluxos de investimento; fluxos de resíduos; fluxos de energia; escassez de trabalho; fluxos de água e poluição transmitida pela água; e fluxos de conhecimento (Ibid., tradução nossa).

A análise do periurbano como uma interface pode ser eficaz para evidenciar os fluxos e as mudanças que ocorrem com a expansão das cidades. Portanto, a identificação das áreas como periurbanas, a partir da verificação dessas mudanças, pode ser uma medida técnica capaz de sinalizar os possíveis impactos que essas áreas poderão sofrer.

3.1.3. Áreas - Tipos de áreas onde a agricultura é praticada

Os tipos de áreas dentro da cidade, onde a agricultura é praticada, possuem diferenças quando comparados às propriedades de regiões rurais, pois possuem outras formas de aquisição e outros regimes de propriedades na condição legal. A agricultura pode ocorrer em

[...] localização relativa à residência [...], local (construído versus espaço aberto), modalidade de posse / usufruto do local (cessão, arrendamento, compartilhamento, autorizado ou não autorizado - mediante acordo pessoal, lei consuetudinária ou transação comercial); a categoria oficial de uso da terra do setor onde a AU é praticada (residencial, industrial, institucional etc.) (MOUGEOT, 2000, p. 7, tradução nossa).

Apesar de existir uma diversidade de localidades nas quais é possível praticar a agricultura, para definir a atividade, de fato, como uma forma de sustento, e a pessoa que planta como agricultora, será preciso estabelecer o objetivo da produção.

No Brasil, a categorização dos estabelecimentos agropecuários é feita por meio de critérios empregados pelo IBGE, visíveis no Censo agropecuário 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017a). Por meio desses critérios é possível caracterizar um estabelecimento agropecuário, as modalidades de uso da terra com base na condição legal (tabela 2) e outras condições relevantes à realidade brasileira. Segundo o IBGE (2017a, p. 17), o estabelecimento agropecuário

É toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

Para fins de coleta, foi considerada como produção de subsistência aquela na qual os alimentos produzidos são voltados para atender às necessidades vitais do produtor e de sua família. Eventualmente, parte dessa produção pode ser comercializada por meio de venda ou troca (por outros produtos ou por bens duráveis), visando atender a outras necessidades desse núcleo familiar, que depende, totalmente ou em sua maior parte, da atividade agropecuária para sua sobrevivência econômica.

Entre os objetivos aceitos pelo IBGE, visualizaram-se duas possibilidades, a produção essencialmente para a venda e a produção para subsistência, com o critério de que o uso dos alimentos seja para suprir diretamente as necessidades do produtor e de sua família. Quando indiretamente, a totalidade ou a maior parte da produção deve ser vendida ou trocada para subsidiar outras necessidades de consumo da família.

Diante de ambas as colocações sobre os tipos de áreas onde a agricultura é praticada na cidade, três pontos diferem entre si, (1) o objetivo da propriedade agropecuária; (2) a localização (cidade ou campo); e (3) a modalidade do uso da terra.

Tratando-se da abordagem colocada por Mougeot sobre os locais de atividade agrícola na cidade, nem todas as produções seriam classificadas pelo objetivo de subsistência e/ou para a comercialização sendo que, o IBGE não classifica “[...] quintais de residências com pequenos animais domésticos, hortas domésticas, [...]” (2017a, p. 17).

Principalmente nos estabelecimentos agropecuários nas cidades, o agricultor se depara com uma série de fatores que dificultam a dedicação exclusiva para a produção, de forma que essa se torne recenseável. Nas cidades, geralmente há maior competitividade entre os diversos mercados de alimentos (feiras, mercados, centros de abastecimento etc.), os custos de vida são

mais altos (produtos de primeira necessidade, impostos, insumos, aluguel, mão de obra etc.), conseqüentemente há maior dificuldade de acesso às políticas públicas e de crédito direcionadas à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O PRONAF foi instituído pelo governo federal em 1995, e o acesso a esse programa passou a exigir a identificação dos agricultores familiares, como forma de impedir desvios dos subsídios pelos agricultores não familiares (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016). Com a finalidade de garantir esse acesso, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) serviu como instrumento que identifica e qualifica as Unidades Familiares de Produção Rural (UFPR) e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, o que possibilita acesso às políticas públicas do Governo Federal.

De acordo com Oliveira (2017), até 2014, um dos impeditivos dos produtores obterem a DAP era o fato da produção ocorrer em área delimitada como urbana. O outro, após a questão do local não ser mais um impeditivo, era o fato dos produtores produzirem em área urbana, mas ainda assim, a área não poderia ser classificada como uma UFPR, pois “os agricultores produzem em terrenos de terceiros, seja através de comodatos com empresas públicas ou privadas, seja através de comodatos com órgãos públicos [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 125).

Uma terceira barreira, ainda presente, refere-se à obtenção de no mínimo 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Oliveira explica que

[...] muitos agricultores dividem esses terrenos com agricultores de outras famílias e, além disso, muitos dos agricultores dividem seu local de moradia com outros membros da família e agregados, que trabalham em outros segmentos. Com isso, a renda domiciliar dos agricultores da cidade não é necessariamente proveniente da agricultura familiar na proporção exigida pela legislação (OLIVEIRA, 2017, p. 125).

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2019), os produtores agrícolas que trabalharem em área urbana, e em áreas de terceiros, tem a possibilidade de atender os requisitos para enquadramento no PRONAF. Entre as características do agricultor familiar, estão (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2019, *itálicos nossos*):

(a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, *comodatário*, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;

(b) residir na propriedade ou em local próximo;

(c) não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor (este item não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais);

(d) *obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;*

(e) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar - exceto na Linha PRONAF Microcrédito (Grupo "B"), em que não se admite a manutenção de qualquer empregado assalariado, em caráter permanente; e

(f) ter obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Nesta última dimensão foi possível compreender que embora exista a tendência das pessoas nas cidades praticarem a atividade agrícola, nem todas as produções serão reconhecidas como um estabelecimento agropecuário. No entanto, mesmo aquelas produções que seriam reconhecidas como uma UFPR, podem sofrer com barreiras relativas aos rendimentos, considerando os fatores citados.

O reconhecimento das diferentes propriedades, objetivos, modalidades de uso do solo e das realidades dos respectivos agricultores, são informações fundamentais para reconhecer as dificuldades e possibilitar a criação de diretrizes capazes de incluir os agricultores nas políticas públicas, mesmo dentro das cidades.

Tabela 2: Categorias de modalidades de posse/usufruto de terras segundo condição legal da terra.

Modalidades de uso da terra com base na condição legal	Definição
Área de terras próprias	Quando a área é de propriedade do produtor.
Área de terras concedidas por órgão fundiário, sem título definitivo (inclusive assentamento e com concessão de direito real de uso)	Quando a área é concedida por órgão fundiário e à qual ainda não havia sido outorgado o título definitivo de propriedade até a data de referência, como: título de domínio ou concessão de direito real de uso, título de ocupação colonial, título provisório ou outro (inclusive em regime de posse não titulada), e assentamentos.
Área de terras arrendadas	Quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos.
Área de terras em parceria	Quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante pagamento, previamente ajustado, de parte da produção (meia, terça, quarta etc.).
Área de terras em regime de comodato (contrato ou acerto entre as partes)	Quando a área é de propriedade de terceiros e estava sendo explorada pelo produtor mediante contrato ou acerto entre as partes, no qual somente o produtor (comodatário) assume as obrigações.
Área de terras ocupadas*	Quando a área é de propriedade (pública ou particular) de terceiros e pela qual o produtor nada pagava pelo seu uso (ocupação ou posse).

Fonte: Produção da tabela pela própria autora com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017a.

3.2. A inserção da agricultura nas cidades brasileiras

No Brasil, por volta da década de 1960, a população do meio rural deslocou-se mais intensamente em direção às cidades na busca por oportunidades de emprego e melhores condições de trabalho. Entre os fatores que ocasionaram essa migração estão a alteração das relações de produção no campo e o processo de modernização, resultante da implementação da Revolução Verde, da forma de condução da produção agrícola através do uso de máquinas, agrotóxicos e fertilizantes químicos, cujo processo representava

[...] um sistema de produção agrícola moderno e eficiente, [mas,] a diversidade de culturas alimentares foi gravemente afetada e grande contingente de agricultores familiares precisou migrar para os centros urbanos, gerando graves problemas de

desemprego e precarização social nas periferias das grandes cidades (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 10).

Essa migração campo cidade, denominada como êxodo rural, foi acompanhada muitas vezes com o processo de migração inter-regional com a mobilização de grandes parcelas da população em direção às capitais, com maior dinâmica econômica, ocasionando o aumento da população urbana que em 1960 tornou-se superior à rural (BRITO, 2006). Entre os habitantes que se deslocaram havia um grande número de pequenos agricultores, especialmente os que não eram proprietários ou os que o eram de forma insuficiente e extremamente vulneráveis, no que se refere, à sua permanência no local de origem (WANDERLEY, 2000).

Segundo Brito (2006), o fluxo migratório acelerado, as mudanças estruturais pelas quais a sociedade e a economia passaram, tal como a crise econômica e social nas últimas décadas do século XX, causaram uma grande redução da capacidade de inserção da população no mercado de trabalho. Como consequência desse movimento, por volta da década de 1980, desenvolveram-se nas cidades “[...] extensas áreas de concentração de pobreza [...]. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representavam uma situação inédita” (MARICATO, 2003, p. 152).

Nesse cenário, um tema que começa a ser discutido no Brasil, é a situação de SAN. A SAN foi reconhecida na declaração da FAO, ao final da I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas em 1974, onde foi discutido que “o problema da fome global não é uma questão exclusiva de pouca disponibilidade de alimentos, mas sim derivada da pobreza de grande parte da população” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 11).

Assim, no contexto brasileiro, a “[...] década de 1980 e o início dos anos 1990 também marcaram a consolidação do conceito de SAN [...], que passou a herdar todo o histórico das lutas e conquistas sociais em torno do tema em todo o mundo” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 23). Em 1993, o ex-presidente Itamar Franco (1992-1995) lançou o Plano de Combate à Fome e à Miséria (PCFM), com o intuito de articular as três instâncias de governo (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil (por intermédio dos representantes dos movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) para auxiliar no redesenho de uma estratégia emergencial de governo para o combate à fome (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), por meio do Decreto nº 807, de 24 de abril de 1993, ligado à Presidência da República com representantes de vários ministérios e organizações sociais, foi favorável por avançar em ações de forma descentralizada. Entre os principais avanços do CONSEA ocorreram o retorno do programa de distribuição de leite, de forma descentralizada e focalizada em crianças e gestantes em risco nutricional; a distribuição também descentralizava a merenda escolar, e o fornecimento de estoques de alimentos do governo para mais de dois milhões de famílias atingidas pela seca (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

Por volta de 1994, foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), com fins de “[...] consolidar os avanços obtidos e construir novas plataformas de atuação” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014, p. 25). No entanto, em 1995, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) lançou o Programa Comunidade Solidária (PCS), criado para ser a principal ação estratégica e conjunta no ataque aos problemas da fome e da pobreza (SUPLICY; NETO, 1995), que resultou na extinção de uma série de estruturas de governo ligadas à temática alimentar e nutricional, como o CONSEA.

Após a gestão de FHC, em 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/07-2007/11), foram iniciadas as “[...] deliberações participativas para a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar através da reativação do CONSEA [...] e a realização de conferências participativas” (OLIVEIRA, 2017, p. 76). Nesse contexto, surgiu a demanda pelo acréscimo da temática da Agricultura Urbana, a qual surge com a realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), cujo tema central foi *A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional* (BRASIL, 2004, itálico nosso).

Assim, a agricultura na cidade, denominada *urbana* pelo relatório final da II CNSAN (BRASIL, 2004), ganhou destaque. Desde então, estavam previstos no relatório diagnósticos participativos, “[...] coordenados pelos CONSEAS (ou conselhos afins) com o fim de subsidiar a criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana [...]” (BRASIL, 2004, p. 15), a identificação das iniciativas desenvolvidas tanto pelo poder público como pela sociedade civil, e levantamento georreferenciado municipal indicando os espaços públicos e

privados passíveis de utilização de um programa de agricultura urbana com a garantia de ampla divulgação destes dados.

Mesmo com o estabelecimento da proposta da agricultura na cidade pelo Programa Fome Zero (PFZ) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010), em 2003, alguns governos estaduais e municipais já tinham uma política própria antes do governo federal. Segundo Oliveira (2017), no Estado de São Paulo, já existia uma política, semelhante às iniciativas posteriormente desenvolvidas no município de São Paulo, relativo à inserção da agricultura na cidade. Tal política ocorreu na gestão do, então governador, Franco Montoro (1983-1987), com o objetivo de descentralizar a política da merenda escolar para os municípios e incentivar à produção local de alimentos em terrenos ociosos com objetivo de combater à fome e de integração à alimentação escolar. Anos depois, por volta de 2004, no município de São Paulo foi proposto um programa de incentivo à agricultura na cidade, como estratégia de combate à insegurança alimentar e nutricional, e de geração de renda.

3.3. A agricultura no município de São Paulo

São Paulo consta entre os 39 municípios que constituem a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, no município de São Paulo, a população é estimada em 11.811.516 habitantes, praticamente metade do total existente na RMSP (20.996.747 habitantes) (SEADE, 2019). O município conta com cinco zonas divididas em Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste, além de serem subdivididas administrativamente em 32 prefeituras regionais que constituem 96 distritos (SÃO PAULO, 2019a). A partir do mapa 1, é possível observar nas zonas Sul e Leste a presença de áreas classificadas como rurais, predominantemente na zona sul. Essa classificação se dá principalmente pelo reconhecimento da presença das atividades agrícolas e de áreas de preservação ambientais (APAs) nessas áreas.

Até a vigência do Plano Diretor Estratégico (PDE), instituído pela Lei Municipal nº 13.430/2002, todo o território paulistano era considerado urbano, apesar de algumas glebas e lotes continuarem a ser tributados pelo Imposto Territorial Rural (ITR)¹⁸ (SÃO PAULO, 2016b). Com a aprovação do novo PDE, instituído pela Lei Municipal nº 16.050/2014¹⁹, o

18 Portanto, algumas áreas “grafadas como Zona Especial de Produção Agrícola e Mineral – ZEPAG, reconhecidas no PDE anterior como áreas rurais enquanto fosse mantida a atividade rural” (SÃO PAULO, 2016b).

19 Cujas funções principais estão sinalizadas no Art. 3º, do Capítulo I, Título I:

território paulistano passou a reconhecer a existência da zona rural em uma área de 445 km², o que corresponde a cerca de 30% da área total do município.

A iniciativa de evidenciar as áreas rurais a partir do PDE, representa a possibilidade de estimular e/ou manter o uso do solo com atividades de produção agrícola, conciliadas com a inclusão social, a conservação e a recuperação dos recursos naturais existentes (conservação e recuperação de florestas, áreas de preservação permanente, reserva legal, manejo adequado do solo, garantia de produção de água e manutenção da biodiversidade), e o respeito à diversidade sociocultural do território (SÃO PAULO, 2016b).

De acordo com o IBGE (2017a), São Paulo conta com 550 estabelecimentos agropecuários²⁰. Mesmo que São Paulo seja um município com difícil acesso a recursos (terra, água), a insumos (sementes e mudas) e ao suporte técnico (assistência, crédito, divulgação), essenciais para a produção agrícola, os produtores das áreas existentes permanecem e “[...] resistem à especulação imobiliária e [ao crescimento desordenado da cidade] [...], como é o caso dos [produtores] dos bairros Parelheiros e São Mateus” (BIAZOTI; SILVA, 2016, p. 56), localizados na periferia de São Paulo. Desde então, o reconhecimento da existência das áreas rurais pelo município colaborou para a orientação e fortalecimento das leis e programas relacionados à produção agrícola, e, para possibilitar melhores condições às agricultoras e agricultores.

Art. 3º: O Plano Diretor Estratégico orienta o planejamento urbano municipal e seus objetivos, diretrizes e prioridades devem ser respeitados pelos seguintes planos e normas:

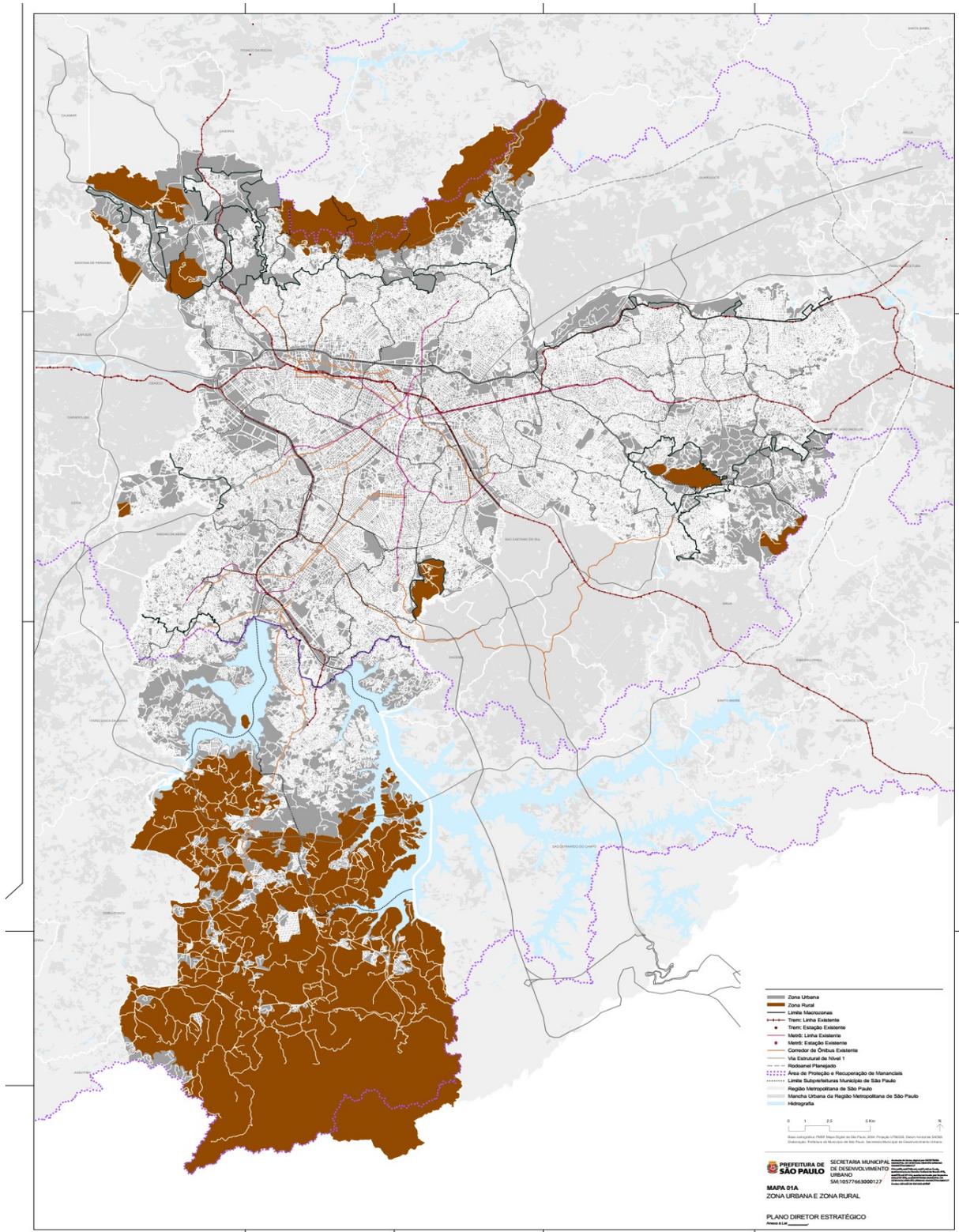
I - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e o Plano de Metas;

II - Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Planos Regionais das Subprefeituras, Planos de Bairros, planos setoriais de políticas urbano-ambientais e demais normas correlatas.

20 Diversas pesquisas apontam para a existência de práticas agrícolas e de pecuária com maior presença nas zonas Sul e Leste no município de São Paulo. Dados recentes do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017a) apontaram nos resultados preliminares a existência de 550 estabelecimentos agropecuários no município de São Paulo, o que demonstra um aumento de até 50,5% se considerarmos o censo anterior (2006) que apontava pelo menos 193 estabelecimentos no município de São Paulo.

Ao menos dois fatores podem explicar o aumento desses estabelecimentos, contraditoriamente, já que São Paulo possui uma área visível e predominantemente edificada. O primeiro fator tem relação com uma mudança metodológica das instituições de pesquisa na identificação e qualificação de estabelecimentos anteriormente não classificados como agropecuários, como aqueles caracterizados por regime de comodato. O segundo, seria a abertura de novos terrenos para a produção.

Mapa 1: Mapa dos perímetros urbano e rural do município de São Paulo.



Fonte: São Paulo (Município), 2016a. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE_lei_final_aprovada/MAPAS/MAPAS%20ASSINADOS/Mapa01A_Zona_Urbana_Rural.pdf>. Acesso em 05 dez. 2019.

3.3.1. Marco legal da agricultura em São Paulo e os benefícios para a cidade

Como formas de garantir melhores condições para os produtores se manterem na atividade agropecuária, esteja em área rural ou urbana, os apoios institucionais, e a implementação de legislação pelos governos são essenciais pela capacidade de legitimar a prática, e ao mesmo tempo, fornecer subsídios para esses agricultores dentro da cidade.

No entanto, a promoção da atividade agrícola na cidade, com marco legal, efetivou-se após uma série de mobilizações e eventos que envolveram, a princípio, o legislativo municipal em prol da instituição do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP). A partir de então, em 2002, foi criado um fórum sobre essa temática que contou com a participação de instituições públicas e da sociedade civil organizada, e levou à decisão de implementar o PROAURP no PDE de 2002 (SANTANDREU; LOVO, 2007). Mas, apenas no ano de 2004, é que foi promulgada a Lei nº 13.727/04 que criou o PROAURP definitivamente, no município.

A instituição do PROAURP teve como objetivo principal incentivar uma prática que gera emprego e renda, ao mesmo tempo que combate a fome e promove a inclusão social. Embora os objetivos do PROAURP tenham como foco a dimensão social, a agricultura é uma prática com capacidade de impactar diversas dimensões. Não à toa, alguns autores afirmam que a agricultura adquire um “[...] caráter multifuncional” dentro do contexto da cidade (BIAZOTI; SILVA, 2016, p. 56).

Na dimensão social, a função principal da agricultura é o combate à fome, ou seja, oferecer aos indivíduos e às famílias uma situação de SAN. Através das discussões anteriores, observou-se que tal função é uma das mais estimuladas pelas instituições internacionais, como a FAO, e pela sociedade civil, que se mobiliza em prol da SAN por meio de movimentos sociais e pela presença e atuação nos meios de participação políticos, como os conselhos temáticos. Segundo a FAO (2018, p. 159, tradução nossa), insegurança alimentar é

Uma situação que existe quando as pessoas não têm acesso seguro a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento normal e desenvolvimento de uma vida ativa e saudável. Isso pode ser causado pela indisponibilidade de alimentos, poder de compra insuficiente, distribuição inadequada ou uso inadequado de alimentos no nível doméstico. Insegurança alimentar, más condições de saúde e de saneamento e práticas inadequadas de cuidados e de alimentação são as principais causas do mau estado nutricional. A insegurança alimentar pode ser crônica, sazonal ou transitória.

No Brasil, para determinar se um indivíduo ou uma família está em situação de (in)segurança alimentar, são definidas pelo menos quatro escalas que medem a situação de disponibilidade e regularidade dos alimentos. Tais critérios foram utilizados pelo IBGE (2014) para a realização de pesquisas, como a Pesquisa de Segurança Alimentar.

Tabela 3: PNAD Segurança Alimentar – 2013: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014.

Cerca de 22,6% dos brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014). Enquanto no Estado de São Paulo, a porcentagem é de 3,6%. Mesmo que pequena a porcentagem, ela tende a aumentar em uma situação de crise econômica. Ademais, o Brasil é considerado o 10º país mais desigual do mundo (OXFAM, 2017) e a desigualdade em si é considerada um fator determinante da pobreza, pois

[...] não é possível erradicar a pobreza no mundo sem reduzir drasticamente os níveis de desigualdade. Níveis extremos de desigualdade interferem na capacidade do Estado e da sociedade redistribuírem renda, erguendo barreiras à mobilidade social e mantendo parcelas da população à margem da economia (OXFAM, 2017, p. 11).

Além da desigualdade social erguer essas barreiras, também dificulta o acesso a uma alimentação de qualidade, em outras palavras, afeta a situação de SAN. Por um lado, se

supormos uma situação em que a desigualdade social não afete a SAN, por outro, pode afetar a disponibilidade de renda para outras necessidades. “quanto menor a renda, maior a participação da despesa com alimentação, que chega até 27,8% para famílias com rendimento mensal de até R\$ 830,00” (SÃO PAULO, 2016a, p. 26). De acordo com o IPEA (2014, p. 11),

[...] quanto mais pobre uma família, maior o peso relativo dos gastos com alimentação sobre sua renda total, o que compromete seriamente o acesso a outros bens e serviços necessários. Ou então, qualquer necessidade de gasto extra afeta a própria capacidade de satisfação de suas necessidades alimentares básicas.

No município de São Paulo, tal afirmação do IPEA é reforçada pela pesquisa de opinião pública, *Viver em São Paulo: Trabalho e Renda*, realizada pela RNSP (2019). A pesquisa apontou que para 43% dos paulistanos (mais velhos; menos escolarizados; renda familiar até 2 salários mínimos; classe C, pretos e pardos) a alimentação é a necessidade que mais impacta no orçamento familiar, seguida de 23% dos paulistanos (jovens e adultos; moradores do centro) que afirmaram ser o aluguel/moradia, e para 15% (mais velhos; mais escolarizados; com renda familiar maior que 5 salários mínimos; classe B; moradores da região oeste e centro) a saúde (remédios, exames, convênio e etc.).

Considerando que a função da agricultura na cidade também é a geração de renda e trabalho, a avaliação do impacto desses elementos no orçamento familiar é relevante para sinalizar o quanto a agricultura tem sido eficaz para oferecer melhores condições, principalmente às famílias mais pobres, para satisfazerem suas necessidades.

Além das funções da agricultura, a atividade representa uma boa alternativa de trabalho, pois as pessoas muito pobres são excluídas dos processos de crescimento econômico do país justamente porque as atividades produtivas requerem investimento de capital ou porque há disponibilidade de empregos sobretudo para as pessoas mais instruídas e qualificadas (FAO, 2015). O crescimento da agricultura em países com baixa renda é três vezes mais eficaz na redução da extrema pobreza em comparação com o crescimento de outros setores (mineração ou serviços), como afirmamos anteriormente.

Por mais que a agricultura tenha funções relevantes no contexto das cidades, ela não funciona se os agricultores não puderem acessar à terra. Na cidade, assim como no campo, embora por motivos diferentes, a terra é escassa, muitas vezes insuficiente em tamanho e

pouco acessível. De acordo com Mougeot (2015, p. 165), na maioria das cidades do Sul global, a disponibilidade de terra é menos uma questão do que o acesso à terra.

A questão da acessibilidade atinge principalmente os grupos vulneráveis, como pobres, mulheres, imigrantes e refugiados (SMIT; NASR; RATA, 2001; VALDIONES, 2013). Segundo Mougeot, o acesso à terra “[...] possui dimensões de gênero, socioeconômicas, culturais, sociais e geográficas, as quais variam de cidade para cidade ao redor do mundo” (2015, p. 165, tradução nossa).

Quando se trata da dimensão de gênero, para as mulheres o acesso à terra é ainda mais difícil, pois além das condições financeiras e dificuldades de inserção no mercado de trabalho (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016), em alguns lugares existem restrições relativas aos direitos de propriedade (MOUGEOT, 2015). Segundo a Oxfam (2017), a renda média dos homens brasileiros era de R\$ 1.508,00 em 2015, enquanto a renda média das mulheres era R\$ 938,00. Em decorrência da desigualdade de gênero, “grupos de mulheres estão cada vez mais pressionando por mudanças nas leis que reforçam tradições discriminatórias e prejudicam a capacidade das mulheres de acessar e controlar recursos” (MOUGEOT, 2015, p. 166-167, tradução nossa).

A melhoria das condições para que as mulheres acessem a terra e se dediquem à produção agropecuária, é capaz de possibilitar a geração de renda, e conseqüentemente fortalecer o “[...] papel das mulheres nas decisões domésticas” (SMIT; NASR; RATA, 2001, tradução nossa). Segundo Mougeot (2015, p. 188, tradução nossa), a inserção das mulheres no trabalho agrícola nas cidades é favorável principalmente “[...] em culturas em que mulheres adultas e casadas enfrentam restrições ao trabalhar fora de casa ou em locais públicos”.

Com relação à questão da terra, merece destaque a iniciativa que se desenvolveu a partir do PROAURP, pois estimula o poder executivo a efetuar o levantamento das áreas públicas apropriadas e áreas privadas compatíveis para a implementação do programa, além de ser autorizado a firmar convênios com entidades privadas que desempenhem serviços de utilidade pública para a sua implementação. Entre as entidades privadas que são capazes de fortalecer a agricultura e oferecer acesso à terra estão a AES Eletropaulo, atual Enel Distribuição São Paulo (Enel), a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (ISA CTEEP) e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

O acesso às propriedades dessas empresas geralmente é realizado a partir de uma relação denominada regime de comodato, assim como através de projetos como o feito pela antiga Eletropaulo (2017), denominado *Empreendedorismo Consciente*. O projeto estimulava a ocupação de seus terrenos com fins de auxiliar na inserção social, principalmente de pessoas em situação de vulnerabilidade social, na produção agrícola para a geração de renda e desenvolvimento de vocações. Em contrapartida, a empresa reduz os custos com serviços de manutenção dos terrenos, ao mesmo tempo em que evita que sejam descartados lixo e entulho.

Até o ano de 2010, os produtores ainda careciam de algumas necessidades, como a assistência técnica para melhorar os seus cultivos e de outros recursos. Porém, com a instituição do Decreto nº 51.801/10 que regulamenta o programa, observaram-se avanços como a possibilidade de oferta de assistência técnica aos produtores. Esse serviço é oferecido pelas chamadas Casas de Agricultura Ecológicas (CAEs), cuja finalidade é definida pelo Art. 4º do Decreto nº 51.801/10 que é “atender e apoiar o agricultor, servindo como centro de referência técnica para políticas de desenvolvimento sustentável”. As CAEs que foram instaladas localizam-se na Zona Sul e Leste. As CAEs eram supervisionadas pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDDET). Atualmente, essa função passou a ser da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSUB), de acordo com o Decreto nº 58.596/19, inciso X, Art. 18, capítulo. III.

A regulamentação do PROAURP acabou por ampliar o auxílio oferecido pelo governo municipal tal como o reconhecimento institucional das agricultoras e agricultores. Além do serviço técnico, também estavam previstos incentivos para a implantação de projetos de hortas e pomares conduzidos com práticas com o mínimo de impacto ambiental, como a produção agroecológica. Entretanto, o serviço técnico proporcionado pelos funcionários das CAEs é limitado por questões orçamentárias e pelo número de funcionários disponíveis para atender todos os estabelecimentos agropecuários com qualidade. A alternativa que surge é a possibilidade de articulação entre os produtores com entidades que tenham a capacidade de fornecer o mesmo serviço. Nesse caso, os produtores podem receber “[...] acompanhamento formal dos trabalhos das entidades que participam dos projetos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA)[, vinculado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA),] que promovem a agricultura e seu desenvolvimento,

além da parceria com a Secretaria do Verde (...)” (SÃO PAULO, 2018a). Entre essas entidades, as ONGs se engajaram nesse processo de promoção da agricultura.

O incentivo à prática agrícola na cidade deve ser feito, independentemente do tipo de entidade que a estimula, com práticas de baixo impacto ambiental. Em 2010, uma das iniciativas propostas pelo governo municipal, em parceria com o Governo Estadual, foi o *Programa Agricultura Limpa – Desenvolvimento Rural Sustentável*, desenvolvido pela Supervisão Geral de Abastecimento (ABAST) (alterada para Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, de acordo com o Decreto nº 56.399/2015). O programa, com vigência de 60 meses, visava incentivar a produção agrícola no município de São Paulo e orientar a conversão da agricultura convencional, que gera impactos principalmente nos recursos hídricos, em agricultura orgânica, além de difundir a responsabilidade do consumo alimentar adequado e de estimular a agroecologia e a conscientização dos direitos e interesses coletivos no uso do solo e da água (SÃO PAULO, 2018a).

Segundo Aquino e Assis (2007, p. 137), a agroecologia é

[...] um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas em pequena escala sob administração familiar, em função principalmente da baixa dependência de insumos externos dos sistemas de produção preconizados, que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas.

Algumas vezes, os princípios da agroecologia se confundem com a produção orgânica, pois a essência do movimento social pelos *orgânicos*, que também agregava a ideia do *acesso justo à terra*, com o tempo se perdeu. Segundo Nagib (2016), o movimento lutava contra as atividades econômicas e hegemônicas da produção de monoculturas, com grandes quantidades de uso de água, fertilizantes químicos e de pesticidas que destroem a vida e a fertilidade no e do solo.

Embora a emergência dos alimentos orgânicos tenha servido de alternativa para os alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos, o *movimento orgânico* “[...] terminou absorvido pelo sistema convencional nos [Estados Unidos da América] e em muitos países do mundo, resultando em sua próspera ascensão dentre os negócios capitalistas” (NAGIB, 2016, p. 74). Nesse sentido, a produção dos alimentos orgânicos passou a se aproximar da forma de condução convencional, que debilita a saúde da terra (meio ambiente) e das pessoas. De acordo com Nagib (2016, p. 75),

Esta questão cria o debate para o fato de que a 'indústria dos orgânicos' disponibiliza determinados alimentos o ano todo a seus consumidores, indo buscá-los em lugares distantes, quebrando a lógica da redução de impactos ambientais e a eficiência energética (os combustíveis para movimentar os meios de transporte com essa carga de alimentos orgânicos podem ser tão poluidores quanto das demais indústrias).

Assim, a preocupação dos consumidores se direciona por alimentos que não utilizem os agrotóxicos, sem a preocupação com outros impactos sobre a forma de produção como um todo. De acordo com Assis (2005, p. 14),

[...] tem se verificado, em grande medida, uma ruptura entre o produto em si e a forma como este é produzido, sistemas de produção que evitam, ou excluem amplamente, o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal, compostos sinteticamente, na medida que esta é a demanda do mercado a ser atendido. Nestes casos, a lógica de organização da produção mantém-se a mesma dos sistemas de produção industriais, como verificasse em alguns casos de produções orgânicas monoculturais, que visam a alta produtividade, através do aporte de insumos externos à unidade de produção.

O que se observa é que, em consequência da perda da essência do que se constituiu no *movimento orgânico*, a forma de produção dos alimentos orgânicos acabou por ser absorvida pela lógica industrial, embora deixe de utilizar insumos químicos. Assim, a agricultura com base agroecológica emerge como alternativa para enfatizar as antigas concepções e criar outras. Segundo Aquino e Assis (2007, p. 138), a agricultura agroecológica tem

[...] como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos à unidade de produção agrícola e a conservação dos recursos naturais. Para isto, os sistemas agroecológicos procuram maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos.

Esse processo deve envolver a utilização de tecnologias que respeitem a natureza, para, trabalhando com ela, manter ou alterar pouco as condições de equilíbrio entre os organismos participantes no processo de produção, bem como do ambiente (AQUINO; ASSIS, 2007).

Com base nessas discussões, foi possível compreender que a forma de condução da produção agrícola é relevante, no sentido de observar se ela atende, harmoniosamente, as dimensões social, econômica, ambiental e cultural e é capaz de gerar impactos sociais positivos, mas também impactos ambientais positivos, enquanto colabora com a preservação e conservação da vegetação nativa e dos recursos hídricos.

Quando se trata da vegetação do município de São Paulo, essa é constituída basicamente por fragmentos de Mata Atlântica na Serra do Mar e na Serra da Cantareira, e

também por unidades de conservação, parques, praças, terrenos particulares e arborização viária (SÃO PAULO, 2011). A distribuição referente a esses fragmentos encontra-se, de acordo com a Prefeitura Municipal (SÃO PAULO, 2011, p. 9):

[...] em estágios mais avançados de sucessão ecológica [...] localizados no limite sul do Município com formações florestais de mata nebulosa, mata de encosta e mata de planalto, além dos campos naturais e formações de várzea. Ao norte são encontrados fragmentos de mata de planalto nos Parques Estaduais do Jaraguá e da Cantareira, e a leste, na Área de Proteção Ambiental do Carmo.

A presença dessas áreas com ambientes naturais, principalmente aquelas tipificadas como APAs, tem importância por uma série de motivos descritos pelo PDE. Além do mais, o reconhecimento das áreas rurais pelo PDE dialoga com a possibilidade de intensificar a proteção dos remanescentes vegetais e dos recursos hídricos, para garantir um ambiente com mais qualidade e benefícios socioambientais e econômicos.

A maior parte do município está inserida na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, e essa, inserida na Região Hidrográfica do Paraná²¹. Essa característica coloca em pauta a preocupação com a qualidade dos recursos hídricos, pois esses sofrem influência direta das consequências do fenômeno da urbanização e são extremamente importantes.

A Bacia do Alto Tietê possui 11 pontos relativos ao Índice de Qualidade das Águas (IQA) na condição péssima, e o que foi constatado é que a região sofre com pressões significativas devido aos lançamentos de cargas de esgotos domésticos e efluentes industriais (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2012). Segundo a Agência Nacional das Águas (ANA) (2012), as principais pressões ou potenciais existentes sobre a qualidade das águas, que surgem diante da expansão das cidades, são os esgotos domésticos, resíduos sólidos, a poluição industrial, o desmatamento e manejo inadequado do solo, atividades agropecuárias, acidentes ambientais, navegação e aproveitamentos hidrelétricos. Considerando os impactos resultantes da expansão das cidades, mas também das próprias atividades agrícolas, são motivos para aumentar a preocupação sobre as formas de condução da produção a serem estimuladas, como meio de reduzir os impactos ambientais que prejudicam a qualidade dos recursos hídricos.

21 A Região Hidrográfica do Paraná é a terceira região hidrográfica mais extensa do Brasil, com uma área de aproximadamente 880 mil quilômetros quadrados, cerca de 10% do território brasileiro, compreendendo áreas dos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e do Distrito Federal (ANA, 2012).

Portanto, nos perímetros delimitados como rurais, somente é permitida a instalação de usos compatíveis com o desenvolvimento rural sustentável, não sendo admitidos parcelamentos urbanos (SÃO PAULO, 2016b). Além disso, na área rural está inserida a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, que, segundo Art. 16, Seção II, Capítulo I, Título II, do PDE:

Art. 16 A Macrozona de Proteção e e Recuperação Ambiental, (...), é um território ambientalmente frágil devido às suas características geológicas e geotécnicas, à presença de mananciais de abastecimento hídrico e à significativa biodiversidade, demandando cuidados especiais para sua conservação.

§ 1º A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental tem função precípua de prestar serviços ambientais essenciais para a sustentação da vida urbana das gerações presentes e futuras;

§ 2º A Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental contém remanescentes florestais significativos em diversos estágios sucessionais e áreas de produção agrícola que contribuem para a manutenção da biodiversidade, conservação do solo e manutenção dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como para a produção de alimentos e serviços essenciais à segurança alimentar e à conservação dos serviços ambientais;

§ 3º As características geológicas e geotécnicas da Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental demandam critérios específicos de ocupação, admitindo diversas tipologias de assentamentos urbanos e atividades econômicas, inclusive agrícolas e de extração mineral.

Além das características e funções atribuídas aos fragmentos da macrozona, o PDE inclui nos incisos do Art. 17, Seção II, Capítulo I do PDE: diversos objetivos específicos que atendem as dimensões ambiental, cultural, social e econômica. A presença de áreas verdes nas cidades, quando considerados os serviços ecossistêmicos, promovem uma série de benefícios socioambientais, como a polinização das plantas, ciclagem dos nutrientes, sequestro de carbono, filtragem do ar, regulação do microclima, drenagem de água, redução de ruídos, tratamento de esgoto, valores culturais e de recreação (BOLUND; HUNHAMMAR, 1999).

Portanto, a criação do PROAURP em combinação com as ações de criação da zona rural e de preservação das áreas verdes, reforçou o reconhecimento da agricultura como um “[...] importante instrumento de contenção da mancha urbana sobre os mananciais que abasteciam a cidade e para a produção local de alimentos que abastecesse a população e gerasse renda para famílias carentes” (BIAZOTI; SILVA, 2016, p. 56).

Sobre as capacidades dessas produções agrícolas atenderem a população do município, tal situação ainda é considerada um desafio. Segundo a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) (2019), de um total de três milhões de toneladas dos produtos (alimentícios e flores) que são recebidos, 52,93% tem origem dos municípios do Estado de São Paulo, 38,35% de outros Estados brasileiros, 4,38% de outros países, e 4,34% sem informação precisa sobre a origem (informação pessoal)²². Não há registros do recebimento de alimentos ou flores do próprio município de São Paulo. Esse fato pode indicar que o funcionamento das plantações compense enquanto funcionam localmente, pois ainda não seriam suficientes para alimentar uma cidade como São Paulo, com características metropolitanas e que agregam uma quantidade enorme de pessoas.

Diante da discussão, foi possível observar o quanto a atividade agrícola revela múltiplas funções, com impactos positivos nas dimensões ambiental, social, econômica e cultural. Ao mesmo tempo, considerando a situação da população brasileira discutida anteriormente, a ideia da agricultura caracterizada multifuncionalmente, pode servir de argumento para que tanto a sociedade civil, como o poder público, fomentem ações e políticas que fortaleçam a prática dentro das cidades.

Entretanto, somente o conhecimento dessas informações, sobre o potencial da agricultura na cidade e suas implicações, não são suficientes para compreender, de fato, o que envolve implantar e sustentar a agricultura na cidade. Portanto, nesta pesquisa, com o fim de compreender os fatores que envolvem essa prática, foi dedicado um espaço para a discutir as experiências das agricultoras e dos agricultores que vivem e trabalham nessa cidade.

22 CODCO - Coordenadoria de Comunicação e Marketing. **CEAGESP**. Mensagem recebida por comunicacao@ceagesp.gov.br em 11 de jul. 2019.

4. PRODUTORES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

A expansão das cidades que não só absorve, mas que também cerca as propriedades agrícolas é uma nova realidade. O entorno das propriedades tornou-se extremamente edificado. Na memória de algumas das agricultoras são perceptíveis as lembranças ainda presentes, sobre a antiga paisagem do entorno de suas propriedades. Uma paisagem que fazia parte de um espaço, que naquela época, ainda era caracterizada como área rural.

A [funcionária da Prefeitura Regional de São Mateus (PRSM)] veio aqui. Ela tava querendo que o pessoal daqui entrasse na associação, porque ela tinha a intenção de fazer disso aqui um polo turístico. (...). Se todo mundo melhorasse isso aqui, se ninguém cortasse as árvores, né. Mas a turma começou a cortar, cortar árvore, vender os pedacinhos de terreno. (...). As pessoas começaram a comprar né (...). Naquela época tinha o prefeito [da PRSM] (...). Ele tinha vontade de... fazer daqui uma coisa bem bonita. (...). Ele com a turma da [funcionária da PRSM]. Ele gostava de ver essa coisa de sítio, de chácara. Ele gostava de incentivar o pessoal a plantar... mas depois tiraram ele daí. A [funcionária da PRSM] também saiu. Em vez de vira polo turístico, agora já vai urbanizar. Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

Figura 3: Paisagem de uma das propriedades particulares com o entorno edificado, ainda distante. Área que tinha o potencial de virar um polo turístico.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Antigamente, num era tão longe. Era uns 3 quilômetros até a escola. Dá pra ir numa boa, mas a metade desse percurso era de barro. (...) molhava, aí sujava todo o pé. Chegava na escola toda suja e o pessoal ficava rindo da nossa cara. Quem era mais amigo falava: “Aí não! Eles moram na chácara!” (...) A gente era da época de mato... Nem ligava! Produtora, 45 anos, paulistana.

Figura 4: Paisagem de uma das propriedades particulares com o entorno edificado mais intensamente.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Aqui ao redor não tinha nada, né? Nem aquele conjuntinho ali não tinha. (...). Aí o pessoal veio do Itaim [Paulista]. Ocuparam o espaço pra fazer o mutirão. Produtora, 66 anos, imigrante.

Figura 5: Paisagem de uma das propriedades públicas com percepção do entorno edificado mais intensamente.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Os relatos contam uma realidade pretérita, que evidencia a transformação do espaço, na medida em que a racionalidade urbana provoca a extensão periférica das cidades até alcançar as propriedades agrícolas. Oliveira (2004) aborda a existência de sítios e chácaras que se concentravam nas margens de São Paulo. Segundo o Oliveira (2004, p. 135-136),

Na década de 1950, a agricultura era a atividade principal em Itaquera. [...]. Numerosas são as chácaras e os pequenos sítios, onde se cultivam hortaliças, flores e frutas diversas, ou se criam galinhas destinadas a produção de ovos. Japoneses e portugueses são os que mais se dedicam a esse gênero de vida rural, que chega a ter inegável importância e deixa expressivas marcas na paisagem em determinadas áreas (Colônia de Itaquera e Bairro do Corredor, em Itaquaquecetuba, por exemplo). [...]. Outras áreas na Zona Leste que mereceram destaque na produção agropecuária na São Paulo do VI Centenário foram: Guaianases, Poá e Ferraz de Vasconcelos.

Com maior intensidade na década de 1960, São Paulo foi uma das principais capitais receptoras de imigrantes da área rural, ao mesmo tempo, o crescimento do parque industrial e as dinâmicas do crescimento econômico geraram a expansão das cidades e produziram espaços de segregação social. Nesse cenário, ocorre uma diminuição da população ocupada com atividades agropecuárias nas margens da capital (PEREIRA *et al.*, 2013), bem como, o loteamento dos terrenos, como evidenciado no relato da agricultora.

As consequências da diminuição de agricultores e loteamento das terras, acaba promovendo mudanças no uso do solo, como exemplo de usos para ocupações residenciais, evidente no entorno das propriedades nas figuras 3, 4 e 5. Mesmo com a pressão para a mudança no uso do solo e as dificuldades derivadas das ocupações sociais, as experiências e permanência dessas agricultoras simbolizam a resistência perante à problemática derivada da racionalidade urbana. Para tanto, nesta pesquisa, foi necessário conhecer os sujeitos que materializaram a produção agrícola na cidade, além de conhecer suas experiências, suas propriedades, os desafios enfrentados e as formas de superação para a manutenção de suas produções.

Tabela 4: Dados relativamente fixos sobre o perfil dos produtores.

Produtor(a)	Gênero	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Aposentado(a) ou não	Imigrante	Ano que fez parte da AAZL
1	F	52	Casada	E.M.	Não	Sim	2009
2	M	62	Casado	E.F.	Aposentadoria	Sim	2009
3	F	68	Viúva	E.F.	Aposentadoria	Sim	2009
4	F	69	Viúva	E.M.	Aposentadoria	Sim	2009
5	M	68	Casado	E.M.	Aposentadoria	Sim	2009
6	F	68	Casado	E.M.	Não	Sim	2009
7	F	66	Casada	E.F. Incompleto	Não	Sim	2009
8	M	70	Casado	E.F. Incompleto	Aposentadoria	Sim	2009
9	M	68	Casado	E.F. Incompleto	Aposentadoria	Sim	2009
10	M	38	Casado	E.S.	Não	Não	2018
11	F	45	Casada	E.M.	Não	Não	2016

Fonte: Produção da própria autora.

Na composição do grupo de 11 agricultores da AAZL, 81% são imigrantes, sendo 55% agricultores que chegaram à São Paulo na década de 1970, período em que “[...] mais da metade da população urbana já residia em cidades com mais de cem mil habitantes, e um terço naquelas acima de quinhentas mil pessoas” (BRITO, 2006, p. 224). Alguns desses agricultores imigrantes mudaram para São Paulo por conta de motivos familiares, sendo que alguns chegaram à São Paulo enquanto eram bebês ou muito jovens. Outros, migraram por conta da seca, falta de emprego, baixa remuneração, ou falta de consumidores da mercadoria de suas atividades agrícolas.

O quê que a gente ia fazer lá? É um Estado muito bom, mas pra quem tem terra e tem dinheiro, né?! Quem não tem dinheiro, ia trabalhar lá de boia-fria. Boia-fria num ganha nada. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado.

Lá não tinha opção, filha! Pouco serviço... Era corta cana e catar algodão, só no tempo da safra. A cidade era bem pequenininha. Só tinha emprego na prefeitura e já estava cheio... Tinha que vim né. Produtora, 68 anos, imigrante.

Outras características do grupo, incluem a presença de 54% de mulheres, 72% de produtores com 55 anos e mais de idade e 81% de produtores com estado civil casado.

A quantidade de mulheres (54%) se mostrou um avanço, pois sugere que não há impedimentos para que elas se ocupem dessa atividade e tenham acesso à terra. Ademais, mesmo que algumas dessas mulheres trabalhem em conjunto com os seus maridos, tal fato não significou um requisito para que elas e outras, que trabalham individualmente, dedicassem-se à atividade. A presença dessas mulheres, demonstra que existe a possibilidade para que elas possam garantir autonomia financeira, contribuir com os rendimentos familiares e fortalecer o papel das mulheres nas decisões domésticas (SMIT; NASR; RATTA, 2001).

Eu até fui trabalhar fora um tempo e casei. Meu marido também foi trabalhar fora. Depois, por diversos acontecimentos da família, eu comecei a ficar em casa. Aí eu sempre falava pra ele [marido]: “(...) eu quero fazer alguma coisa, gosto de mexer na terra. Quero fazer uma horta”. (...) Então, a gente só viu assim, um meio de unir o útil ao agradável. Porque eu sempre fui apaixonada por plantar, por planta, por mato e por árvore. Eu sempre falo pro meu marido: “Amor eu queria fazer uma coisa que eu gostasse de fazer, e que fosse aqui”! Não queria ter que sair pra fora, pegar ônibus e entrar numa firma. São fases da vida, né?! E eu tava numa fase que eu queria ficar aqui, mas eu queria ter um ganho. Aí, a gente teve a ideia de montar a horta! Aí, a gente começou a fazer a feira do Parque do Carmo. E aí, a gente viu que dava pra mim. O salário que eu ia ganhar por aí, tirar aqui da horta. Produtora, 45 anos, paulistana.

Quanto ao nível de escolaridade, 45% dos agricultores possuem até o Ensino Médio, e outros 45% até o Ensino Fundamental. Embora alguns dos produtores não tenham formação profissional, relativa à atividade agrícola, o ponto positivo dessa é a não exigência de algum nível de escolaridade. Além do mais, muitos desses agricultores contam que já tiveram experiências com a agricultura na infância e adolescência, através de hortas de quintal, plantações em fazendas ou em sítios. Apesar de já terem esse contato, os agricultores comentaram a importância de adquirir mais conhecimentos sobre a agricultura, especificamente com princípios agroecológicos. Percebeu-se, entre os resultados, que os agricultores ao tornarem-se membros da AAZL, começaram a participar de cursos, oficinas e palestras oferecidas geralmente pelos próprios agrônomos da CAE ou por ONGs. Além disso,

o fato dos agricultores fazerem parte de uma associação colaborou para o compartilhamento de conhecimentos, entre os próprios agricultores, bem como para o fortalecimento da própria, para a divulgação de seus trabalhos e para maiores oportunidades de acesso às políticas públicas e eventos.

[O conhecimento para plantar] foi da roça... pesquisei muito pouco. Eu não sei se era de dentro da gente mesmo, né?! Nunca pesquisei como plantar um pé de alface, como eu planto um pé de couve. Tiveram outras informações que complementaram através dos agrônomos, né! [A Associação] eu acho muito boa! É um grupo que a gente consegue discutir, né?! Consegue trazer as políticas públicas, consegue muitas coisas através de uma associação. Desde que tenha união, né!? Produtora, 52 anos, imigrante.

Então, eu fui conhecendo as pessoas e comecei a participar [da Associação]. Depois, eu fiz o curso (...) de Técnico de Agropecuária. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado.

A Associação faz um trabalho bem legal. Ela ajuda os agricultores, da forma como é possível. (...). Um agricultor não representa nada, né?! Uma associação te fortalece, né. Então, poxa, a gente consegue ter acesso a políticas públicas, isso é muito importante. Ela querendo ou não, acaba capacitando profissionais pra agricultura. Divulgação das hortas que, querendo ou não, [a Associação] tem um trabalho feito em cima disso. (...) E organiza também, os agricultores, esclarece muita coisa pra eles. Ela ajuda, até na parte psicológica da coisa, porque não é fácil, né. E, basicamente é isso... Produtor, 38 anos, paulistano.

A Associação é um órgão que ajuda muito sabe, a gente. Agora também, pra ela ser forte e precisa, os agricultores, o povo que participa nela... pensa nela como a estrutura de um agricultor. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

É uma coisa excelente! Todas as associações, todas as cooperativas são excelentes. Desde que tenham um modo adequado. Que ela seja voltada pra ajudar as pessoas e não voltadas a certos interesses né?! Produtor, 62 anos, imigrante, aposentado.

É importante né. Porque sem uma associação você não consegue nem ser filiado em nada. Então, você tem que ter uma associação. É muito importante! Produtora, 68 anos, imigrante.

Mas é muito bom, com a Associação, a gente teve vários eventos, várias coisas que a gente sozinho, não iria acontecer né?! Produtora, 66 anos, imigrante.

A maioria (72%) dos agricultores possuem 55 anos e mais, e 54% são aposentados. Percebemos, no decorrer da pesquisa, que a presença da aposentadoria garantia que, mesmo que os rendimentos da produção fossem baixos, os agricultores conseguiram se manter por mais tempo trabalhando na horta. Para os agricultores, a aposentadoria também possibilitou a

contratação de mão de obra assalariada, mesmo que por curto período de tempo, em virtude dos baixos rendimentos e as exigências salariais dos trabalhadores.

[O trabalhador] trabalha um dia por semana pra mim... e ele quer mais, mas eu não posso no momento, só posso pagar um dia pra ele. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

Até as meninas vieram aqui. Mas depois, elas queriam que eu pagasse um salário mínimo pra elas. E num dá né. Eu num posso paga! Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

Em contrapartida, os produtores que não possuem aposentadoria, geralmente trabalham em outras atividades remuneradas ou dependem da renda de um familiar, que pode ser aposentado ou estar trabalhando em outra atividade remunerada. Embora, em um dos casos, o produtor mesmo aposentado, relatou trabalhar em outras atividades, fazendo “bicos”.

Até atualmente ele [marido] num tá gostando de ir muito na feira não. Porque tá sendo muito cansativo pra ele né. Acorda muito cedo e ele trabalha à noite. Ele trabalha em outra empresa à noite. Então, eu faço essa parte. Então, nós dividimos o trabalho pra ficar mais fácil e num pesar muito né. Produtora, 45 anos, paulistana.

É, quando eu to parado, eu faço uns bico como pedreiro. Só que prefiro mais isso aqui. A minha preferência é trabalhar com a natureza. Produtor, 62 anos, imigrante, aposentado.

Em virtude das informações, os rendimentos da horta ainda se mostraram uma das maiores dificuldades para sustentar os custos de vida desses produtores em São Paulo, principalmente para os não aposentados.

Embora, a maioria dos agricultores possua idade avançada, 55 anos e mais, considerando que a atividade agrícola é um trabalho que exige muito esforço físico, e a maior parte dos produtores não utilizavam maquinários (81%), verificamos que, ainda assim, a idade não seria um dos motivos para que esses agricultores abandonassem a atividade. Diante disso, mesmo quando os produtores relataram ter problemas de saúde decorrentes do trabalho, uma das alternativas foi a redução dos esforços e/ou a contratação de pessoas para auxiliar na atividade.

Eu faço só as hortinha aqui. Chamo uma vez por mês uma pessoa pra carpir... porque olha... Comecei a fazer muito serviço. Olha o que aconteceu comigo! To fraca! Porque tudo que está aqui, eu que to carpindo. Porque está cheio de mato. Já vou ter que carpir de novo. Aí você pega esse sol. Eu passo protetor, coloco o chapéu, coloco aquela cinta lá, que é pra coluna. Porque assim, a coluna já foi trincada, né?! Então quer dizer, já to com quase 70 anos. Vou fazê 69 agora, mês de

outubro. É muito sacrifício. Só gostando mesmo que eu... né. Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

Era uma [caminhonete] carregadinha de coisa (...). Enchíamos (produtora e o marido) com tanta coisa, a gente ficava até torto. Meu marido mesmo fico até torto das costas de carregar caixa. Eu ajudava, mas a minha força era menor, né. Produtora, 68 anos, imigrante. Nós levávamos, assim, duas horas pra descarregar e montar a barraca, e duas horas pra guardar. Era muita mercadoria. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado. Ai depois a gente fez bastante acupuntura e meu ombro foi voltando pro lugar. Produtora, 68 anos, imigrante.²³

Alguns agricultores afirmaram que também geravam renda a partir de atividades não-agrícolas, mas relacionadas à agricultura, que ocorriam tanto dentro como fora das propriedades (Figura 6). Essas atividades aconteciam, geralmente, a partir de parcerias com ONGs, escolas e outras entidades, com o objetivo de realizar visitas turísticas e oferecer oficinas.

Então a gente vai de vez em quando (...) participar de algumas palestra com eles (Diretoria Regional de Ensino). [Oferecer] oficinas de sucos naturais, essas coisas. Agora mesmo, dia 6, vai ter um estudo sobre as (Plantas Alimentícias Não Convencionais) PANCs. E a gente vai partilhar lá. Então a gente tá com essas parcerias. E a gente tá com parceria com o Posto de Saúde também, né. Através de uma psiquiatra. Produtora, 66 anos, imigrante.

(...) às vezes a gente faz [atividades externas]. Por exemplo, a gente fez uma aula de Ioga gratuita aqui e servimos café da manhã. Recentemente, a gente fez um workshop a respeito de detergentes orgânicos. Vamos começar um trabalho, aqui do lado, onde tem um centro espírita que cuida de quase 50 crianças da comunidade. E a gente vai fazer um trabalho de montar uma horta pra eles cuidarem, e levarem pra casa. E aprenderem também de sustentabilidade, né. A questão de proteger o solo, o que isso pode trazer, [mostrar] que eles podem ter uma plantinha ali na casa deles, e ter um alimento saudável. Economizar né, de certa forma. Então, acho que esse trabalho acontece diariamente assim, mas a gente sempre tá procurando alguma coisa nova. Produtor, 38 anos, paulistano.

23 Relato de entrevista focalizada em conjunto com produtores de uma mesma propriedade.

Figura 6: Espaço reservado, em uma das propriedades públicas, para receber visitas e realizar oficinas.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Apesar dos agricultores possuírem alguma renda para a manutenção da horta, considerando que uma das funções da horta seria gerar ou complementar renda, nesse quesito, observou-se que ainda existem muitas questões a serem resolvidas para que os agricultores possam viver somente dos rendimentos da propriedades (produção agrícola e atividades não-agrícolas vinculadas à produção).

Tabela 5: Dados financeiros e, relacionados ao orçamento familiar. Período de coleta entre maio, junho e julho de 2019.

Produtor(a)	Renda familiar (salários mínimos*)	Valor bruto da agricultura (reais mensais ou SM)	Necessidade de maior impacto no orçamento familiar
1	De 2 a 5	R\$4000,00	Aluguel/moradia
2	De 2 a 5	-	Alimentação
3	De 2 a 5	R\$1500,00	Saúde
4	Até 2	-	Alimentação
5	Até 2	1 SM	Saúde
6	Até 2	1 SM	Saúde
7	De 2 a 5	R\$600,00	Aluguel/moradia
8	De 2 a 5	R\$600,00	Alimentação
9	De 2 a 5	R\$600,00	Aluguel/moradia
10	De 2 a 5	-	Aluguel/moradia
11	De 2 a 5	-	Alimentação

Fonte: Produção da própria autora.

*Considerar o valor de um salário mínimo referente ao valor de 2019, equivalente à R\$998,00.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o salário mínimo (SM) necessário, “[...] calculado com base no custo mensal com alimentação, obtido na pesquisa da cesta básica”²⁴ (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2016, p. 1), representava em torno de R\$4.143,55, no mês de julho, de acordo com o DIEESE (2019). A renda familiar de 72% dos agricultores está na faixa de 2 a 5 SMs, enquanto que os rendimentos da atividade, em termos de valores brutos, giraram em torno de 600 reais até 4000 reais, e em média, 47% dos rendimentos da produção compõem a renda familiar total. Na média, os agricultores receberam o equivalente a um SM da produção agrícola.

24 Informação que faz referência à metodologia para a realização do cálculo do SM necessário.

Por um lado, ainda que os rendimentos não alcançassem o valor de um SM necessário, por outro, foi questionado se a função da horta, de promover uma situação de SAN, aos produtores, estaria sendo garantida, ao mesmo tempo que proporciona uma redução dos gastos com alimentação e a possibilidade de gastos com outras necessidades.

Tabela 6: Dados sobre situação de segurança alimentar com base no PNAD Segurança Alimentar - 2013 realizado pelo IBGE. Período de coleta entre maio, junho e julho de 2019.

Produtor(a)	Situação de segurança alimentar e nutricional
1	Insegurança Alimentar Moderada
2	Segurança Alimentar
3	Insegurança Alimentar Moderada
4	Segurança Alimentar
5	Insegurança Alimentar Leve
6	Insegurança Alimentar Leve
7	Insegurança Alimentar Leve
8	Insegurança Alimentar Leve
9	Insegurança Alimentar Leve
10	Insegurança Alimentar Moderada
11	Segurança Alimentar

Fonte: Produção da própria autora.

Uma das questões feitas aos produtores, dizia respeito à necessidade de maior impacto no orçamento familiar. O resultado encontrado foi que, tanto a alimentação (36,4%) quanto o aluguel/moradia (36,4%) foram considerados mais impactantes, enquanto que a saúde (27,3%) ficou em segundo lugar como necessidade de maior impacto no orçamento familiar. Tais informações correspondem com os dados da RNSP, quanto aos elementos que mais impactaram no orçamento dos paulistanos, sendo que 43% dos paulistanos apontaram para a alimentação, 23% para o aluguel/moradia e 15% para a saúde.

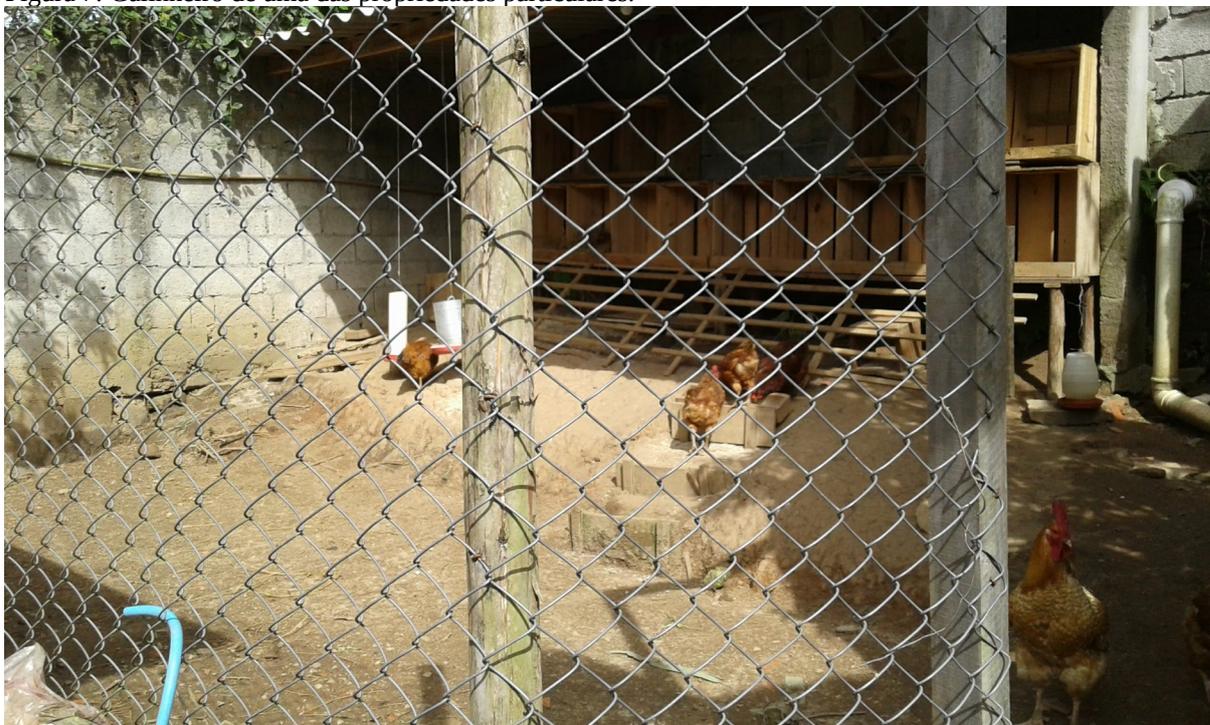
Considerando que a alimentação deveria ser uma complementada pela horta, verificou-se que um dos potenciais da agricultura, nesse sentido, não foi atingido. Suportamos essa afirmação, com outros dados da pesquisa, os quais dizem respeito à situação de segurança alimentar. Além dos agricultores gastarem mais com alimentação, descobrimos, com base nas escalas sobre a situação de segurança alimentar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014), que 73% dos produtores sofrem de insegurança alimentar (45% leve, 27% moderada). Em outras palavras, para promover a produção agrícola e garantir que funcione, de fato, como uma atividade que promove uma situação de SAN, trabalho e renda, seriam precisos mais estudos para compreender a realidade dos agricultores, tal como estabelecer indicadores capazes de verificar a situação deles, como a de segurança alimentar, em outras escalas de governo, como na municipal, com recorte para os agricultores.

Outros fatores que dificultaram o aumento dos rendimentos mensais da produção, foram as questões climáticas, as características do solo e o critério de definição de preço. A questão climática tem sido uma das dificuldades, em decorrência de períodos longos de seca, mas também de chuvas muito intensas. Essa última, afetou as propriedades muito úngremes e aquelas que possuem solos que retém muita água. Nesse último caso, quando no período chuvoso, a agricultora contou que as perdas podem chegar à 70%.

O ruim dessa terra aqui, é que ela é de caída. E quando chove, tudo o que você pôs de adubo, vai embora. Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

(...) encharca muito aqui. Já é um lugar de muita água, entendeu? Encharca muito. (...) esse começo de ano foi bem cruel, por causa da chuva né... a gente ficou assim quase sem renda nenhuma. (...). Nesse presente momento, quando a gente tem criação, a gente tira [alguma renda] (...). [Quando] chega o [final do] mês, a gente tira uns R\$600,00. Mas assim... agora como a gente tá sem criação, agora estamos renovando. Vale a pena, porque o pessoal quer galinha e quer ovos. Então, é o carro chefe da coisa! E a verdura, como a gente fica com essa situação, (...), nesse início de ano, nós perdemos uns cinco canteiros. Compramos mudas e perdemos os canteiros. Produtora, 66 anos, imigrante.

Figura 7: Galinheiro de uma das propriedades particulares.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Em ambas ocasiões, a alternativa foi criar animais (Figura 7). Ambas agricultoras criaram galinhas, peixes, patos, coelhos, gansos, entre outros, para compensar as perdas e evitar grandes esforços físicos. Com relação ao critério de definição de preço, pelo menos duas propriedades o definem a partir do perfil do freguês.

O preço, eu defino por mim mesma, né. Por vender na localidade, as pessoas não tem muita exigência. Aí eu mesma faço o preço. (...). Eu vou avaliando e vou vendendo. A [pessoa] que vende o preço mais acessível aqui, nessa localidade, sou eu. Até dentro da horta, o povo vende mais caro. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

Aqui, a gente decide por freguês. Por exemplo, começou a vir freguês de fora, que já são freguês orgânico, que vem das feira. Então, eu moro mais próxima de uma freguesa de Ferraz [de Vasconcelos]. Ela vem a cada 15 dias. (...). Então quando ela vem, ela gera mais ou menos uns 30 reais. Dependendo do que tem. Mas, por exemplo, (...) pra decidir o preço aqui é mais complicado, porque você tem vários perfis aqui... Mas por exemplo, assim, o alface que é vendido na [outra horta] por R\$2,50, aqui a gente num passa de R\$1,50. Produtora, 66 anos, imigrante.

Com relação aos relatos, sobre a definição de preço, observamos que as atitudes das agricultoras, independente de trabalharem em hortas comunitárias ou familiares, são *solidárias*. Essas agricultoras representaram uma fonte de apoio para a população carente do

entorno, através da oferta de alimentos com preços acessíveis para aqueles que não tem condições financeiras de pagar o preço original.

A partir do perfil dos agricultores foi possível compreender as situações que representaram oportunidades ou dificuldades, em maior ou menor grau, bem como as formas que os agricultores encontraram para continuar exercendo a atividade. Diante disso, a discussão parte no sentido de conhecer as formas como esses produtores se inseriram nas propriedades, as relações estabelecidas, as características e os desafios enfrentados para a manutenção da propriedade.

4.1. Relações de produção, comercialização e relações de trabalho

A princípio, pretendemos contar a trajetória de três das oito propriedades, que tiveram destaque logo no início do capítulo 4, com o objetivo de destacar os desafios, que as agricultoras tiveram de enfrentar, em decorrência de ocupações irregulares no entorno de suas propriedades, uma consequência provocada pela racionalidade urbana.

(...) agora já vai urbanizar. Já começaram a por...como fala? [Canalização de] esgoto. Num tinha, né. Até tenho que por o cano daqui de cima. Vou gastar mais de mil reais pra fazer isso, porque num tem jeito de por os canos. Pra cima num vai. Pra baixo, tem que atravessar [a propriedade] todinha. Depois, eu te mostro o comprimento do terreno. Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

Antigamente, (...) a metade desse percurso era de barro (...). Olha, muitos anos atrás, (...) não tinha canalização na rua de cima. Aí descia sim, um esgoto. Já faz uns sete, oito anos que a SABESP instalou. (...). Aí num tive mais problema não... (...), é que a rua num era oficial, né?! Quando a rua se tornou oficial, a SABESP já veio. E eu combinei com eles [(moradores)] que, enquanto não tivesse esgoto na rua, eu até deixava que viesse algum esgoto aqui pra dentro, canalizado. Mas, depois que tivesse a [canalização] na rua, não ia descer mais. Aí, todo mundo já oficializou. Quando a SABESP passou, todo mundo já canalizou. É porque antes, não tinha mesmo, mas isso já faz uns sete, oito anos. Já faz tempo... Produtora, 45 anos, paulistana.

Aqui ao redor não tinha nada né? Nem aquele conjuntinho ali não tinha. (...). Aí o pessoal veio do Itaim [Paulista]. Ocuparam o espaço pra fazer o mutirão. E aí, a prefeitura chamou a gente pra uma conversa, e passou a tubulação de esgoto e rede de águas fluviais nesse trecho aí, que você tá vendo. Como se fosse uma rua, né. Aí tirou todos os canteiros, né. Aí, desmanchou toda a horta. Produtora, 66 anos, imigrante.

Nas situações descritas pelas agricultoras, verificamos que a ocorrência de ocupações irregulares no entorno pode causar problemas com relação à geração de esgoto sem encanamento e tratamento necessários, com riscos de contaminar o solo da plantação. Nessa

situação, também foi possível perceber a ação da Prefeitura e da SABESP com relação à implantação de infraestruturas de saneamento básico.

Embora, a Prefeitura e a SABESP tenham realizado a construção das infraestruturas, é importante mencionar que esse tipo de ação tem natureza pragmática, portanto não deve ser traduzida como solução. Como discutido anteriormente, a questão fundamental é identificar as consequências da racionalidade urbana. As próprias ocupações irregulares são uma consequência dessa lógica, pois, ainda que o Art. 6º, do capítulo II, da Constituição Federal de 1988, preveja, entre os direitos sociais, a moradia (BRASIL, 1988), essa representa uma das grandes dificuldades para a população, principalmente de baixa renda, adquirir. Segundo Cardoso (2001, p. 2),

[...] a habitação é, direta ou indiretamente, fruto de um processo de produção capitalista. Este processo de produção, diferentemente de outros setores econômicos, tem como base de sua lucratividade a apropriação dos benefícios gerados pela extrema diferenciação do espaço [...], em termos de equipamentos, serviços e amenidades, diferenças que são reproduzidas e aprofundadas pelo processo de produção. Tendo em vista o histórico deficit na oferta de serviços públicos urbanos que marca nossas cidades [(brasileiras)], os processos privados de produção habitacional tenderão a adotar um comportamento especulativo, retendo a terra na espera da valorização e apostando sempre na elevação dos preços relativos. O resultado deste processo é que a produção privada atinge apenas um pequeno grupo social, formado pelas camadas de renda alta ou média-alta que se apropriam dos terrenos que apresentam melhores condições de acessibilidade às áreas centrais, melhores ofertas de infraestrutura e maior nível de amenidades.

Em virtude dessa problemática, acerca da questão do acesso à terra nas cidades, foi necessário obter informações sobre os meios pelos quais os agricultores, sem possibilidade de cultivar uma horta em suas propriedades particulares, conseguiram acesso. Desse modo, as entrevistas caminharam no sentido de conhecer as modalidades de uso das propriedades, as formas de inserção dos agricultores nessas, assim como, as relações de trabalho e de comercialização estabelecidas.

Os agricultores trabalharam em propriedades próprias ou de terceiros. Nas propriedades de terceiros, existem dois tipos, as áreas públicas e áreas particulares, essas últimas tem como donos efetivos a Enel, a ISA CTEEP e a Sabesp. Com base na distinção por modalidades de uso da terra definidas pelo IBGE, considerou-se que do total (8) de propriedades, 50% são áreas de terras próprias, 25% são áreas de terras ocupadas e 25% áreas de terras em regime de comodato. A consideração da modalidade do uso da terra, denominada

como área de terras em regime de comodato²⁵ (contrato ou acerto entre as partes), pelo IBGE, simboliza uma maneira de traçar um perfil mais apurado sobre a situação das propriedades, bem como a condição dos agricultores, dado que é uma modalidade cada vez mais comum, e menos onerosa, para viabilizar a agricultura dentro das cidades.

A propriedade que iniciou as atividades agrícolas há mais tempo, começou no ano de 1986, enquanto a mais recente no ano de 2018. Essa diferença de tempo foi fundamental para obter conhecimento sobre os fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram de alguma forma o estabelecimento de atividades agrícolas nessas propriedades. Nesse sentido, foram observadas uma diversidade de histórias contadas pelos produtores, que consideraram as oportunidades e as dificuldades para a manutenção da propriedade, assim como o histórico de articulações com terceiros até que se concretizasse o acesso à terra.

Com relação ao ano que os agricultores começaram a participar da AAZL, 72% relataram participar desde 2009, ano em que a Associação foi oficializada. Entre esses agricultores, 36% relataram ter contato inicial com uma funcionária pública da PRSM. De acordo com a AAZL (2019), a funcionária fez parte de uma equipe que, enquanto realizava o mapeamento da rede hídrica e estrutural da região da PRSM, identificou indivíduos que plantavam em áreas sem caracterização de uso oficial, geralmente em chácaras ou beiras de córrego. A partir dessa descoberta, que ocorreu por volta de 2002, a funcionária e sua equipe participaram ativamente das discussões sobre o Plano Regional Estratégico de São Mateus, sendo uma delas com referência à lei do PROAURP. Desde então, a equipe conseguiu fomentar “[...] a agricultura local como fator de desenvolvimento através da cessão de áreas públicas para plantio, e orientação técnica aos agricultores” (ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DA ZONA LESTE, 2019).

Fui convidado pela [funcionária da PRSM] a participar do programa de agricultura da subprefeitura. Aí, através desse programa, nós fundamos a associação. Porque existia o programa da Prefeitura pra ocupação desses terrenos ociosos (...). Produtor, 62 anos, imigrante, aposentado.

Primeiro eu conheci a [funcionária da PRSM]! A [funcionária da PRSM] veio aqui. Ela queria que o pessoal daqui entrasse na associação, porque tinham intenção de fazer disso aqui um polo turístico. [A funcionária me falava]: “Você (...) que tem um fogãozinho de lenha, você pode melhorar ele e depois fazer comida. [Enquanto]

25 Regime tipificado pela Lei Federal nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, no Capítulo VI Do Empréstimo, Seção I Do Comodato, Art. 579: O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.

a gente traz as pessoas lá da subprefeitura, já com ônibus, pra cá. Já paga lá, passa o dia e depois a gente divide”. Num sei como que era pra fazer. Ai falei: “Uma boa né”! Ai comecei a andar junto com ela aqui (...), perguntando, se [as pessoas do entorno] queriam entrar pra associação. Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

Meu esposo trabalhava fora e eu tava desempregada, e vendia tapioca. Tinha um carrinho de tapioca na porta e aí vendia verdura. [Ajudava na] casa com as verduras e a tapioca. (...) Aí, (...) no final [do governo do] Pitta (...), nessa época, teve uma enchente muito grande no piscinão, que tem lá na frente, acima da minha casa. Aí, a enxurrada veio pela Avenida do Iguatemi. (...) Aí o terreno [(propriedade particular)] ficou contaminado. Ai a [funcionária da PRSM] da prefeitura que acompanhava a gente falou: “Não, você não pode plantar mais aqui não (...)”. Ai ela falou: “Vou arrumar um terreno pra você”. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

No tempo da Gestão da Marta, a gente foi trabalhar na Subprefeitura de São Mateus e conheci a [funcionária da PRSM]. Então, no começo, pra começa a fazer a pesquisa toda dos agricultores, foi no tempo que eu tava na Subprefeitura. Então, eu fui conhecendo as pessoas e comecei a participar [da Associação]. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado.

Através dos relatos, é possível perceber que as articulações com o poder público começaram antes da oficialização da AAZL em 2009, próximo do período em que a Lei do PROAURP foi instituída. Além disso, a participação dos funcionários da PRSM foi essencial para que a agricultura na Zona Leste tivesse início, inclusive a própria Associação.

Desde então, outras formas de encontrar potenciais produtores, e futuros membros da Associação, foram a divulgação feita pelos próprios membros da Associação, por funcionários da Prefeitura, especificamente da CAE, por parentes e os pelos meios de divulgação através da Internet, como as redes sociais. Inclusive, entre os membros, existem agricultores de outras zonas de São Paulo, como da Prefeitura Regional do Ipiranga na Zona Sul, e de outro município, que é o caso do casal de agricultores de Suzano.

Conheci a Associação através desse velhinho [(membro da AAZL)] que pagou uma conta pra mim no banco (...). No final do curso, eu fui pro banco paga uma conta e encontrei ele lá. Pedi pra ele paga minha conta, porque eu tava atrasada pra paga a conta do curso. Aí, ele pergunto o que eu fazia. (...). Aí, ele falo que era da Associação e perguntou se eu queria participar. Foi aí onde começou. Final de 2010. Produtora, 52 anos, imigrante.

Então, a primeira a ir daqui, [entre os membros da horta comunitária], fui eu. Foi através da [funcionária da CAE]! Que teve um curso justamente na horta (...), no Parque São Rafael. (...) Aí, teve um curso e a [funcionária da CAE] falou: “Dona (...) tem um curso muito bom! Vai ser um curso de recuperação de solo, a senhora não quer ir?!”. Na época, eu fui né, porque não dava pra eles irem. E aí, assim eu conheci a Associação. Produtora, 66 anos, imigrante.

A gente começou a pesquisar sobre hortas urbanas [na Internet]. Como se fala? Orgânicas né? Aí a gente conheceu [um membro da Associação] (...). Aí, a gente achou o endereço dele, e meu marido falou: “Vamos visitar as hortas?”. Falei: “Vamos”! Aí, a gente começo a visitar tudo que era horta (...). E quando a gente foi visitar a dele, ele convidou a gente: “Vamos numa reunião”? Na mesma semana, a gente foi na reunião com ele. Ele tava tão animado! Aí, a gente foi a primeira semana com ele, conhecemos a Associação. Aí, já nos cadastramos e num paramos mais! A princípio, a gente foi por causa deles, né?! (...). Aí, a gente acabou se associando e fez amizade. Foi surgindo uma coisa, outra, e estamos lá! Produtora, 45 anos, paulistana.

Na verdade, assim quando eu comecei [a plantar], pensei: “Poxa, preciso buscar a certificação de orgânico. Acho que isso vai fazer um...”. Não sei, no começo eu pensava assim, que ia fazer um diferencial eu ter um certificado. Então, eu comecei a pesquisar quais eram as associações e as (Organizações de Controle Social) OCS que eu poderia entrar. E aí, fui pesquisando até a hora que eu achei a Associação da Zona Leste, que teoricamente é a mais próxima que tem daqui, né. Apesar daqui ser Zona Sul, a Zona Leste aqui é bem mais perto que o pessoal de Parelheiros. Produtor, 38 anos, paulistano.

Tabela 7: Dados sobre a condição legal da propriedade e outras informações relativas às condições da propriedade.

Produtor(a)	Condição legal da propriedade	Ano de início da atividade	Área da propriedade (ha)	Área da propriedade produzida (ha)	Perdas de produtos agrícolas (qualitativamente ou quantitativamente)
1	Terra em regime de comodato	2011	0,6	0,6	Pouquíssima
2	Terra ocupada	2018	0,045	0,045	30%
3	Terra em regime de comodato	2009	0,6	0,3	Zero
4	Terra própria	2006	0,1735	0,1535	Pouca perda
5*	Terra própria	2014	2	0,4	Muita perda por conta da chuva
6*	Terra própria	2014	2	0,4	Muita perda por conta da chuva
7**	Terra ocupada	1986	0,825	0,6	70% por conta da chuva
8**	Terra ocupada	1986	0,825	0,6	70% por conta da chuva
9**	Terra ocupada	1986	0,825	0,6	70% por conta da chuva

10	Terra própria	2017	0,05	0,03	7%
11	Terra própria	2016	0,2	0,18	Zero

Fonte: Produção da própria autora.

*Agricultores da mesma propriedade.

**Agricultores da mesma propriedade.

Com relação às formas de acesso às áreas de terras ocupadas e, às áreas de terras em regime de comodato, essas envolveram, principalmente, a interferência de funcionários públicos. No caso da propriedade de 1986 houve a interferência de funcionários do governo estadual e, posteriormente com o PROAURP em vigor, de funcionários da Prefeitura Municipal e de Prefeituras Regionais. Outras ações, com o objetivo de oferecer acesso à terra, surgiram através de projetos, como o da AES Eletropaulo, que estimularam a ocupação de seus terrenos com o objetivo de possibilitar geração de renda para os grupos em situação de vulnerabilidade social. Essa ação, em compensação, reduz os custos de manutenção dos terrenos, além de evitar que as pessoas lancem lixo e entulho. De acordo com Machado e Machado (2002), “a limpeza dessas áreas e sua utilização para plantio e outras formas de produção proporcionam melhoria considerável ao ambiente local, diminuindo a proliferação de vetores das principais doenças, como roedores e insetos”. Apesar da oportunidade que a empresa oferece aos agricultores, no relato da agricultora, notamos que a ocupação da área, da ENEL, foi um desafio, por conta da presença de resíduos sólidos e outros elementos.

Era assim, filha, [chão] duro, com pedregulho, muita pedra e muito lixo. Aí, ele [ex-marido] meteu enxada pra cima, picareta... E aí, a Prefeitura fez um trabalho bom pra gente. Nós tirava entulho, até aonde era cimentado, e o carro [da Prefeitura] pegava né. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

Outra relação estabelecida entre os produtores na busca por terra, acontece entre o agricultor e uma ONG. A princípio, as ONGs podem estabelecer parcerias com a Prefeitura e participar de projetos vinculados ao FEMA, como também, estabelecer vínculos diretamente com o produtor, com propriedade ou não. Esse é o caso de uma das agricultoras, que trabalha em terreno da Enel e se relaciona com uma ONG. Nesse caso, a agricultora contou que a ONG auxilia no escoamento da produção, que não conseguiu vender, na compra de alguns insumos, como sementes e mudas, e na divulgação da sua horta. Por volta dos anos 2017 e

2018, a agricultora contou que a ONG se tornou a responsável direta pelo contrato de comodato²⁶.

Nesse sentido, foi possível observar que existem outras entidades com as quais os agricultores podem buscar algum tipo de auxílio ou parceria. A partir da pesquisa, ficou evidente que as ONGs são capazes de complementar a assistência oferecida pelo poder público, já que elas teriam qualificação para assumir o papel de intermediárias, como exemplo da relação entre o produtor e as empresas proprietárias dos terrenos, e, conseqüentemente, oferecer acesso à terra, assistência técnica e outros tipos de auxílios.

O tamanho das propriedades varia de 0,045 hectares (ha) a 2 ha, relativo à área total (produtiva e não produtiva), e de 0,03 ha até 0,6 ha somente de área produtiva. É relevante mencionar, que a propriedade com 2 ha está localizada no município de Suzano, sendo o seu entorno ocupado por outras chácaras e sítios, ou seja, um entorno que (ainda) não fora edificado. Se contabilizarmos apenas as propriedades de São Paulo, as propriedades não chegam a 1 ha, pois variam de 0,045 ha a 0,825 ha.

No caso da propriedade de Suzano, área de terra própria, os agricultores contaram que existem restrições quanto ao tamanho da propriedade, por conta de estarem localizados em uma APA. Ainda assim, os agricultores afirmaram que existe a tendência do entorno passar por mudanças no uso do solo, mesmo com as restrições.

Aqui é [APA]. Aqui, a menor propriedade só pode ter oito mil metros quadrados. [Mas,] ali na frente, a pessoa vendeu dez alqueires. Eles fizeram tudo, chácara de mil metros, de dois mil metros. Vai morar ali acho que umas 200 pessoas. Então, isso aí já vai ser uma contaminação pro rio. Por exemplo, aqui no nosso caso, eu tenho uma fossa séptica de plástico, então, o que sai do banheiro a gente não joga no ambiente, né? Agora, você não vai conseguir controlar 200 pessoas. Então, isso aí, aqui pra região, futuramente vai ser um problema. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado.

26 Nesta pesquisa, as conseqüências decorrentes da transição da responsabilidade da propriedade, da agricultora para a ONG, não pode ser estudada no período de pesquisa, entretanto, acreditamos ser uma realidade fundamental a ser estudada.

E a [vizinha] ficou rica de um dia pro outro de lotear. Sabia? Ela pagou 200 mil, [depois] vendeu [vários] terrenos por 100 mil, entendeu como é!? Eles só visam o lucro. Produtora, 68 anos, imigrante.

Figura 8: Produção agrícola localizada na propriedade particular no município de Suzano.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Os relatos desses agricultores refletem semelhante preocupação que as agricultoras tiveram no passado, com relação aos loteamentos e às ocupações no entorno de suas propriedades. Nesse sentido, novamente surgiu a questão sobre a possibilidade de ocorrerem ocupações, em decorrência da especulação imobiliária²⁷, e algum tipo de contaminação, especificamente, nos recursos hídricos.

Ainda que a área total em Suzano seja maior que as áreas em São Paulo, sua área produtiva (0,4 ha) é menor do que as áreas produtivas de outras duas propriedades, que contabilizam por volta de 0,6 ha. Em média, a área produtiva ocupa 68%, ou 0,36 ha, da área total das propriedades, com plantações, criações de animais e estufas.

²⁷ A especulação imobiliária é um fator preocupante, pois provoca a mudança de famílias, geralmente para as áreas com menores custos de vida, na busca de construir suas moradias (como no entorno das propriedades agrícolas e/ou nas APAs, etc.), por conta da impossibilidade de continuar vivendo em uma área com custos altos para viver. A especulação e os loteamentos também podem provocar a impossibilidade dos próprios produtores continuarem praticando a agricultura, por conta do possível aumento dos custos de vida na região, considerando a expansão da cidade e de suas infraestruturas, e a possibilidade de contaminação do solo por esgoto sem tratamento.

Figura 9: Estufa de mudas orgânicas.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Figura 10: Canteiros de uma das propriedades sob redes de transmissão de energia.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Figura 11: Horta vertical de uma das propriedades particulares.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Apesar de a produção ocupar grande parte das propriedades, nas pesquisas de campo, é possível observar que o espaço é harmonizado com vegetação natural.

Figura 12: Propriedade particular com diversidade de plantas.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Figura 13: Propriedade sob redes de transmissão de energia com uma diversidade de plantas.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Nas propriedades, a quantidade de mão de obra gira em torno de uma a duas pessoas, sendo 7 (88%) das 8 propriedades trabalhadas por mão de obra familiar. Nas propriedades onde trabalharam duas pessoas, geralmente essas duas se constituíam pela esposa e o marido. Enquanto a outra propriedade, é tocada por mão de obra *comunitária*, pois não era constituída por membros da família. Em algumas propriedades, era comum que os agricultores contratassem mão de obra assalariada temporariamente, pela dificuldade de pagar um salário mínimo aos trabalhadores.

Tá vendo esse aqui? Ontem o rapaz que fez. Aí, só fez os buraco e plantou. (...). Ele trabalha um dia por semana pra mim. E ele quer mais (renda), mas eu não posso no momento, só posso pagar um dia pra ele. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

Até as meninas vieram aqui, mas depois elas queriam que eu pagasse um salário mínimo pra elas. E num dá, né. Eu num posso paga! (...). Elas pediram pra trabalhar, eu falei: “O que eu posso fazer, é a gente plantar e dividir meio a meio (...). Produtora, 69 anos, imigrante, aposentada.

Tabela 8: Dados sobre a mão de obra e a jornada de trabalho nas propriedades.

Produtor(a)	Tipo de mão de obra	Quantidade de mão de obra	Jornada de trabalho (hora/dia)	Jornada de trabalho (dias/semana)
1	Familiar	2	8 a 12	Segunda à segunda
2	Familiar	1	8	Segunda à segunda
3	Familiar	1	10	Segunda à segunda
4	Familiar	2	6	Segunda à segunda
5	Familiar*	2	6 horas (flexível)	Segunda à segunda
6	Familiar*	2	6 horas (flexível)	Segunda à segunda
7	Comunitário**	4	8	Segunda à segunda
8	Comunitário**	4	8	Segunda à segunda
9	Comunitário**	4	6	Segunda à sexta
10	Familiar	1	8	Segunda à sábado
11	Familiar	2	4 a 6	Segunda à segunda

Fonte: Produção da própria autora.

*Agricultores da mesma propriedade.

**Agricultores da mesma propriedade.

Em outras ocasiões, alguns produtores relataram que pediram auxílio de parentes, a depender do trabalho, ao invés de pagar pessoas de fora. A produtora colocou que, mesmo tendo condições de pagar um trabalhador, sente receio de contratar alguém desconhecido para trabalhar dentro da horta, considerando que, nesse caso em específico, sua horta fica no mesmo local de sua residência.

Não, nunca chamamos [alguém para trabalhar]. Porque, assim, a maioria das pessoas você tem que estar junto. (...). Então, pra nós, ainda num dá. Agora, quando tiver tudo pronto, aí sim. Mas antes, num dá. De qualquer forma, a gente ia ter que tá junto com a pessoa. (...). Também tenho um pouco de receio de por as pessoas pra dentro da horta, sabe? Porque hoje você num tá podendo confia nem na família, quanto mais em gente de fora. (...). Mas aí, a gente faz o quê, em vez da gente chamar [gente] de fora, a gente utiliza os filhos. Aí, num paga, né!? Mas, dá um agrado pro filho, só que pagar, né, num paga! Produtora, 45 anos, paulistana.

Outra opção, que se mostrou favorável para os produtores, que não tem condições de pagar mão de obra, é o Programa Operação Trabalho (POT). O POT foi instituído pela Lei nº 13.689/03 com o objetivo de “conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no Município de São Paulo, pertencente à família de baixa renda, visando estimulá-lo à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho”. De acordo com a SMDET, dentro do POT estão sendo desenvolvidos dez projetos em parceria com entidades públicas ou privadas (SÃO PAULO, 2019b). Dentre esses projetos, destaca-se o *Projeto Hortas e Viveiros Urbanos*, cujo objetivo é a “[...] formação de agentes multiplicadores locais, para atuarem junto às organizações comunitárias e coletivos sociais na implantação de projetos de agricultura urbana que devem gerar trabalho e renda e contribuir para preservar e recuperar recursos naturais na cidade” (SÃO PAULO, 2019c). Entre os beneficiários, existe a possibilidade de incluir, tanto os próprios produtores, como outras pessoas que sigam os critérios, e estejam dispostos a produzir em alguma das áreas selecionadas para receber o auxílio mensal, equivalente a R\$ 1047,90, com carga horária de 30 horas semanais e 6 horas diárias, com duração de até dois anos.

(...) a secretaria de trabalho [SMDET], né?! Eles que trouxeram POT pra gente, e agora através deles, a gente conseguiu duas vagas, né. Mais duas pessoas pra tá ajudando, né!? [Só que aí, o] POT veio de 2015 à 2017 e acabou! As pessoas que estavam aqui pagam aluguel, essas coisas, então eles dependem. E a horta em si, não tem essa arrecadação pra tá ajudando, né?! E aí, o pessoal teve que se afastar pra trabalhar. Uma das mais velhas, que conseguiu entra no POT, tá no interior. O outro, tá como cuidador de idoso. Então, cada um foi pra um canto. Produtora, 66 anos, imigrante.

A manutenção da mão de obra tornou-se um problema difícil de ser resolvido, pois mesmo que os trabalhadores queiram continuar trabalhando na propriedade, os rendimentos da produção não são suficientes para sustentar os custos de vida, ademais, muitas dessas pessoas não possuem outras fontes de renda, e são obrigadas a buscar outros empregos.

Sobre a jornada de trabalho, 54% dos agricultores trabalharam mais do que 8 horas diárias, sendo no mínimo de 4 horas e máximo de 12 horas. Quando questionada a jornada de trabalho por dias da semana, 82% dos agricultores responderam trabalhar todos os dias. Nessa situação, existe uma sobrecarga desses trabalhadores, pois além das propriedades serem razoavelmente grandes para uma ou duas pessoas trabalharem, os agricultores não tiram algum dia para descansar, por conta de não existirem trabalhadores disponíveis para revezar

os cuidados da horta, e, considerando que uma das particularidades da atividade agrícola é que ela deve ser cuidada diariamente.

Em compensação, os locais de comercialização não refletiram grandes problemas para os agricultores. Esses incluem feiras livres, eventos e a própria horta, por meio da venda direta. Embora alguns agricultores vendam seus produtos na feira, nem todos eles vendem pessoalmente. A preferência desses últimos, é destinar a produção aos intermediários, conhecidos popularmente como *atravessadores*, por conta de não possuírem transporte ou para evitar problemas de saúde, por conta de esforços exagerados no carregamento da produção.

Outra alternativa de local para a comercialização são os eventos. A participação dos agricultores, nesses eventos, é facilitada pelo fato deles estarem vinculados à Associação. Entre os eventos que eles já participaram, a *Virada Sustentável* em 2018 (figuras 14 e 16), foi um deles.

A participação em eventos. Todos os eventos vem através da Associação, pra gente participar. E querendo ou não, nesses eventos a gente consegue escoar a produção.
Produtor, 38 anos, paulistano.

Os agricultores, como Associação, possuem uma página, criada na rede social *Facebook*. Entre os objetivos da página estão: divulgar as hortas, os locais das feiras, os eventos que estiverem participando, entre outras (figura 15). Uma das maneiras de intensificar a divulgação e possibilitar que mais pessoas comprem a produção.

Figura 14: Participação da AAZL em evento da Virada Sustentável (2018).



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Figura 15: Panfleto referente à localização das hortas.



Somos agricultores em transição para a agricultura orgânica.

A associação é mais uma conquista dos movimentos ambientais da Zona Leste, que lutaram para manter a área natural no Parque do Carmo.

A articulação em prol da agricultura na região inicia-se nos anos 2000, sendo formalizada em 2009 como Associação dos Produtores Orgânicos de São Mateus, com a missão de "proteger os mananciais da região", conforme seu estatuto.

Atualmente, agrega 15 hortas, com 30 associados, onde mais de 41 agricultores trabalham em pequenos grupos. O nome atual, Associação dos Agricultores da Zona Leste, abarca grupos de São Miguel Paulista, Cidade Tiradentes e Guaianases.

As hortas se localizam em terrenos cedidos ou próprios, inseridos no espaço urbano, onde cada uma cumpre papel na regeneração de áreas com entulho, mato e ambiente degradado. Recuperamos o solo dando utilidade nobre aos terrenos.

Em São Paulo, a agricultura resgata pessoas e suas tradições, sendo uma forma de distribuir alimentos saudáveis produzidos mais perto dos consumidores, formando um elo de confiança.



Localize a horta mais próxima de você

São Mateus

Fazendinha do imperador
Rua Piranguçu, 10
Contato: José
(11) 94901-8513

Horta da Mateo Bei
Rua Prof. José Décio Machado Gaia, 50
Contato: Genival
(11) 97962-8427

Horta da Telma
Rua Alessandro Giulio Dell'Aringa, 447
Contato: Telma
(11) 95446-3587

Horta da Sabesp
Praça Felisberto Fernandes (Terminal São Mateus)
Contato: Pedro Almeida
(11) 98746-9028

Horta Sabor da Vitória
Rua Alberto Macedo, (próximo ao 381)
Contato: Terezinha
(11) 96083-4809

Horta do Seu Pedro
Rua José Vieira do Rio, 163
Contato: Pedro
(11) 94689-4698

Sítio Acolhedor
Av. Sapopemba, 30.700
Contato: Lourdes
(11) 2731-6630

Guaianases

Horta da Vila Nancy
Rua Wilson Ackel, 640
Contato: Tadeu
(11) 99533-4716

São Miguel Paulista

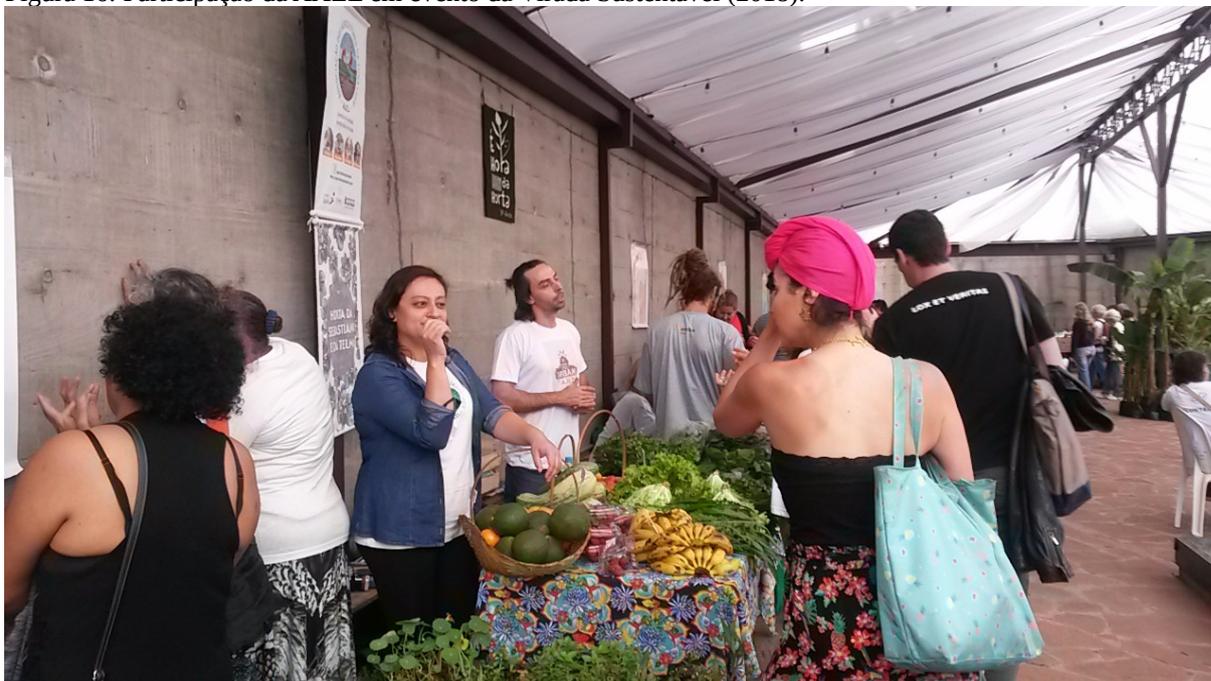
Viveiro Escola Quebrada Sustentável
Rua Papiro do Egito, 708
Contato: Vinicius
(11) 98689-4004

Cidade Tiradentes

Planta Periferia
Rua dos Têxteis, 1349 (fundos)
Contato: Natália
(11) 98405-0007

Fonte: Página da AAZL no Facebook.

Figura 16: Participação da AAZL em evento da Virada Sustentável (2018).



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Por fim, outro local onde os agricultores afirmaram vender suas produções são nas suas próprias propriedades, através da venda direta. Segundo Valdiones (2013, p. 99), “a venda direta ao consumidor, [...] beneficia a comunidade do entorno, colaborando para uma alimentação saudável tanto das famílias dos agricultores quanto das pessoas do bairro”. Além disso, o contato que a venda direta proporciona entre o produtor e o consumidor acaba gerando troca de informações, com benefícios inclusive para os produtores. Em uma das hortas, a agricultora que vende dessa forma, contou que recebe os resíduos orgânicos da vizinhança para produzir a sua compostagem. Em contrapartida, essa ação acaba beneficiando toda a sociedade, pois, se realizada no entorno de outras hortas, será capaz de reduzir alguma parcela de resíduos orgânicos que vão direto para os lixões ou aterros sanitários.

Outros benefícios da venda direta são o estabelecimento de relações de confiança e de responsabilidade social, no contexto da SAN. Além disso, o produtor garante uma clientela fixa e recebe estímulos diretamente dos consumidores para a melhoria contínua, considerando que, na venda direta, os consumidores têm a oportunidade de verificar o que é produzido e de que forma, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (2017).

Na cidade é muito mais valioso, porque quase ninguém conhece a plantação. Daí valoriza muito! A procura é maior... o sabor, né. [Tem gente] que fala: “Nossa! O sabor é muito bom”! O sabor e a qualidade, eles elogiam muito, porque quando [o

alimento] chega no mercado e na feira as coisas já vem passadas. Não porque é má qualidade, mas [porque] ela vem machucada. Já vem [depois de] dois, três dias tirada, e vem de longe. E quando eles vem aqui, na porta, [ou eu corto pra eles] receberem ou eles [mesmos] cortam. Ai, a satisfação é muito grande, a satisfação deles é muito grande! “Nossa, é fresquinho”; “Nunca tinha mais visto uma coisa dessas”. Então, essas coisas faz com que a gente desperte pra continuar cada vez plantando mais e servindo esse povo. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

Mesmo que a população possa estar presente para verificar a produção, outra maneira de conferir se a produção está de acordo com as normas de orgânicos é através da Organização de Controle Social (OCS). A Associação lançou em julho de 2017, a OCS - Agricultores da Zona Leste, devidamente cadastrada pelo MAPA, de acordo com a Lei Federal nº 10.831/03. A análise, para verificar se a produção é orgânica, é feita pelos agrônomos que trabalham na CAE da Zona Leste (SÃO PAULO, 2017).

Diante dos resultados, observamos como a articulação do poder público com os cidadãos da Prefeitura Regional de São Mateus favoreceu a organização de indivíduos dentro de uma Associação, e tornou a agricultura uma realidade entre os espaços edificados da cidade. A articulação dos agricultores com outras entidades, como empresas e ONGs, também se mostraram eficazes no sentido de complementar o oferecimento de terrenos para plantar, assistência técnica e outros tipos de auxílio, geralmente ofertados pela CAE.

Na perspectiva das relações de trabalho, verificamos que, em decorrência dos baixos rendimentos da produção, a falta de mão de obra implica em jornadas de trabalho muito longas e sobrecarregam os agricultores, com o agravante para aqueles com idade avançada. Para tanto, será necessário, como disse o ex-diretor-geral da FAO, mais vontade política para que os governos destinem recursos para os programas, projetos e entidades que apoiem e auxiliem na manutenção das hortas na cidade. No caso do auxílio do POT, a sugestão seria aumentar o número de vagas, e conseqüentemente, aumentar a mão de obra, com prioridade para as hortas onde trabalham pessoas com 55 anos e mais.

4.2. Formas de condução da produção agrícola

Embora os produtores possuam a certificação de que produzem alimentos orgânicos, os produtores também colocaram em prática os princípios da agroecologia. Para a AAZL (2019), a agroecologia “[...] envolve as melhores técnicas de cultivo e aproveitamento de recursos naturais, além da preocupação com as condições de trabalho dos agricultores”. Para verificar se de fato, a forma de condução da produção era agroecológica, foram realizadas

perguntas relacionadas ao modo de preparo do solo, e observadas algumas características das hortas, considerando as diferenças entre uma produção orgânica (produção convencional e produto orgânico) e uma produção com princípios agroecológicos (produção com princípios agroecológicos e produto orgânico).

Os agricultores, como discutido anteriormente, enquanto se relacionam com os agrônomos da CAE ou de ONGs, participaram de cursos e de oficinas e aprimoraram suas técnicas com base nos princípios agroecológicos. O que observamos, referente aos princípios, é que os agricultores reciclaram ao máximo os nutrientes produzidos na própria horta. Quando questionados sobre o modo de preparo do solo, na maior parte (62,5%) das propriedades os agricultores relataram preparar o solo a partir da produção de compostagem, produzida dentro da propriedade. A compostagem era constituída de resíduos da própria horta, esterco de animais não humanos, podas de árvores (fornecidas pela Prefeitura e Enel), capim (carpido na própria horta), resíduos orgânicos gerados na própria residência, inclusive pó de café, cascas de ovos, cinzas e outros elementos que geralmente eram comprados, como a torta de mamona e o calcário. Em outras propriedades, a única diferença estava no acréscimo do uso de outros insumos, como a cobertura de shimeji e o yoorin, também comprados.

Com relação ao preparo da compostagem, o fato dela levar cerca de três meses para ficar pronta, foi considerado um prejuízo para algumas agricultoras, pois em algumas ocasiões acabaram ficando sem composto por conta desse tempo.

Por exemplo, adubar os canteiro [com o composto], faz com que a planta seja melhor. Só que é muito difícil a gente conseguir a compostagem. Então, por exemplo, agora a gente tá fazendo a nossa própria compostagem. Só que a compostagem demora de 60 a 90 dias pra cada uma fica pronta. Se a gente pular o ciclo e num consegui fazê, aí a gente fica sem. Então, uma das dificuldades pra nós, hoje, é a compostagem. Produtora, 45 anos, paulistana.

Uma das iniciativas da Prefeitura capaz de solucionar esse problema, refere-se a abertura dos pátios de compostagem. De acordo com a Prefeitura (SÃO PAULO, 2019d), o composto “[...] será distribuído gratuitamente a quem quiser retirar”, e já foram implantados até cinco pátios, localizados em Ermelino Matarazzo, Lapa, Sé, Moóca e São Mateus. A medida, além de beneficiar os produtores, por conta da redução do tempo de preparo, é positiva, por reduzir os custos de produção e aumentar o tempo de dedicação dos produtores para outras etapas da produção.

A última questão feita aos produtores, dizia respeito ao controle de pragas. Nesse caso, todos os agricultores relataram que aplicam receitas orgânicas, e no caso específico de uma agricultora, além das receitas orgânicas, ela relatou que o controle também é feito enquanto for mantido o equilíbrio do solo.

Então, aí o controle a gente vai cuidando mais da terra. Primeiramente, cuidar da terra. Se a terra estiver bem equilibrada, a praga não vem fácil não, sabe? A planta mesmo faz as pragas regredirem. Agora, se caso der praga, aí nós fazemos as caldas, né. Como [exemplo], usar folha de mamona machucada, sabão de pedra, sabão ipê cozido, fazendo detergente bem fraquinho. Às vezes pimenta. (...). Só com a calda natural. Tem vários tipos de mato que dá com a calda pra passar. Até o leite serve. Um litro de leite e três litros de água serve pra tirar o pulgão. Produtora, 68 anos, imigrante, aposentada.

Outras técnicas referentes à agroecologia é a rotação de culturas, técnica que todos os produtores utilizam, e a produção de policultivos. Com relação às mudas e às sementes, essas são produzidas e retidas, respectivamente. Mas os agricultores também optam por comprar, a depender da planta ou quando necessitarem. Entre os locais onde adquirem tais insumos, estão a estufa da AAZL, onde são produzidas mudas totalmente orgânicas, os mercados agrícolas, geralmente em locais muito distantes, em Suzano e na CEAGESP. Com relação à estufa, essa simbolizou uma conquista para a AAZL. Em 2018, os produtores, como Associação, firmaram uma parceria com a PRSM para reativar a estufa construída em 2008, a partir do programa Escola Estufa Lucy Montoro (SÃO PAULO, 2018b), uma medida capaz de tornar a produção 100% orgânica.

Figura 17: Estufa com bandejas diversas.



Fonte da foto: Rubia Fernanda Panegassi dos Santos.

Diante das respostas e da observação realizada em trabalho de campo, podemos afirmar que a forma de condução da produção é feita com base em alguns dos princípios agroecológicos. Também percebemos o quanto essa forma gera diversos benefícios, como a utilização dos resíduos orgânicos, gerados na própria horta ou na residência, a ciclagem de nutrientes, a partir da rotação de culturas, e a presença de vegetação natural. Tais práticas, ao mesmo tempo que, compatibilizadas com as iniciativas do poder público, geram menores custos da produção agrícola. Além do mais, considerando a prática agroecológica, o diferencial dessas produções é a diversificação de plantas, desde hortaliças, frutas, ervas medicinais e plantas ornamentais.

Hoje em dia, a gente é taxado um pouquinho como uma agrofloresta. Aí eu falo assim: “Uma agrofloresta meio que bagunçada né”. Porque na agrofloresta tem os níveis das árvores né!? Umas mais altas, outra mais baixa. E aí, você vai plantando no meio, você planta tomate, abobrinha... essas coisas né?! Só que aqui, a gente virou um amontoado de agrofloresta. Embora ali pro fundo, a gente plantava pimenta, tudo. A gente vai retoma essa história. (...). Ai o pessoal falou “a moda da agrofloresta veio há pouco tempo pra cá, pra São Paulo, e a gente já tinha uma agrofloresta”. Produtora, 66 anos, imigrante.

Entre as culturas produzidas pelos produtores há banana, alface, escarola, couve, manjeriço, limão, tomilho, ora-pro-nóbis, peixinho, capuchinha, açafrão, inhame, cenoura, beterraba, azedinha, almeirão, espinafre, repolho, alho-poró, cebolinha, feijão, mamão, agrião, pimentão verde, berinjela, chuchu, pimentão barão, abacate, uva, manga, taioba, erva-cidreira, batata yacon, cúrcuma, tomate, colorau, cambuci, jaboticaba, laranja, ervilha, salsinha, milho, girassol, limão rosa, alcachofra, coentro, brócolis, pêssego, arnica, cavalinha, hortelã, carqueja, bálsamo, macaé, capim santo, melissa, gengibre, picão, mentruz, vassourinha, capim limão, sabugueira, tanchagem, erva-botão, rúcula, jiló, couve-flor, rabanete, catalonha, mandioca, uva japonesa, goiaba, ameixa, amora, pitanga, dente de leão e o guaco. Entre as criações de animais, existem galinhas, peixes, patos, coelhos e gansos.

4.3. Experiências, valores e motivações que impulsionaram os agricultores

91% dos produtores relataram já possuir experiência com agricultura, principalmente na infância. Por conta desse passado, muitos agricultores relataram que esse foi um dos motivos de voltarem a plantar. Também houve casos em que os produtores disseram que gostam de produzir em virtude da sensação de bem-estar individual, por conta do ambiente

lembrar um sítio ou a antiga horta de quintal, do prazer de plantar e da possibilidade de ver a beleza do crescimento das plantas.

Ah, [voltei a trabalhar] porque a gente é do interior, né?! Gosta de mexe com terra, né? (...). Ai, vinha pra cá, ficava aqui o dia inteiro. Me sentia bem aqui... Aí, fui ficando. (...). Vim pra cá e acostumei. Porque o ambiente aqui é bom. Porque aqui é como um sítio, né?! Uma fazenda. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado.

Foi mais uma oportunidade na verdade. De unir, lógico, a questão financeira com um trabalho mais alternativo que... sei lá, pra mim é muito mais gostoso ficar aqui do que fazer o trabalho que eu fazia. Então, sei lá. É um trabalho que não é trabalho sabe?! É terapia. Produtor, paulistano, 38 anos.

Então, acho que assim... A gente gosta de mexer com essas coisas devido a isso né?! Já vem mesmo da natureza do pai [indígena]. E a única experiência que a gente teve com horta são essas. A gente tinha o nosso quintalzinho. Nunca faltou né, no tempo das avós. Nunca faltou nosso canteirinho, nossas verdurinhas. Produtora, 66 anos, imigrante.

Porque eu amo fazer isso aí! Eu amo ver a natureza se desenvolver! Então, nem tanto pelo retorno financeiro (...). Fazendo outras atividades eu teria muito retorno financeiro. Mas, pelo prazer de plantar, ver crescer, comer e ver que o pessoal tá consumindo um produto saudável. Esse é o meu prazer! Entendeu? E gosto também de experiências! Enxertia, essas coisas assim, entendeu? Tentar produzir algo novo, tentar reaproveitar coisas diferentes... (...) Porque eu penso assim, tudo que é possível a gente tem que aprender, e o que é impossível, a gente tem que tentar! Porque, de repente, quem falou que é impossível nem tentou até o ponto de... entendeu? Gosto de desafio! Produtor, 62 anos, imigrante, aposentado.

Faz 45 anos que eu moro aqui. Nessa casa que eu to, há 20. Mas, a casa dos meus pais era ali, era um barraquinho só. E aí, o meu pai sempre cultivou. E a gente sempre acompanhou ele, então assim, eu já fui filha de agricultor. (...) Aí, a gente pegou [a horta] do nada. Tiramos os pedregulho e começamos a afogar a terra. E aí, que pegamos gosto. Sabe quando você se apaixona? De vê o pé de alface subindo e você comendo o pé de alface? Produtora, 45 anos, paulistana.

Nos relatos ficou nítido que as motivações principais tem relação com a sensação de bem-estar enquanto trabalharam com a agricultura. Portanto, a atividade, nesses casos, quase não é percebida como um trabalho, mas como uma oportunidade de unir a geração de renda com sensação de bem-estar, cuja sensação pode remeter a uma memória passada ou à percepção sobre o desenvolvimento das plantas. Essas sensações, percebidas nas falas dos agricultores, revelaram mais uma função da agricultura na cidade, a capacidade das hortas “[...] [servirem] como locais de atividade terapêutica, com benefícios, na dimensão da saúde, físicos e mentais” (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

Outros produtores disseram que o motivo para produzir possui relação com a alimentação, especificamente relacionado com a mudança do consumo de alimentos convencionais para o consumo de alimentos orgânicos, por questões de saúde.

Assim, quando a gente morava lá na cidade que comia muita coisa, [(como alimentos convencionais)]. Um monte de coisa fazia mal (...). Nem banana! (...). Quando comprava banana na feira, eu comia e me fazia mal. Então, era muita coisa... (...). A gente começou a plantar pra gente se alimentar. [Pra ter] uma alimentação boa, e pros filhos [também]. Produtor, 68 anos, imigrante, aposentado.

Só que num dá lucro, [o produto orgânico]! Mas... pelo menos a gente come o que a gente quer. Eu planto o que a gente quer. [Por exemplo], agora a gente tem ervilha torta, tem repolho, tem escarola, tem alho-poró, tem cebolinha, salsinha, couve! Aí, tem esse monte de coisa, uma aqui, outra ali. Então, o que a gente quiser, a gente tem pra comer. Se você vai comprar na feira orgânica, a gente tem que sair longe. Às vezes, a gente num tem dinheiro. Então, você tendo as coisas pra comer... Todo mundo admira que a gente trabalha assim, porque a gente come coisa que num tem veneno, sabia? Se você comia pepino você ficava dia inteiro vomitando. Se você comia um pimentão, você passava mal o dia inteiro. Produtora, 68 anos, imigrante.

Eu voltei a trabalhar, porque eu fiquei 10 anos da minha vida fazendo de tudo um pouco, e não me achava. [Foi] através de um médico, que me mandou tomar um suco da couve, porque era bom pro estômago. Ele falou que não era pra mim comprar na feira, tinha que compra tudo orgânico pra consumir. Aí, foi onde eu fui compra minha primeira couve [orgânica]. E aí, eu fiz o curso de jardinagem, foi onde eu descobri que eu queria volta pra agricultura. Produtora, 52 anos, imigrante.

Por um lado, foi possível verificar que as motivações que impulsionaram esses agricultores são ambas voltadas para questões de saúde, incluída a sensação de bem-estar e a alimentação. Por outro, verificou-se a construção de novos valores, denominados como “[...] acordos sociais sobre o que é considerado bom ou mau, certo ou errado, desejável ou indesejável” (MOONEY; KNOX; SCHACHT, 2016, p. 5), também foi uma questão observada. Os agricultores, enquanto produziram seus alimentos, entre os espaços edificados das cidades, conseguiram expor ao restante da sociedade os valores e os benefícios da obtenção de um alimento nas proximidades de casa. A proximidade das hortas pode favorecer uma alimentação diversificada, alimentos mais frescos, e outros aprendizados, através das atividades não-agrícolas que algumas propriedades oferecem.

Além disso, a presença das hortas nesses espaços aumenta a quantidade de áreas verdes capazes de desempenhar uma série de benefícios socioambientais. Entre os benefícios, estão a preservação das abelhas e de outros polinizadores, principalmente por tratar-se de uma forma de condução da produção agroecológica, a regulação do microclima, a drenagem de

água, essencial em uma cidade com solo tão impermeabilizado pelo asfalto, bem como a capacidade de gerar valores culturais. Assim, a interação entre os cidadãos e as hortas é capaz de evidenciar os benefícios dessas, a partir das contribuições que ela gera para o entorno das localidades, e, de construir valores na direção de estreitar os laços entre a natureza e a sociedade, onde as contribuições deverão refletir todas as dimensões, ambiental, social, econômica e cultural.

4.4. Desafios, contribuições e limitações da agricultura na cidade

A pesquisa foi capaz de revelar resultados fundamentais para a compreensão da situação dos agricultores, entretanto, em alguns pontos, ela foi limitada por conta da amostra ser pouco representativa sobre o restante dos agricultores da Zona Leste, em virtude de nossa metodologia. Outra limitação desta pesquisa, ao mesmo tempo, uma sugestão, refere-se à contabilização dos custos de produção e de outros valores, de maneira precisa. A finalidade de conhecer esses custos, seria estabelecer uma medida para a destinação de recursos públicos suficientes, com base nas áreas com mais dificuldades, considerando a produtividade e as áreas com entorno populacional carente, de forma a multiplicar atitudes solidárias através das agricultoras e agricultores.

Por outro lado, as limitações foram compensadas por uma série de resultados que evidenciaram o quanto a agricultura na cidade tem potencial de promover benefícios socioambientais e econômicos. Entre as contribuições dessa pesquisa, a evidência sobre a presença de muitas mulheres trabalhando com a atividade agrícola, sugere que a agricultura pode vir a ser uma alternativa de trabalho mais estimulada e um meio capaz de reduzir as desigualdades de gênero, em virtude de possibilitar autonomia financeira e fortalecer o papel de decisão das mulheres, nas questões domésticas por exemplo.

Por outro lado, em vista da quantidade de agricultores aposentados ou dependentes de rendimentos de terceiros, observamos que ainda existem limitações para as pessoas que não se enquadram nesse perfil, já que os rendimentos da horta ainda são insuficientes para o equivalente de um SM. No entanto, essa questão poderia ser enfrentada a partir de pelo menos três ações sugeridas: (1) aumento da quantidade de bolsas do POT; (2) aumento do período de duração da bolsa; e (3) rotatividade constante de pessoas que ocupam das vagas das bolsas,

com prioridade para destinar as bolsas para as hortas onde trabalham agricultores com idade mais avançada.

Com relação à situação de SAN, acreditamos que sejam necessários mais estudos referentes a esse indicador, na escala municipal, especialmente com relação à situação de SAN dos agricultores, pois a escala nacional e estadual, trabalhada pelo IBGE, não é suficiente para conhecer ou mesmo estimar a realidade dos municípios, além de não possuir um recorte para os produtores agrícolas.

Como observado nesta pesquisa, a justificativa de inserção da agricultura na cidade aconteceu em vista da situação de insegurança alimentar na população brasileira, no contexto do PFZ. Nesse sentido, a agricultura deve ser cada vez mais estimulada como alternativa de trabalho, com foco para as pessoas em situação de vulnerabilidade, já que a atividade independe do nível de escolaridade. Em compensação, a tendência dos indivíduos que conseguirem se inserir na atividade seria ampliar os seus conhecimentos, como foi o caso dos produtores da AAZL. Essa foi uma contribuição reveladora para esta pesquisa, pois geralmente os estudos argumentam que a agricultura possibilita um ambiente de aprendizado para a sociedade, sobre as relações entre a natureza e a sociedade. Nesse caso, a agricultura, enquanto apoiada pela CAE e pelas ONGs, pode vir a tornar-se um ambiente de aprendizado também para os próprios agricultores, além de dar a oportunidade de se especializarem. Nesse sentido, as parcerias são essenciais para esses agricultores da cidade, pois são capazes de oferecer condições para que eles possam melhorar suas técnicas, aumentar sua produtividade, gerar renda, acessar insumos, obter mão de obra e possibilitar o escoamento da produção. Embora, no caso da relação entre ONGs e agricultores são sugeridos mais estudos.

Outra medida para que a agricultura se multiplique e esteja cada vez mais presente no cotidiano dos paulistanos, é priorizar o acesso à terra. Portanto, a capacitação ou contratação de funcionários capazes de recolher dados e gerar informações sobre terrenos com potencial agrícola, pode ser um primeiro passo para facilitar o acesso à terra, especialmente nos terrenos em regime de comodato, por não exigirem custos de locação. Paralelo a isso, são sugeridos mais estudos com relação à aplicação da economia de aglomeração, com foco nas características do entorno, como o clima da região (temperatura, quantidade de chuvas, umidade etc), e principalmente a composição e o histórico do solo, considerando a possibilidade de existência de contaminações, e outras particularidades.

Referente às funções desempenhadas pela agricultura na cidade, como a capacidade de redirecionar o destino dos resíduos orgânicos, em vez de lixões e aterros sanitários, sugere-se ao poder público o desenvolvimento de serviços de coleta de resíduos orgânicos, das residências, para destinar aos pátios de compostagem, e assim beneficiar tanto a sociedade como os produtores.

Por fim, apesar dos desafios e das sugestões discutidas, tais medidas também necessitarão de mobilizações da sociedade civil, como meio de garantir que a vontade política seja a vontade do povo. Sendo essa última, bastante estimulada com a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), instituído pelo Art. 192 do PDE de 2014 e regulamentado pelo Decreto nº 57.058/16, em que tanto representantes do Poder Público como da sociedade civil podem participar ativamente em prol do desenvolvimento rural sustentável e solidário. Portanto, essa pesquisa também teve como objetivo oferecer argumentos para a sociedade civil reconhecer, demandar e fortalecer as hortas nos cotidianos das cidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi questionar o uso da expressão agricultura urbana, como marco conceitual para definir a agricultura que ocorre na cidade. Para tanto, considerando a abordagem teórica para definir o termo urbano, concluímos que seria incoerente utilizá-lo para denominar essa agricultura, dado que a racionalidade urbana não é definida por localização. Afinal, a racionalidade urbana se expressa de maneira hegemônica com capacidade de alterar as estruturas sociais e territoriais de uma sociedade.

Ademais, a tese das relações de produção do agricultor, referente à corrente que defende a criação e recriação das relações de produção capitalistas e não capitalistas no campo, reforçou a ação da racionalidade urbana, mesmo no campo. A racionalidade urbana, nesse sentido, age como uma extensão da lógica do modo de produção capitalista, e, nesse caso, foi capaz de absorver as relações não capitalistas, e promover a manutenção da lógica do capital, como explicou Martins e Oliveira. Cabe destacar que, embora essas mudanças tenham ocorrido ainda coexistem movimentos sociais e comunidades, como a AAZL, que resistem e/ou combatem essa lógica dentro do campo e também da cidade, o que reafirma a presença da racionalidade urbana independentemente da localização.

Além da questão teórica, o conhecimento do grupo de agricultoras e agricultores da AAZL nos possibilitou estudar, nas suas perspectivas, as relações estabelecidas através da propriedade e na propriedade, bem como as formas de comercialização e de condução de suas produções. Também foi possível observar as articulações realizadas, principalmente, com o poder público, representado pelas CAEs e Prefeituras Regionais, e com as ONGs, as quais se apresentaram como entidades que complementaram o poder público no papel de assistência técnica e de auxílio aos agricultores. Essa relação dos agricultores com outras entidades acabou sendo outro meio de fortalecer a agricultura e os agricultores, através de intervenções com a finalidade de fornecer terras, assistência técnica, insumos, alternativas de escoamento, e de divulgar as hortas.

A análise feita sobre a forma de condução da produção agrícola demonstrou que a presença ativa dos funcionários públicos, para encaminhar os produtores a utilizarem técnicas de manejo agroecológicas, é bastante presente. As evidências para confirmar o uso dessa

técnica, pelos agricultores, se apresentaram tanto nas suas respostas, com relação ao modo de preparo do solo, como na observação da configuração da área pela pesquisadora.

A identificação das motivações para a continuidade desses agricultores em suas hortas, suporta a ideia da capacidade multifuncional e multidimensional da agricultura, pois as motivações transcendem a justificativa de trabalhar por renda ou por SAN. Assim, mesmo com as dificuldades, a continuidade desses agricultores se justifica por conta da sensação bem-estar, e da preocupação com a saúde, por meio da mudança no consumo e na forma de produção de alimentos que geram menos problemas à saúde e, conseqüentemente, ao meio ambiente, em comparação com a produção com insumos químicos. No entanto, é preciso considerar que, independentemente de os agricultores trabalharem por essas motivações, as dificuldades ainda estarão presentes, portanto, devem ser evidenciadas para solicitar a busca de soluções e, então possibilitar melhores condições de trabalho e de vida para os agricultores.

Cabe mencionar que, o conhecimento aprofundado sobre os produtores agrícolas da Associação dos Agricultores Zona Leste de São Paulo, foi fundamental para a compreensão das suas experiências, indissociáveis de um contexto histórico, e, portanto, das dimensões política, econômica, social e ambiental nas quais eles estão inseridos. Além disso, as fundamentações teóricas tiveram o papel importante de nos capacitar ao reconhecimento das influências pelas quais os agricultores estão expostos, como as influências do espaço urbano, que intervém constantemente com fins de adaptar o seu entorno naquilo que mantém a racionalidade urbana.

O conhecimento dessas experiências, é importante mencionar, só foram possíveis, pois optamos por uma metodologia que possibilitasse que esses agricultores nos contassem os detalhes de suas histórias.

Por fim, em vista dos benefícios e das sensações que a atividade agrícola provocou nesses produtores agrícolas, pensamos que estimular o contato inicial dos habitantes, especialmente aqueles que não tiveram experiências com a agricultura, pode vir a ser multiplicador de pequenos agricultores ou de valores a respeito da relação entre a sociedade e a natureza, onde a sociedade é vista dentro do ecossistema e não desvinculada dele. Esse estímulo pode ser uma forma de estreitar os laços entre a sociedade e a natureza que, no decorrer do tempo, tem se distanciando cada vez mais, e uma forma de fazer com que a sociedade valorize cada vez mais o trabalho que é feito pelas agricultoras e agricultores,

peças que se esforçaram muito e demonstraram que existem possibilidades de plantar numa cidade como São Paulo. Portanto, há a necessidade de medidas serem tomadas, em virtude dos desafios, através de uma perspectiva que, além de evidenciar os benefícios proporcionados pelas hortas nas cidades, também ilumine a situação das agricultoras e dos agricultores. As hortas funcionam com pessoas, e essas pessoas necessitarão de mais auxílio para continuar revelando, ao restante da sociedade, do seu entorno e de sua cidade, os benefícios derivados da agricultura na cidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____. **De camponeses a agricultores:** paradigmas do capitalismo agrário em questão. 1990. 354 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ACSELRAD, H. Vigiar e unir – a agenda da sustentabilidade urbana? *Revista VeraCidade* – Ano 2 – n° 2 – Julho de 2007.

ANA. Panorama da qualidade das águas superficiais do Brasil: 2012/Agência Nacional de Águas - Brasília: ANA, 2012.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. X, n. 1, p. 137-150, jan.-jun. 2007.

ASSIS, R. L. Agricultura orgânica e agroecologia: questões conceituais e processo de conversão. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. 35 p. (Embrapa Agrobiologia. Documentos, 196).

Associação de Agricultores da Zona Leste. (2017). Disponível em: <<http://agricultoreszonaleste.org.br/sobre/>>. Acesso em 22 mar 2017.

_____. **Nossas Hortas**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://agricultoreszonaleste.org.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

_____. **Certificações**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://agricultoreszonaleste.org.br/certificacoes/>>. Acesso em 22 ago. 2019.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. Requisitos para enquadramento no Pronaf - Requisitos para enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 2019. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos/>>. Acesso em 25 jul. 2019.

BAUER, M. W., AARTS. B. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, 516 p.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. Tradução Sílvia Mazza. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2011, 728p.

BIAZOTI, A. R.; SILVA, S. M. da. Ruralização da cidade de São Paulo: agricultura urbana e periurbana na perspectiva do desenvolvimento local. In: SÃO PAULO (Municipal). Panorama da segurança alimentar e nutricional na cidade de São Paulo: Ações, desafios e perspectivas do papel da cidade na alimentação. Marcelo Mazeta Lucas (org.), 2016.

BOLUND, P., HUNHAMMAR, S. Ecosystem services in urban areas. *Ecological Economics* 29 (1999) 293-301.

BOMBARDI, L. M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, n° 14, p. 107 – 117, 2003.

BRASIL. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: “A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” - Relatório Final. Pernambuco, março de 2004.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Decreto Lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0311.htm>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Decreto n. 807, de 22 de abril de 1993. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar CONSEA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0807.htm>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966. Código Tributário Nacional. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 22 ago. de 2019.

_____. Lei n. 10.831/2003 Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em 22 ago. 2019.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Revista Estudos Avançados* 20 (57), 2006.

CAPEL, H. La Definición de lo Urbano, *Estudios Geográficos*, nº 138-139 (número especial de "Homenaje al Profesor Manuel de Terán"), febrero-mayo 1975, p 265-301.

CARDOSO, A.L. Desigualdades urbanas e políticas habitacionais. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, IPPUR/UFRJ - FASE, 2001. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetroes.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf>. Acesso em 22 ago. 2019.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. A. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

CHILDE, G. V. **Los orígenes de la civilización**. Traducción de Elide Gortari. 1ed., 21ª reimpresión, México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

COSTA, L. de S. Estado e emprego: As origens do nosso tempo. *Revista Faz Ciência*, 07, 01 (2005), pp. 123-149.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos - Janeiro de 2016, 2016. Disponível em? <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2019.

_____. Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos - Salário mínimo nominal e necessário, 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em 11 ago. 2019.

Eletropaulo. Relatório de Sustentabilidade 2017. Disponível em: <<https://www.enel.com.br/pr/quemsomos/iniciativas/a201701-ecoenel.html>>. Acesso em 19 de fev. 2019.

FAO. Alimento para as cidades, 2009. Disponível em: <<http://www.fao.org/tempref/docrep/fao/012/ak824pt/ak824pt00.pdf>>. Acesso em 23 mai 2018.

_____. Criar Cidades mais Verdes. Viale delle Terme di Caracalla, Rome, Italy, 2012.

_____. Hundred and Sixteenth Session, Rome: 14-19 June 1999 - REPORT OF THE FIFTEENTH SESSION OF THE COMMITTEE ON AGRICULTURE: Rome, 25-29 January 1999, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/X1551e/X1551e.htm>>. Acesso em 16 ago. 2019.

FAO, IFAD and WFP. 2015. The State of Food Insecurity in the World 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome, FAO, 2015.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2018. The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition. Rome, FAO.

FAO/WB. Urban Agriculture for Sustainable Poverty Alleviation and Food Security, Rome, 2008.

FERREIRA, J. S. W. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo “à brasileira”. *Revista Estudos Avançados* 25 (71), 2011.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Indicadores do Estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acesso em 21 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAa. Censo agropecuário: resultados preliminares / IBGE – 1970-. - Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, p. 1-108, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAb. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação / IBGE, Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 84p. - (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450 ; n. 11).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal – PNAD contínua 2017: Análise dos resultados, 2018. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/detalhe/dados_setor_comunicacoes/TIC-2017.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.

_____. Censo agropecuário: resultados definitivos / IBGE – 1970- . - Rio de Janeiro: IBGE, 1974- Censo agropec., Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica: Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014, nº 24, Brasília, março de 2016.

_____. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: Projetos, descontinuidades e consolidação, Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008, 176p.

_____. Urbain (L'), in: **Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde moderne**. Tradução de Margarida Maria de Andrade (versão preliminar). Paris, Messidor/Éditions Sociales. 1986, p. 159-173.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia* – Ano 1 – Nº 1 – 1999.

MACHADO, A. T., MACHADO, C. T. de T. Agricultura urbana. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002, 25 p.

MARICATO, E. Metrôpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados* 17 (48), 2003.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e Violência: A questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, 181p.

MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991, 182p.

_____. **O cativo da terra**. 9. ed. Revista e ampliada – São Paulo: Contexto, 2010, 282p.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZOYER, M., ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Produção Orgânica – Credenciamento de organismos responsáveis pela certificação de produtos orgânicos, 2017. Disponível em :<<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/desenvolvimento-agropecuaria-cooperativismo-e-associativismo-rural/producao-organica>>. Acesso em 30 mai 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Cadernos da Agricultura Familiar – Declaração de Aptidão ao PRONAF, Brasília, Volume 3, 2016.

_____. Fome Zero: A experiência brasileira. Brasília, 2010, 360p.

MOONEY, L. A., KNOX, D. SCHACHT, C. **Problemas sociais: uma análise sociológica da atualidade.** Tradução da 9ª edição norte-americana. Editora Cengage Learning, 2016, 610p.

MOUGEOT, L. J. A. Urban Agriculture: Definition, Presence and Potentials and Risks. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GUENDEL, S.; SABEL KOSCHELLA, U.; de ZEEUW, H. (eds.) **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda, DSE**, 2000. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/publications/growing-cities-growing-food-urban-agriculture-policy-agenda>>. Acesso em 21 fev. 2018.

_____. Urban Agriculture in Cities of the Global South: Four Logics of Integration, 2015. In: IMBERT, D. **Food and the City.** Histories of Culture and Cultivation, 2015, 388 p.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Editora Ática, 1986, 78p.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas.** São Paulo, 2016, 434 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Geografia Humana.

NAKAMURA, A. C. **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do município de São Paulo.** São Paulo, 2016, 303 f. Geografia Humana, Departamento de Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

_____. de. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: _____. **A agricultura camponesa no Brasil,** São Paulo. Contexto, 1991, p. 45-72.

_____. de. São Paulo: dos bairros e subúrbios rurais às bolsas de mercadorias e de futuro. In: **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**[S.l.: s.n.], v. 2. , 2004.

OLIVEIRA, L. C. P. de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana:** São Paulo, Montreal e Toronto, 2017, 279 f. Administração Pública e Governo - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2017.

Organização das Nações Unidas. FAO pede renovação da vontade política para acabar com a fome na América Latina e Caribe, 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-pede-renovacao-da-vontade-politica-para-acabar-com-a-fome-na-america-latina-e-caribe/>>. Acesso em 06 ago. 2019.

_____. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2019.

OXFAM. A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras. Brief Comunicação, 2017.

OXFAM. Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Brief Comunicação, 2016.

PEREIRA, D. Paisagens e uso do solo urbano e rural. *Terra Livre*, Presidente Prudente, ano 24, v. 1, n. 30, p. 15-26, jan-jun/2008.

PEREIRA, D., KUNTSCHIK, G., VALDIONES, A. P. G., FERREIRA, I. V. R. F., ABDO, R. Região metropolitana de São Paulo: Do cinturão caipira ao verde e cinza. In: ZANIRATO, S. H. (Org.). **Mobilização e mudança social:** experiências de participação política na sociedade contemporânea. São Paulo: Annablume, 2013, 204 p.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Pesquisa de opinião pública. Viver em São Paulo: trabalho e renda. São Paulo, dezembro de 2018, 2019. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/viver_trabalho_renda_2019_completa.pdf>. Acesso em 21 ago. 2019.

RIBEIRO, S. M., BÓGUS, C. M., WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde Soc.* São Paulo, v. 24, p. 730-743, 2015.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. *Análise Social*, 211, xlix (2.º), 2014, 430-456.

SANTANDREU, A., LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: IPES/RUAF, 2007.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do Vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1978, 182p.

SÃO PAULOa (Município). CAISAN – Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2016/2020. São Paulo, jun., 2016.

SÃO PAULOa (Município). Mapa da Cidade: Veja o mapa da cidade de São Paulo por Subprefeituras, 2019. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449>>. Acesso em 22 ago. 2019.

SÃO PAULOb (Município). 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável: Da cidade de São Paulo – Discutindo o rural na cidade de São Paulo, 2016. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/NOVACARTILHA.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2019.

SÃO PAULOb (Município). Programa Operação Trabalho, 2019. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=610>. Acesso em 22 ago. 2019.

SÃO PAULOc (Município). Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, 2019. Disponível em:

<<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/index.php?p=205077>>. Acesso em 22 ago. 2019.

SÃO PAULOd (Município). Prefeitura inaugura quinto pátio de compostagem na cidade em Ermelino Matarazzo, 2019. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-inaugura-quinto-patio-de-compostagem-na-cidade-em-ermelino-matarazzo>>. Acesso em 23 ago. 2019.

SÃO PAULO (Município). Ações pela biodiversidade da cidade de São Paulo: Protegendo e preservando a biodiversidade paulistana / coordenação: Ângela Maria Branco - São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2011.

_____. Agricultores recebem certificado de orgânico, 2017. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_mateus/noticias/index.php?p=74336>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Casa da Agricultura Ecológica é um ponto de apoio ao produtor rural e urbano, 2015. Disponível em:

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/noticias/?p=202268>>. Acesso em 19 abr de 2018.

_____. Decreto Municipal nº 51.801, de 21 de setembro de 2010. Confere nova regulamentação à Lei nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004, que cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no Município de São Paulo e define suas diretrizes; revoga o Decreto nº 45.665, de 29 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-51801-de-21-de-setembro-de-2010/consolidado>>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Decreto Municipal nº 56.399, de 9 de setembro de 2015. Transforma a Supervisão Geral de Abastecimento - ABAST, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, na Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN, bem como transfere cargos de provimento em comissão para os órgãos que especifica. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/nucpf>>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Decreto Municipal nº 57.058, de junho de 2016. Regulamenta a composição, as competências e o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, instituído pelo artigo 192 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico. Disponível em:

<<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D57058.pdf>>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Decreto Municipal nº 58.596, de 7 de janeiro de 2019. Reorganiza parcialmente a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, a Secretaria do Governo Municipal, a Secretaria Municipal de Gestão, a Secretaria Municipal de Relações Internacionais, a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias, a Secretaria Municipal das Subprefeituras e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; transfere os cargos de provimento em comissão que especifica; bem como altera dispositivos do Decreto nº 58.153, de 22 de março de 2018, do Decreto nº 58.410, de 13 de setembro de 2018, e do Decreto nº 58.557, de 6 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58596-de-7-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Departamento de Agricultura. São Paulo, 2018a. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/abastecimento/agricultura_urbana/index.php?p=153588>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Estufa escola produz mudas orgânicas, 2018b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/sao_mateus/noticias/?p=88785>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Lei Municipal nº 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Lei Municipal nº 13.689, de 19 de dezembro de 2003. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 13.178, de 17 de setembro de 2001, que institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho e dá outras providências, bem como altera sua denominação para Programa Operação Trabalho. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13689-de-19-de-dezembro-de-2003/consolidado>>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Lei Municipal nº 13.727, de 12 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana - PROAURP no município de São Paulo e define suas diretrizes. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13727-de-12-de-janeiro-de-2004/consolidado>>. Acesso em 22 ago. 2019.

_____. Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/sqoht>>. Acesso em 22 ago. 2019.

SHEPHERD, A. NUNAN, F. 1998. **Baseline study and introductory workshop for Hubli-Dharwad city-region, Karnataka, India**. Final Technical Report for project R6825. Birmingham: School of Public Policy, University of Birmingham, UK, 176 pp.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 - A Pesquisa Científica. In: Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SMIT, J., NASR, J., RATA, A. Chapter 1 – Cities That Feed Themselves. In: SMIT, J. **Urban Agriculture: Food Jobs and Sustainable Cities**, 2001. Disponível em: <<http://www.jacsmit.com/book.html>>. Acessado em 30 abr 2018.

SUPLICY, E. M., NETO, B. A. M. Políticas sociais: o Programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº12 – jun/dez, 1995.

VALDIONES, A. P. G. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no município de São Paulo**. 2013, 164f. Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VEIGA, J. E. da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, 18 (51), 2004.

_____. da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006.

_____. da. Nem tudo é urbano. *Cidades/Artigos*, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.

_____. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Revista Estudo Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85.

WEBER, A. **Theory of location of industries.** University of Chicago Press Chicago, Illinois, U.S.A., July, 1929, 256p.

WIRTH, L. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, vol. 44. nº 1 (Jul., 1938), pp. 1-24.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE O PERFIL DO ENTREVISTADO

Perfil do entrevistado – Nome do entrevistado

Nome: _____

Idade: _____ Naturalidade: _____ Estado civil: _____

Ano que fez parte da AAZL: _____ Escolaridade: _____

Reside no local da produção? _____

Ano que veio para cidade de São Paulo (se não for natural da capital de SP): _____

Recebe benefício governamental (aposentadoria, bolsa família, POT): _____

Trabalho/Atividade exercida anterior à produção: _____

Atualmente exerce outra atividade remunerada? Qual? _____

Porcentagem (%) e/ou valor por mês da atividade agropecuária na renda familiar total: _____

Primeiro objetivo específico – Relações de produção, de trabalho, de comercialização

1. Qual é o tipo de propriedade (condição legal)? _____
2. Uso do solo antes da produção agrícola: _____
 1. Para terrenos cedidos – Você é a(o) responsável direto com o fornecedor do terreno?

 2. Se não é o responsável, como adquiriu a parcela para produzir?

3. Objetivo da produção (antes e depois de ser associado):
 1. Antes da AAZL (da produção na mesma área ou outra área): _____
 2. Depois da AAZL: _____
4. Área da propriedade total (m²;ha): _____
5. Área da propriedade produzida (m²;ha): _____
6. Ano de início da atividade atual: _____
7. Tipo de mão de obra e quantidade: _____
8. Jornada de trabalho (horas/dia e dias/semana): _____

9. Cursos de capacitação (antes e depois de ser associado);
 1. Antes da AAZL: _____
 2. Depois da AAZL: _____
 3. Fontes de informação sobre a técnica (se não fez curso formal): _____
10. Destino da produção/comercialização da produção atual (consumidor final, intermediários, governo, cooperativa, indústrias, mercado, central atacadista): _____
11. Locais de comercialização: _____
12. Beneficiamento dos produtos: _____
13. Transporte dos produtos (como é realizado?): _____
14. Tem perdas de produtos? _____
15. A produção gera lucro? _____
16. Quais os critérios para formação do preço dos produtos?: _____

Segundo objetivo específico – Forma de condução da produção - Manejo

1. Culturas produzidas: _____
2. Criação de animais?: _____
3. Faz rotação de culturas? _____
4. Presença de vegetação natural (parte da vegetação anterior se mantém atualmente?): _____
5. Como faz o preparo do solo (exemplo: precisa de insumos muda/semente, adubação; realiza o preparo da terra assim... e faz o controle de pragas assim...): _____
6. Origem dos insumos apontados na pergunta anterior: _____
7. Qualidade do solo (visual, físico, químico, biológico): _____
8. Irrigação
 1. Fonte da água utilizada (sabesp, poço, outros): _____
 2. Custo da água: _____
 3. Consumo médio de água (mês, dia, semana): _____
 4. Se NÃO for da SABESP - Qualidade da água (abastecimento doméstico; irrigação de hortaliças consumidas cruas e sem remoção de películas; irrigação de hortaliças e

plantas frutíferas; irrigação de culturas arbóreas, cerealíferas e forrageiras; aquicultura para alimentação humana; dessedentação de animais):_____

5. Tecnologia empregada (maquinário, manual, mista):_____

6. Destinação dos resíduos orgânicos (da residência):_____

1. Forma de condução da produção - Orgânica; em transição para produção agroecológica_____

Terceiro objetivo específico – Relações com poder público e organizações de terceiro setor

1. Por quê começou/voltou a trabalhar com a horta?

2. De quem foi a iniciativa de utilizar o terreno atual para a agricultura (produtor, associação, cônjuge, empresa (eletropaulo, sabesp), poder público)?

3. Como ficou sabendo da AAZL? Para aqueles que participaram da fundação da associação: Como se uniram aos outros produtores?

4. O que acha da AAZL?

5. De quem já recebeu assistência técnica? Se não recebeu, tem necessidade?

6. Você já pediu auxílio dos funcionários da Casa da Agricultura Ecológica (CAE)?

7. O que você acha da Casa da Agricultura Ecológica (CAE)?

8. Tem acesso aos recursos de programas governamentais vinculados à produção agrícola?

9. Conhece o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF?_____

10. Possui a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)?_____

11. Tem parceria com entidade(s)? Quais? _____

1. Se sim. Que tipo de relação? Se não, pretende? Com qual intenção? _____

12. Tem intenção de complementar a produção com outra atividade dentro da propriedade (remunerada ou não)? Educacional; Ecoturismo/turismo rural; Artesanato; Terapia; Outras:

Quarto objetivo específico – Valores, experiências e as motivações que impulsionaram a permanência dos produtores praticantes da agricultura na cidade

1. Teve experiências com agricultura (só a informação ou praticou anteriormente) antes de entrar na AAZL? Em que períodos da vida (infância, adolescência, vida adulta)? _____

2. Quais os motivos da mudança para São Paulo? (caso não seja natural de São Paulo): _____

3. Utiliza dispositivos/equipamentos conectados à internet?

1. Computador: _____; Dispositivos móveis (celular, tablet): _____; Outros: _____

Categoria crítica

1. Quais os problemas relacionados à produção agrícola? (escoamento, controle de pragas, valor dos insumos etc): _____

2. Quais os pontos fortes da produção agrícola? _____

3. O que você acha de plantar numa cidade como São Paulo em comparação com plantar no campo? _____

4. De 1-7, coloque em ordem as necessidades que mais pesaram nos rendimentos/orçamento familiares (últimos 3 meses)?

Necessidades	Ordem
Alimentação	
Aluguel/moradia	
Saúde	
Transporte	
Educação	
Lazer	
Vestuário	

5. Percepção em relação à Segurança Alimentar (nos últimos 3 meses). Selecione uma das situações:

Percepção em relação à Segurança Alimentar	Significado	Resposta
Segurança Alimentar	Teve alimento constante em quantidade e qualidade e não se preocupou em não ter alimento num futuro próximo?	
Insegurança Alimentar leve	Se preocupou com a quantidade e qualidade adequada de alimentos consumidos?	
Insegurança Alimentar moderada	Aconteceu redução na quantidade de alimentos entre os adultos e/ou quebra no padrão dos alimentos que você costuma comer por causa da falta de alimentos?	
Insegurança Alimentar grave	Aconteceu redução na quantidade de alimentos entre os adultos e crianças e/ou quebra no padrão dos alimentos que você costuma comer por causa da falta de alimentos e ou passou situação de fome?	

6. Rendimento familiar mensal:

Faixas de renda	Faixa da família
Até R\$ 998,00	
R\$ 998,00 – R\$ 1996,00	
R\$ 1997,00 – R\$ 4990,99	
Acima de R\$ 5000,00	